



澳門特別行政區 立法會會刊

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

第五屆立法會

第二立法會期 (二零一四—二零一五)

第一組

第 V-37 期

V LEGISLATURA

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA (2014-2015)

I Série

N.º V-37

Data: 18 de Novembro de 2014

Início da reunião: 15 horas

Termo da reunião: 18 horas e 52 minutos

Local: Sala do Plenário do Edifício da Assembleia Legislativa, sito nos Aterros da Baía da Praia Grande, Praça da Assembleia Legislativa.

Presidente: Ho Iat Seng

Vice-Presidente: Lam Heong Sang

Primeiro-Secretário: Chui Sai Cheong

Segundo-Secretário: Kou Hoi In

Deputados presentes: Ho Iat Seng, Lam Heong Sang, Chui Sai Cheong, Kou Hoi In, Fong Chi Keong, Kwan Tsui Hang, Leonel Alberto Alves, Ng Kuok Cheong, Vitor Cheung Lup Kwan, Tsui Wai Kwan, Chan Chak Mo, Cheang Chi Keong, Au Kam San, Wong Hin Fai, Chui Sai Peng, Chan Meng Kam, Lau Veng Seng, Mak Soi Kun, Sio Chi Wai, Ho Ion Sang, Chan Melinda Mei Yi, Tong Io Cheng, Leong Veng Chai, Chan Iek Lap, Chan Hong, Zheng Anting, Si Ka Lon, Ma Chi Seng, Lei Cheng I, Wong Kit Cheng, Song Pek Kei.

Deputados ausentes: José Maria Pereira Coutinho e Leong On Kei.

Convidados:

Francis Tam Pak Yuen, Secretário para a Economia e Finanças;
Karen Lok Kit Sim, Chefe de Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças;
Vitória Alice Maria da Conceição, Directora dos Serviços de Finanças;
Shin Chung Low Kam Hong, Director substituto dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes;
Chau Vai Man, Coordenador substituto do Gabinete para o Desenvolvimento de Infraestruturas; e,
Steven Tang Sai Kit, Chefe do Departamento de Contabilidade Pública da Direcção dos Serviços de Finanças.

Ordem do Dia:

1. Apresentação, discussão e votação na generalidade da proposta de lei intitulada “Lei do Orçamento de 2015”;
2. Discussão e votação do projecto de deliberação do Plenário relativo à proposta de debate sobre um assunto de interesse público apresentada pelos deputados Ng Kuok Cheong e Au Kam San em 14 de Agosto de 2014.

Sumário: Intervenções no período de antes da Ordem do Dia dos Deputados Zheng Anting, Chan Meng Kam, Kou Hoi In (também em nome do Deputado Cheang Chi Keong), Chui Sai Peng, Ho Ion Sang, Wong Kit Cheng, Lau Veng Seng, Si Ka Lon, Song Pek Kei, Lei Cheng I, Kwan Tsui Hang, Chan Melinda Mei Yi, Sio Chi Wai, Chan Hong, Mak Soi Kun, Tsui Wai Kwan, Ng Kuok Cheong, Au Kam San, Tong Io Cheng, Ma Chi Seng. Aprovação na generalidade da proposta de lei intitulada “Lei do Orçamento de 2015”; Não aprovação do projecto de deliberação do Plenário relativo à proposta de debate sobre um assunto de interesse público, apresentada pelos deputados Ng Kuok Cheong e Au Kam San em 14 de Agosto de 2014.

Acta:

Presidente: Srs. Deputados:

Vamos agora iniciar a reunião.

Hoje são vinte os deputados inscritos para usar da palavra no período de antes da Ordem do Dia. Dou então a palavra ao primeiro deputado inscrito, o Deputado Zheng Anting.

Tem então a palavra o Sr. Deputado Zheng Anting.

Zheng Anting: Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Boa tarde.

O tema da minha intervenção de hoje é “promover a reforma da entidade dos transportes e a inovação das políticas de transportes”.

O 61.º Grande Prémio de Macau, que terminou recentemente,

atraiu uma multidão de turistas. Para além das Portas do Cerco, Terminal Marítimo e Aeroporto, que estavam cheios de passageiros, também os principais pontos turísticos e as zonas que já são de grande movimentação ficaram repletos. Isto faz-nos logo pensar na capacidade de acolhimento de turistas, questão essa que toca no transporte, um factor importante para tal capacidade, e também um problema muito criticado pela população, por isso, esta deseja que, no novo mandato do Chefe do Executivo e da sua nova equipa, se possam encontrar soluções para otimizar quanto antes os transportes de Macau.

As concessões dos serviços de transportes públicos em Macau são uma grande confusão. Em 2010, 2011 e 2013, registou-se a falência da Viva Macau, da companhia de navegação Macao Dragon e da Sociedade de Transportes Públicos Reolian e, além dessas, a Radiotáxi Vang Iek foi “posta fora” do mercado, neste ano. As inúmeras falhas do Governo causaram problemas em todos os tipos de transporte público, isto é, marítimo, terrestre e aéreo! Até hoje, o Governo ainda não conseguiu reaver o empréstimo de 200 milhões de patacas que tinha atribuído à “Viva Macau” e, quanto à falência da Macao Dragon, o Governo confiscou apenas a caução de 2 milhões de patacas e, se bem que tenha afirmado que ia imputar à dita empresa a devida responsabilidade jurídica, não sabemos qual o resultado disto. Além disso, quanto ao processo do caso Reolian, com uma suspeita de burla de dezenas de milhões do erário público, descoberta pelo Comissariado de Auditoria, há que despende um longo tempo.

Para além da necessidade de se proceder a uma avaliação efectiva sobre o regime de concessão, é ainda necessário controlar, de forma precisa, as despesas e a conclusão dos projectos de obras. Por exemplo, as obras do metro ligeiro e do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa têm sido prorrogadas, e não há ainda calendarização concreta para a sua conclusão depois dos excessos repetidos das despesas orçamentais. Perante as interpelações de Deputados, as críticas sociais e o descontentamento da população, o Governo carece ainda de medidas efectivas, e parece que não consegue retirar os devidos ensinamentos das falhas, recorrendo apenas ao erário público para a devida resolução.

Enquanto Deputado, tenho que lembrar ao Governo que “as flores não florescem eternamente”, e que deve gastar o dinheiro de forma cautelosa, perante a descida das receitas do jogo. É necessário desistir de despende dinheiro para resolver os problemas, sendo ainda necessário proceder à reestruturação dos serviços de transportes, inovando as políticas de transportes públicos e de trânsito, no sentido de aperfeiçoar o actual modelo em que o funcionamento do mercado é conduzido pelo Governo, salvaguardando assim as deslocações de residentes e visitantes, garantindo a racionalização do uso do erário público, construindo Macau como centro de turismo e de lazer a nível mundial, bem como reforçando a sua imagem internacional.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chan Meng Kam.

Chan Meng Kam: Obrigado, Sr. Presidente.

Aproxima-se o novo mandato do Governo da RAEM, e os diversos rumores que circulam pela sociedade deixam a população entender que a maioria dos efectivos titulares dos principais cargos vai ser substituída. Embora os residentes não tenham o poder de

nomear os novos governantes, depositam ainda neles grandes expectativas. Perguntam-se se os novos governantes têm ou não “fogo” e “água”? Em caso afirmativo, como é que podem maximizar os efeitos de “fogo” e “água”? Com a mudança dos governantes no novo mandato do Governo, os residentes aguardam para ver como é que estes materializam as inovações decorrentes do seu novo estilo de actuação.

A população em geral espera que os novos governantes abandonem o formalismo e o culto da personalidade, aproveitando o “fogo”, ou seja, empregando todos os esforços em prol do desenvolvimento socioeconómico e da população. A par disso, devem ainda maximizar os efeitos das 3 bacias de água, isto é, uma para limpar a cabeça a fim de ficar sempre lúcida; uma para limpar as mãos para evitar a corrupção; e uma para limpar os pés para manter a força, com a finalidade de se inteirarem da vida das camadas sociais de base. Os governantes devem prestar apoio à população, resolvendo constantemente os problemas sociais, antigos e novos, a fim de criarem credibilidade.

Com o carinho e o apoio manifestados pelo Governo Central e pelo povo da China, tem-se registado em Macau a estabilidade social e o desenvolvimento económico, ao longo dos 15 anos do estabelecimento da RAEM. Entretanto, no processo de desenvolvimento, para além de êxitos, verificam-se também problemas em várias vertentes, que merecem resolução.

Em relação à área de administração e justiça, os trabalhos insatisfatórios ao nível da reforma jurídica, da coordenação legislativa e da reforma da administração pública têm sido alvo de crítica na sociedade. Em particular, as leis estão desactualizadas; a produção legislativa não está concentrada, o que resulta na má qualidade de redacção e na insuficiência de coordenação; as estruturas de diversos serviços públicos estão expandidas, o que resulta na duplicação de funções e no aumento constante das despesas administrativas, pois cada serviço público actua à sua maneira e a eficácia fica por elevar. Com a tomada de posse, os novos governantes devem encarar estes velhos problemas e adoptar medidas para a sua resolução e, ao mesmo tempo, têm que enfrentar novos problemas. Quando é que podem materializar a inovação do vigente sistema? Trata-se isto de uma prova à inteligência e competência destes novos governantes.

Já existe em Macau alguma poupança a nível financeiro devido ao crescimento em flecha da economia nos últimos 15 anos, a taxa de desemprego é baixa e o salário médio está constantemente a crescer, pelo que muitos residentes acham que a tutela da área da economia e finanças é a das mais fáceis de governar. A economia de Macau está muito dependente da indústria do jogo e tem apenas uma única estrutura, contudo, ainda não se conseguiu estipular uma Lei de bases do orçamento e o princípio de “gastar de acordo com as receitas” não é científico, pois as despesas do Governo estão sempre a aumentar. Os investimentos resultantes da reserva financeira não têm ousadia, têm uma taxa de retorno financeiro muito baixa e os dividendos que os residentes conseguem obter da economia são muito poucos, por isso, esperam pela criação de um fundo de desenvolvimento de investimentos. As PME têm muitas dificuldades, a inflação está constantemente em alta, sendo que estas questões devem ser resolvidas com esforço. O 12.º Plano Quinquenal do País apoia a política da diversificação da economia de Macau e a criação, com a maior brevidade possível, da plataforma de cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa. O próximo ano é o último ano da implementação do 12.º

Plano Quinquenal. Pelo exposto, quais são os resultados que Macau pode apresentar no que se refere à implementação da economia diversificada?

Desde o Retorno de Macau, existe grande estabilidade ao nível da segurança, contudo, devemos adaptar sempre as nossas necessidades às novas realidades. A PSP tem um grande número de efectivos, mas temos alguns problemas, nomeadamente, como seleccionar os melhores, a gestão e a perda dos recursos humanos, como elevar o moral, a substituição dos antigos agentes pelos novos e a criação de um corpo policial com a ajuda da tecnologia. Isto tudo não pode ser apenas um *slogan*.

Muitas pessoas dizem que Macau é uma sociedade constituída por associações e com muitos benefícios sociais. De facto, é uma cidade bastante cultural e enfrentam-se muitas questões, quando se despende um elevado valor do erário público, por exemplo: os residentes estão constantemente a solicitar mais benefícios sociais, mas é difícil prever que o Governo tenha sempre tantas receitas ao seu dispor; o Governo despende anualmente uma soma muito elevada na área da saúde, contudo, a qualidade fica aquém das expectativas; o Governo investe muito nas indústrias criativas, mas ainda estamos a esperar pelos seus resultados; o Governo está a desenvolver a educação, mas é preciso haver mais força motriz para o efeito; a transformação de Macau num Centro de Turismo e Lazer é de grande responsabilidade e é um objectivo de longo prazo.

Existem muitos problemas na área de Solos, Obras Públicas e Transportes, tais como: o congestionamento do tráfego, a não concretização da política de primazia dos transportes públicos, a situação caótica na gestão dos táxis, o atraso na construção do Metro Ligeiro, o descontrolo do aumento dos automóveis e o aumento excessivo dos *shuttle buses*. Para além disso, o problema da habitação é alvo de atenção da cidade e a política de habitação tem falta de um planeamento científico e de longo prazo. Ademais, o problema ecológico está cada vez mais grave e a desactualização do planeamento urbanístico, etc... Tudo isto tem a ver com a vida da população.

Os trabalhos na área da justiça, contra a corrupção e de auditoria são muito importantes para intensificar o princípio do primado da lei e defender a justiça. Os dirigentes, novos e velhos, não devem só observar as orientações fundamentais, devem ainda executar as reformas numa perspectiva de inovação e dar alguns contributos.

O programa político eleitoral do Sr. Chefe do Executivo Chui Sai On demonstra um rumo de “aspirações comuns para o futuro e partilha da prosperidade”, em busca de avanços positivos, em conjunto e com a participação activa de todos os elementos da sociedade de Macau, aliando o melhor planeamento às melhores práticas e executando as reformas necessárias numa perspectiva de inovação constante. Os dirigentes principais, enquanto equipa de concretização da acção governativa da RAEM, para além de terem aspirações e objectivos comuns que são muito importantes, devem ainda lembrar bem o ditado das “três bacias de água”, assim como devem continuar a ter o pensamento inovador, e a coragem de assumir a devida responsabilidade e atingir as metas definidas. Sob o pressuposto da concretização das acções governativas de acordo com a lei, estes dirigentes devem inteirar-se bem das realidades sociais e aspirações da população, promover o desenvolvimento económico e melhorar a qualidade de vida da população, pois só assim podem deixar na História o seu bom nome, porque, ao assumirem o cargo de dirigente, criaram prosperidade social. Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Kou Hoi In.

Kou Hoi In: Obrigado, Sr. Presidente.

Esta intervenção é apresentada em meu nome e em nome do Deputado Cheang Chi Keong.

Sr. Presidente,

Caros Colegas:

Ocorreram, nestes últimos anos, um rápido desenvolvimento socioeconómico, um crescimento demográfico constante e um disparo no número de visitantes e no número de veículos motorizados. Se cruzarmos os dados registados há dez anos com os actuais, podemos constatar que a população aumentou de 470 mil para 630 mil (+35%), que o número de visitantes passou de 16 milhões para 30 milhões (quase o dobro), e o de veículos motorizados, de 143 mil para 236 mil (+70%), só que as infra-estruturas de trânsito e os planos de ordenamento das redes viárias não conseguem acompanhar o ritmo de desenvolvimento desta cidade, com cada vez mais pessoas e viaturas, daí a dificuldade de transporte, de lugares de estacionamento e de circulação rodoviária ser um problema cada vez mais bicudo.

Por exemplo, a dificuldade de arranjar transporte tornou-se banal, pois andar nos autocarros apinhados ou ter de “lutar” por um táxi ou “negociar a tarifa” é um fenómeno que se verifica, tanto em Macau como nas ilhas, durante as horas de ponta. Então, de que soluções efectivas dispõe o Governo para este problema?

Por outro lado, os bairros antigos enfrentam a falta de meios complementares de transporte, de instalações públicas e de silos automóveis. Esta situação, aliada ao facto de haver cada vez mais veículos automóveis e de as ruas serem estreitas e sinuosas, devido às limitações impostas pelas condições objectivas, gera muitos problemas que podem pôr em risco a segurança rodoviária, especialmente na luta que se trava entre peões e viaturas na travessia de ruas, criada pela falta de passagens aéreas para ambos, agravada ainda pela escassez de instalações adequadas de travessia de peões e irrazoabilidade na instalação de algumas paragens de autocarros.

A título de exemplo: na zona Norte, as passeadeiras no entroncamento entre a Rua da Tribuna e o Istmo de Ferreira do Amaral estão mal colocadas, por isso, há dificuldades constantes entre os peões e as viaturas; nas horas de ponta, o trânsito na zona do jardim triangular da Areia Preta está sempre congestionado e somos da opinião de que isto se deve às 3 paragens de autocarros existentes; para além disso, muitas viaturas ficam a aguardar um lugar para entrar no auto-silo situado no Campo dos Operários, entre a Avenida Norte do Hipódromo e o túnel da Praça das Portas do Cerco, levando com que a dupla faixa de rodagem se transforme apenas numa, o que leva ao constante congestionamento daquela Avenida e afecta as viaturas que querem seguir para as Portas do Cerco e para a Ilha Verde.

Nas outras zonas também existem problemas relacionados com o trânsito. Existe falta de planeamento geral e de sinalizações no trânsito de Macau, por isso, é difícil os automobilistas preverem a situação do trânsito real. Mais, existem peões que, por conveniência, não utilizam as passagens para peões, atravessando a estrada sem cumprir as regras... Com todos os problemas referidos, o Governo

tem de resolver, de uma forma simples e com um plano de longo prazo, as questões relacionadas com o trânsito.

Para resolver o problema dos congestionamentos, sugerimos que os serviços competentes aumentem o diálogo com as associações dos moradores, tendo como objectivo planear melhor o trânsito nos locais onde haja grandes congestionamentos, onde acontecem frequentemente acidentes e outras questões relacionadas com o trânsito, melhorando assim as infra-estruturas rodoviárias, implementando adequadamente semáforos e sistemas de videovigilância, instalando lombas, aumentando o número de fiscalizações e punindo tanto os automobilistas como os peões infractores. Ao mesmo tempo, os serviços competentes têm de ajustar profundamente os itinerários dos autocarros e criar filas de espera nas paragens. Mais, devem ainda aumentar os meios de sensibilização, nomeadamente, ao nível dos conhecimentos rodoviários dos automobilistas, residentes e turistas, para estes cumprirem as regras de trânsito.

Face à entrada em funcionamento da ponte HK-Zhuhai-Macau, ao novo acesso entre Guangdong e Macau e à estação do metro ligeiro a construir na zona Norte de Macau, a Administração tem de proceder à revisão do planeamento da rede rodoviária desta zona e ao seu estudo, com visão estratégica, e de escolher um local adequado que servirá de “interface” entre as instalações complementares dos transportes, tais como autocarros, táxis, metro ligeiro e autocarros turísticos, no sentido de melhorar o trânsito da zona circundante das Portas do Cerco.

Nestes últimos anos, a população habitacional das ilhas tem aumentado cada vez mais, resultante da construção dos novos edifícios privados, das habitações públicas em Seac Pai Van e dos vários *resorts* de jogo e entretenimento no Cotai, sendo previsível que, nos próximos anos, as ilhas se transformem numa zona habitacional e turística relevante em Macau. Portanto, em articulação com as características e o posicionamento de Macau, o Governo deve ter uma nova mentalidade para traçar, quanto antes, a rede rodoviária entre a península de Macau, Coloane e Taipa, nomeadamente na área do turismo, para a construção de Macau como “cidade com condições ideais de vida e de turismo”.

Contamos que o Governo, em articulação com o desenvolvimento urbanístico dos bairros novos e antigos, comece, quanto antes, o estudo de uma proposta de reordenamento do tráfego para resolver os problemas urgentes e defina a calendarização para o aperfeiçoamento gradual das redes e instalações rodoviárias complementares, no sentido de concretizar o posicionamento de Macau como centro de turismo e de lazer a nível mundial e de satisfazer as necessidades do trânsito. Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chui Sai Peng.

Chui Sai Peng: Obrigado, Sr. Presidente.

O Regulamento Administrativo n.º 23/2011 (Recrutamento, selecção, e formação para efeitos de acesso dos trabalhadores dos serviços públicos) foi publicado no dia 8 de Agosto de 2011 e entrou em vigor a 8 de Setembro do mesmo ano. O regime de gestão centralizada para ingresso na Função Pública do Governo da RAEM começou a consolidar-se. Por forma a coordenar-se com a implementação desse regime, o Chefe do Executivo mandou publicar, no dia 15 de Agosto de 2011, o Despacho do Chefe do Executivo n.º 230/2011, para aplicar primeiramente a gestão centralizada nos

processos de recrutamento e selecção das carreiras de técnico superior e adjunto-técnico. Segundo os dados dos SAEP, o objectivo do referido regime é concretizar, passo a passo, a gestão centralizada dos concursos de ingresso na Função Pública das 34 carreiras de regime geral e das carreiras de regime especial.

Após Agosto de 2012, os SAEP realizaram o 1.º concurso centralizado de ingresso, cujo número de candidatos excedeu 15 mil, e que foi muito além do previsto, ou seja, dos 6 mil. Até ao momento, o Governo realizou cinco concursos centralizados de ingresso para as duas carreiras que já referi, abrangendo sete áreas funcionais e 268 vagas, mas a maior parte das vagas continua ainda por preencher. A sociedade criticou várias vezes a baixa eficácia administrativa da aplicação do concurso centralizado de ingresso, o desperdício de recursos públicos, as colocações erradas, etc. Sabe-se ainda que os milhares de pedidos para o ingresso na Função Pública também vieram aumentar a pressão dos serviços competentes.

A intenção da criação do regime de gestão centralizada para ingresso na Função Pública é evitar nepotismo no recrutamento de pessoal e elevar a eficácia dos trabalhos de recrutamento dos seus funcionários, tratando-se de acções pragmáticas feitas pelo Governo da RAEM para o impulsionamento de serviços administrativos íntegros e a reforma da administração pública. Mas, segundo informações, os procedimentos administrativos do recrutamento centralizado são mais rigorosos, no entanto, são ainda complexos, o que contraria o lema da simplificação dos procedimentos e do facilitar a vida à população. Assim, a sociedade espera que, no pressuposto da salvaguarda da qualidade, as etapas intermédias possam ser simplificadas. Numa das intervenções antes da Ordem do Dia de há dois anos, referi que a gestão centralizada do ingresso na Função Pública deve ser feita tendo em conta o factor “utilização mínima de recursos humanos para conseguir uma eficácia administrativa máxima”. Segundo a experiência dos últimos dois anos, não há dúvida que o custo administrativo foi o dobro do resultado obtido.

A ideia do recrutamento centralizado para o ingresso de pessoal da Função Pública é positiva; o que está em causa é o conteúdo do seu regime e a sua prática, isto é, como equilibrar a sua qualidade e eficácia, tornando-o um regime mais justo e imparcial, ou seja, os serviços públicos podem contratar talentos e, ao mesmo tempo, escolher os preferidos. Como é uma questão complicada, quero aproveitar hoje para falar sobre o recrutamento e selecção dos funcionários públicos pertencentes às categorias mais baixas. Actualmente, o recrutamento destes funcionários, por exemplo, motoristas e auxiliares, ainda é processado através do concurso de ingresso externo. Consultei os dados constantes do Boletim Oficial e concluí que, do tempo gasto para recrutar um motorista e auxiliar nos serviços públicos entre 2013 e 2014, o mais rápido foi seis meses, e houve situações em que o processo demorou nove meses e até mais. Cito um exemplo: se um motorista de um determinado serviço mudar para outro serviço, isto significa que, apesar de um serviço conseguir suprir uma vaga de motorista, o outro já precisa de desencadear um longo processo e de, pelo menos, seis meses, para recrutar um motorista, e aí podemos imaginar a seqüela derivada, o que só leva tempo para suprir as vagas dos profissionais da linha de frente entre serviços públicos, e assim as desvantagens são maiores do que as vantagens.

Quanto aos funcionários que exercem funções de motorista de pesados ou de ligeiros e de auxiliar, entre outras de categorias mais baixas, as competências técnicas e os conhecimentos exigidos

actualmente por diferentes serviços públicos no ingresso das referidas vagas são quase idênticos. O recrutamento centralizado e a respectiva afectação através de sorteio assemelham-se mais convenientes ao provimento dos referidos tipos de funcionário. Assim sendo, sugere-se aos serviços competentes que efectuem um estudo sobre a aplicação do regime de recrutamento centralizado e de selecção para as vagas que pertencem ao grupo de operários da carreira geral, bem como para as de motorista de pesados ou de ligeiros das carreiras especiais, devendo os Serviços de Administração e Função Pública (SAFP) realizar, periodicamente, um concurso centralizado para o recrutamento de pessoal das referidas carreiras, com vista a constituir uma reserva de indivíduos que satisfaçam os requisitos de ingresso e que estejam com vontade de trabalhar nos serviços públicos. Os SAFP podem proceder à afectação, segundo os dados da reserva, num determinado prazo razoável, do pessoal para satisfazer as necessidades dos serviços públicos. Isto tanto pode contribuir para concluir, o mais rápido possível, o processo de preenchimento de vagas, reduzindo os custos administrativos, como para evitar que os residentes passem por um calvário devido à realização de muitas provas, mais ainda, vai evitar o surgimento de lutas entre serviços públicos no recrutamento de trabalhadores.

Há ainda margem para aperfeiçoamento do regime de recrutamento centralizado. O Governo da RAEM deve elevar a eficiência administrativa, efectuar uma boa análise sobre a adequação dos candidatos às necessidades dos serviços públicos, estudar e definir procedimentos, bem como efectuar a selecção tendo em conta as características especiais das diferentes carreiras. Nesse sentido, não vai contrariar a intenção original do referido regime estabelecido e dará ainda um grande contributo aos trabalhadores, serviços públicos e até residentes, que usufruam dos serviços prestados.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ho Ion Sang.

Ho Ion Sang: Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Face aos persistentes altos preços dos imóveis, muitos cidadãos perderam a esperança de adquirir uma casa, inclusivamente uma habitação económica, devido à inexistência de um prazo de espera. Por isso, à medida que se vai reforçando a cooperação entre Guangdong e Macau, alguns residentes locais optam por comprar a sua casa em Zhuhai. Nos últimos anos, a Ilha de Hengqin, que passou a ser um ponto de desenvolvimento estratégico nacional, tem vindo a reunir condições atractivas, nomeadamente, horário de funcionamento prolongado do posto fronteiriço e permissão de entrada de veículos motorizados, para que os residentes de Macau adquiram lá imóveis. Tendo em conta esta situação, os promotores imobiliários da China e de Macau realizaram, neste território, vários tipos de promoção de bens imóveis a construir no Interior da China. Como as leis e procedimentos de compra e venda de imóveis são diferentes nos dois lados, os compradores de Macau são vulneráveis a prejuízos, caso não dominem as devidas informações.

Na verdade, ao abrigo da lei sobre o método de gestão da venda de habitações urbanas em construção na China, as empresas de desenvolvimento imobiliário estão inibidas de vender imóveis em construção, se não estiverem devidamente autorizadas; para o efeito,

têm de dispor do certificado para o aproveitamento do terreno, projecto de construção autorizado e plano de pré-venda, incluindo os prazos previstos para a construção e conclusão das obras, e da entrega das habitações aos adquirentes. Em paralelo, é-lhes exigido ainda um investimento correspondente a 25% dos encargos totais da construção. Se pretenderem proceder à venda fora da China, têm ainda de obter a respectiva autorização, na qual se indica a proporção das habitações destinadas a esse efeito. Na província de Guangdong, para além dessas condições, prevê-se ainda que, no caso de edifícios com menos de 7 pisos, é necessário ter as obras de fundação concluídas, enquanto nos de mais de 7 andares, dois terços das referidas obras concluídas, bem como uma conta bancária aberta para a dita finalidade.

Se bem que a lei da China proíba expressamente a venda de fracções em construção, sem a “autorização de venda prévia”, o certo é que, segundo as queixas dos residentes, alguém o fez num terreno de Zhuhai, antes de estarem 2/3 das obras estruturais concluídas, o que é contrário à lei, pois o terreno ainda está abandonado, sem qualquer sinal de obra. Trata-se, portanto, de um modo de promoção de venda que tem como destinatários os residentes de Macau, utilizado pelos promotores para, sob a forma de “pré-inscrição” ou “adesão à lista de aquisição”, cobrar o sinal de compra aos interessados, ou seja, para, sob a forma de subscrição, vender as fracções em construção. Será que os mediadores e agentes imobiliários têm conhecimento dos factos e transmitiram aos interessados as informações e os riscos que correm? Asseveraram os agentes imobiliários de Macau que a venda dessas fracções em construção tem tido uma reacção positiva, que os sinais entregues ultrapassam de longe o que se esperava e que as fracções já foram todas vendidas. Agora, se o contrato for celebrado e as prestações realizadas, sem uma informação clara dos factos, podem os interessados correr riscos desnecessários, resultantes, nomeadamente, da não conclusão das obras, da não observância das normas jurídicas por parte dos promotores, no sentido de constituir uma conta para o depósito dos montantes cobrados na venda das fracções em construção, ou da aplicação por parte do promotor das prestações cobradas para um fim diverso.

Com o contínuo aprofundamento da cooperação entre Guangdong e Macau, a aquisição de uma casa na China por parte dos residentes de Macau torna-se cada vez mais generalizada, por isso entendo que as autoridades competentes devem prestar atenção e acompanhar atempadamente os casos de promoção de venda de fracções em construção, sem a devida autorização, por parte de alguns agentes imobiliários de Macau, para salvaguardar os direitos e interesses dos seus residentes. Se bem que a lei de acesso à actividade de mediação imobiliária preveja um conjunto de obrigações legais a serem cumpridas pelos mediadores e agentes imobiliários, a verdade é que essas normas só se aplicam a imóveis localizados em Macau. Portanto, as autoridades devem pensar nas formas para uma eficaz monitorização das vias utilizadas em Macau na venda de fracções em construção localizadas no exterior, no sentido de assegurar o acesso por parte dos interessados às informações relevantes, para que possam decidir adequadamente. Por último, o residente que queira adquirir uma fracção na China também se deve inteirar sobre as respectivas normas jurídicas e formalidades e sobre a situação do estaleiro da obra, ou seja, tem de ter os olhos bem abertos. Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sr.ª Deputada Wong Kit Cheng.

Wong Kit Cheng: Obrigada, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Boa tarde a todos.

A política da primazia dos transportes públicos assenta na Política Geral de Trânsito e Transportes de Macau (2010-2020) e institui uma rede de transportes constituída por um sistema de metro ligeiro, como “coluna vertebral” do sistema de deslocações, autocarros e táxis, como sistema de base, e um sistema pedonal de apoio. A partir daqui, a política de trânsito assenta na primazia dos transportes como núcleo e as autoridades sempre alegaram o aumento da qualidade dos serviços prestados nos transportes públicos. Após quatro anos, ao olharmos para os meios de transporte público, vemos que a entrada em funcionamento do metro ligeiro, remédio para resolver os problemas, está sempre a ser adiada, restando apenas autocarros e táxis. Infelizmente, verificaram-se problemas sucessivos com estes, com um fracasso completo nos transportes públicos terrestres. Assim, não se concretiza a política da primazia dos transportes públicos. Quanto a este assunto, residentes, elementos do Conselho do Trânsito e deputados já apresentaram muitas opiniões. Mesmo assim, as autoridades apenas pedem para tolerarmos a situação, mas não resolvem os problemas radicais. Perante o agravamento da situação do trânsito, o Governo deve resolver, quanto antes, as questões existentes tanto nos táxis como nos autocarros e não mais as deixar abertas.

O autocarro é o meio de transporte mais importante em Macau e os problemas sucessivamente verificados estão ainda por resolver, por exemplo, a confusão nos contratos celebrados. Os residentes e profissionais, em geral, criticam o novo modelo de prestação de serviços de autocarros e o próprio Chefe do Executivo também referiu, no Balanço das Acções do Governo da RAEM realizadas no Ano Financeiro de 2014, que estava consciente da existência de um certo desfasamento entre o novo modelo de serviços de autocarros e o pretendido pela sociedade. Com efeito, a causa principal dos conflitos é os autocarros serem pouco frequentes, pois os residentes queixam-se da sua falta, ao passo que os profissionais do sector afirmam que não se pode aumentar as frequências livremente e os transportes públicos não têm qualquer prioridade nas vias, etc. Perante todas estas questões, o Governo deve regularizar os contratos celebrados, nunca mais respondendo à população com o argumento de “resolver conforme a lei”, nem tão-pouco de “resolver só na altura da renovação do contrato”. Agora, o serviço de autocarros é prestado sob controlo do Governo, que deve não só assegurar o número das frequências de partidas, como aumentá-las consoante as circunstâncias concretas, concretizando assim a primazia dos transportes públicos para ajudar os residentes.

Quanto ao serviço de táxis, pensava-se que a concretização da medida dos “radiotáxis amarelos por chamada” podia resolver as dificuldades de apanhar táxi, mas o Governo anunciou que não vai renovar o contrato com essa empresa, e apontou ainda que “a taxa de sucesso por dia em conseguir apanhar os ‘táxis amarelos’ por chamadas telefónicas é baixa, assim sendo, acredita-se que a saída desses táxis do mercado não vai causar grande influência”, e decidiu então implementar um projecto complementar, isto é, reforçar o número de táxis pretos e os serviços destes por chamada. Mas, depois da entrada em funcionamento dos táxis pretos já reforçados, o seu número mantém-se apenas em menos de 1400, facto que não consegue satisfazer as necessidades dos residentes. Com 30 milhões de turistas à nossa frente, isto é como “atirar bois feitos de lama ao mar”. Face às longas filas de espera no aeroporto, terminais

marítimos e Portas do Cerco, como é que o Governo consegue provar aos turistas que Macau tem capacidade de se transformar num centro mundial de turismo e lazer? Mais ainda, os “serviços por chamada” não devem ser necessariamente prestados pelos táxis pretos, porque não se consegue garantir basicamente a obrigatoriedade de atender as chamadas. Ainda segundo queixas de residentes, após a saída dos táxis amarelos do mercado, ouve-se muitas vezes, dentro dos táxis pretos, as informações divulgadas pelo centro de chamadas de radiotáxis – “do local A para o local B, com oferta de mais algumas prendas”. Esta situação ocorre de maneira aberta e sem escrúpulos. O Governo deve acompanhar estas irregularidades, explicar aos residentes o funcionamento pormenorizado dos “serviços por chamada” dos táxis pretos e o modelo de cooperação, e como garantir o acesso a este tipo de transporte. O mais importante, ainda, é realizar de imediato concursos e apresentar uma calendarização clara aos nossos residentes, para que possam saber quando é que os “táxis apenas por chamada” podem regressar ao mercado.

O Regulamento dos Táxis não consegue resolver as actuais irregularidades, tais como, recusa de transporte, selecção de clientes, etc. O Governo manifestou várias vezes que o Regulamento ia entrar no processo legislativo, no entanto, nada se vê quanto ao projecto para a sua revisão. E, relativamente às questões de instalação de sistemas de vídeo, adopção do método de “cartas marcadas”, etc., o Governo não conseguiu ainda mostrar a sua determinação. Face a estas situações, o Governo deve introduzir ajustamentos, isto é, combater rigorosamente as irregularidades. A criação de uma lei leva tempo. Assim, face às irregularidades dos táxis, apoio o Governo no contínuo reforço da aplicação da lei.

O Gabinete de Estudo das Políticas do Governo da RAEM publicou, recentemente, as opiniões e sugestões da sociedade, recolhidas durante o período de candidatura ao cargo de Chefe do Executivo, e a partir daí constata-se que o primeiro assunto que mais preocupa os residentes é o trânsito. Assim sendo, o público deseja que o novo Governo consiga, com determinação, desatar o nó dos transportes terrestres, aperfeiçoar os serviços de táxis e autocarros, acelerar a construção do Metro Ligeiro, concretizar a política de “prioridade dos transportes públicos”, restringir efectivamente o aumento do número de veículos, aumentar o número de lugares de estacionamento, otimizar a gestão das vias, aliviar os congestionamentos, melhorar de forma geral a situação do trânsito e resolver a questão das deslocações dos residentes. Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lau Veng Seng.

Lau Veng Seng: Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

A indústria do jogo é, face ao contributo económico e ainda ao peso da força laboral empregue, o pilar da estrutura económica local, tendo-se registado um crescimento, em anos consecutivos, que é a base da estabilidade económica que temos vindo a viver. Mas, segundo os dados da Direcção de Inspeção e Coordenação de Jogos, relativamente ao período homólogo, os lucros livres de impostos do sector do jogo caíram no mês passado 23%, ou seja, desceram para 28 mil milhões de patacas, a taxa mais baixa registada num mês, situação que dura há já cinco meses consecutivos, o que muito preocupa a sociedade.

O Governo tem vindo a apostar, nestes últimos anos, na

promoção do desenvolvimento económico e na diversificação industrial, na transformação de Macau num Centro Mundial de Turismo e Lazer, na formação de quadros qualificados, na conversão gradual da estrutura económica e na dinamização, através de políticas e medidas de apoio, do desenvolvimento das indústrias emergentes. Em resultado, o peso das indústrias não-jogo, segundo os dados, não pára de crescer, especialmente dos sectores de venda por grosso e a retalho, hotelaria, restauração, construção civil e finanças, cujos rendimentos antes de impostos atingiram, em 2013, mais de 160 mil milhões de patacas, o dobro do registado em 2009. São, portanto, dados que mostram que a diversificação económica está a dar os seus primeiros frutos.

Se bem que seja inseparável a sua ligação com a indústria do jogo, de que o seu desenvolvimento e crescimento dependem, a verdade é que a reacção da sociedade quanto às preocupações sobre a queda das receitas do jogo bem mostra que a atitude é não só de dependência continuada do mesmo, admitindo-se apenas crescimento e não decréscimo nas receitas provenientes do jogo, mas também de preocupação somente com o fenómeno da sua evolução, o que não é saudável, além do reflexo da falta de confiança sobre as potencialidades das outras indústrias.

Enquanto se mantém a estabilidade do desenvolvimento da indústria pilar de Macau, deve-se também pensar nos passos do desenvolvimento da diversificação da indústria e aumentá-los, com vista à alteração da estrutura económica de Macau. De facto, é importante que os serviços competentes disponibilizem mais atenção para encontrar novas indústrias para Macau, assim como se deve elevar e manter as especificidades das existentes, bem como prestar mais atenção e disponibilizar mais recursos para o desenvolvimento de outras indústrias, nomeadamente, ao nível dos recursos humanos. Os serviços competentes devem ainda elevar, nomeadamente, o nível profissional dos que trabalham na construção civil, assim como, através da formação profissional, melhorar o serviço de venda a retalho, particularmente, as atitudes e a qualidade do pessoal, com vista ao crescimento, ao apoio e ao desenvolvimento sustentável deste serviço, diminuindo a sua dependência, bem como a das indústrias criativas, em relação ao jogo. Deve-se disponibilizar meios para uma indústria mais diversificada, nomeadamente, alterar, aumentar e atrair fontes de turistas com mais qualidade, diminuindo assim o impacto negativo na cultura, sanidade e ambiente de Macau, para a população e os turistas conseguirem sentir Macau como um Centro Mundial de Turismo e Lazer onde se vive e se passeia agradavelmente. Após o desenvolvimento da diversificação da indústria, os residentes devem especificar e elevar as suas capacidades na sua área específica. No 2.º semestre do próximo ano, vamos ter uma segunda vaga de desenvolvimento e prevê-se que, nessa altura, as receitas do jogo vão crescer em flecha novamente, por isso, enquanto a indústria do jogo crescer em grande escala, as outras indústrias também devem ter o seu espaço de crescimento e sobrevivência. Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Si Ka Lon.

Si Ka Lon: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente,

Caros Colegas:

No Programa Político Eleitoral apresentado pelo Chefe do Executivo, o capítulo do “Ambiente habitável” foi destacado, em

relação aos três capítulos restantes. Refere-se neste capítulo que a futura política de habitação de Macau será norteadada por dois pontos-chave: o primeiro visa assegurar aos cidadãos a garantia básica de habitação através do sistema de habitação pública; o segundo consiste em aproveitar os mecanismos do mercado para satisfazer as necessidades de habitação das diversas camadas sociais. Recentemente, no decorrer da apresentação do Balanço das Acções do Governo, o Chefe do Executivo referiu que estava a estabelecer um mecanismo eficiente de longo prazo para assegurar a habitação. O Governo tem-se empenhado em implementar, de forma programada, o objectivo governativo de “habitação para todos, bem-estar para todos”, articulando as medidas da habitação social, da habitação económica e do mercado imobiliário privado. O Governo vai lutar por concluir, antes de 2020, uma parte da construção da habitação pública na zona A dos novos aterros, estudando equacionar novos modelos de habitação pública, por exemplo, disponibilizar habitação para jovens e estimular o desenvolvimento de obras por parte dos proprietários privados, no sentido de aumentar a oferta de fracções habitacionais.

Certamente, o Governo envidou muitos esforços, nos últimos 5 anos, para fazer face à questão da habitação, nomeadamente, a atribuição das fracções do projecto de construção das 19 mil habitações públicas aos agregados familiares em lista de espera, a aceleração da concretização do novo projecto de habitações públicas que se segue ao anterior já referido, bem como o novo planeamento da construção de 28 mil habitações públicas na zona A dos novos aterros. Entretanto, as necessidades ao nível da habitação mantêm-se prementes, pois, em cada concurso para habitações públicas, tanto económicas como sociais, os candidatos atingem uma dezena de milhares. Em particular, muitos candidatos para habitações sociais têm necessidades prementes ao nível habitacional, por isso, o Governo deve adoptar medidas mais efectivas, a curto e médio prazo, para garantia habitacional.

A posse de uma casa permite às pessoas viverem sossegadas e sentirem o amor da família. As autoridades têm uma margem relativamente grande para melhorar o planeamento urbanístico e assegurar o direito à habitação dos residentes, e a nova equipa do Governo deve dar prioridade a estas funções na sua acção governativa. Em relação a este aspecto, apresento as seguintes sugestões:

1. Aperfeiçoar a legislação sobre o reordenamento dos bairros antigos e o respectivo plano de desenvolvimento, e criar empresas públicas, dominadas pelo Governo, no sentido de promover, activamente e quanto antes, o aproveitamento de terrenos dos bairros antigos. O trabalho de reordenamento dos bairros antigos encontra-se na fase inicial há mais de dez anos e tem enfrentado várias dificuldades, mas mesmo assim há toda a necessidade de ultrapassá-las com determinação e inteligência, e ainda de conseguir progressos substanciais para que os residentes depositem esperança neste trabalho de reordenamento.

2. Aperfeiçoar a política de habitação pública, determinar, quanto antes, o novo tipo de habitação pública para jovens e criar um regime que permita a conversão dos três tipos de habitação pública (habitação social, habitação económica e habitação pública para jovens). Esclarecer todas as condições necessárias à candidatura para essas habitações públicas, a sua quantidade e calendarização, e criar uma medida que permita, primeiro, o arrendamento e, depois, a aquisição, para que os residentes possam fazer uma auto-avaliação e ver o rumo para a futura aquisição de casa.

3. Reforço na avaliação e apoio aos candidatos a habitações sociais. Considerando a fraca situação económica dos agregados familiares que se candidatam a habitações sociais, estes, enquanto aguardam por uma fracção autónoma, têm que suportar as rendas elevadas das habitações do mercado imobiliário privado, por isso, deve o Governo prestar-lhes o maior apoio. No âmbito do actual “plano provisório de atribuição de abono de residência destinado aos agregados familiares que se encontrem na lista de espera de habitação social”, os agregados constituídos por uma ou duas pessoas recebem um abono de 1650 patacas e, com mais de três, recebem 2500 patacas, o que está totalmente desarticulado dos níveis actuais das rendas no mercado imobiliário. Deste modo, na minha opinião, deve-se atribuir-lhes um apoio mais significativo. Por outro lado, devido a um problema de articulação entre os regimes de habitação social e a alterações na composição dos agregados familiares, muitas famílias com dificuldades perderam o direito a habitação social. O Governo deve criar um sistema de avaliação dessas famílias em situação especial, através de acompanhamento especializado por assistentes sociais, atribuindo a esse grupo específico de agregados familiares o direito a habitação social.

A resolução do problema da habitação é um trabalho relacionado com o bem-estar social e com a satisfação das expectativas da população. Se o novo Governo se preocupar de facto com as necessidades da população, deve então assegurar-lhe o direito a uma habitação para que as suas expectativas venham a ser realizadas.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sr.^a Deputada Song Pek Kei.

Song Pek Kei: Obrigada, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Boa tarde.

Até finais de Setembro deste ano, o número de TNR em Macau atingiu 162 877, um aumento de 32 055, em comparação com o período homólogo do ano passado e, para além de ter atingido 41,5% da população activa, este é ainda o maior número registado desde sempre. Ademais, atendendo à conclusão dos projectos no COTAL, a escassez de mão-de-obra em Macau vai ficar pior e, em consequência, será maior a procura de TNR. Perante a subida brusca do número destes trabalhadores, houve sempre vozes na sociedade a solicitar ao Governo que desse importância a esse problema e revisse a política de gestão de TNR, optimizasse os respectivos recursos físicos e humanos, e equilibrasse os interesses entre os TNR e os residentes.

Que os TNR ofereceram grandes contributos para o desenvolvimento de Macau, isso não se questiona, mas as respectivas medidas de gestão estão desactualizadas. Recentemente, um incêndio ocorrido na Rua do Tarrafeiro provocou a morte de quatro TNR. Os TNR que saem da sua terra para trabalhar só querem ganhar mais uns avos. Se o empregador não lhes facultar um abrigo, apenas podem pegar no subsídio de residência pago pelo empregador para arrendar uma fracção. A grande procura de arrendamento das fracções pelos TNR fez subir ainda mais as rendas de Macau. Ora, independentemente do valor das rendas, as fracções são arrendadas facilmente, o que contribui para um aumento contínuo do preço dos imóveis, obrigando os residentes de Macau a viver sob o alto preço

destes, a par da grande inflação, dando lugar ao aparecimento de conflitos sociais. Devido às altas rendas, os TNR com baixos rendimentos, muitas vezes, só podem arrendar um abrigo juntamente com outros TNR, ou arrendar fracções subdivididas, o que é ilegal e pode ser perigoso em termos de segurança.

Há opiniões na sociedade a pretenderem que o Governo negocie com as grandes empresas que contratam grande quantidade de TNR, para estas assumirem as devidas responsabilidades sociais, por exemplo, proporcionar alojamento e transporte aos seus TNR, o que, por um lado, contribuirá para melhorar o ambiente onde vivem e atenuar a pressão de vida e, por outro, para reduzir as rendas dos imóveis e a pressão dos transportes públicos, de forma a contribuir para uma sociedade harmoniosa. Perante esta situação, o Governo deve, com todo o rigor, ouvir a opinião pública, assim como ponderar negociar com as grandes empresas para a discussão dos referidos problemas, a fim de estas assumirem o alojamento dos seus TNR, de forma a reduzir a pressão das rendas, na sua totalidade, e a contribuir para diminuir o alto preço dos imóveis, permitindo à população arrendar casas a preços mais razoáveis. Embora as seis operadoras do jogo proporcionem transporte aos seus trabalhadores, como estas optam por contratar outras empresas para o desenvolvimento de grandes empreendimentos e para a gestão de pessoal, acabam por não facultar transporte aos TNR da construção civil. Perante isto, a DSAT afirmou que já tinha negociado com três operadoras, para a discussão das medidas de fornecimento de transporte aos seus TNR, e que o respectivo plano-piloto já tinha sido implementado em finais de Setembro. Espero que as autoridades possam divulgar, quanto antes, mais informações sobre os resultados das negociações e a calendarização do respectivo plano.

Actualmente, os TNR podem entrar em Macau com visto de viagem para arranjar emprego. Perante esta situação, a DSAL está a proceder à revisão e aperfeiçoamento do “Regime do licenciamento e funcionamento das agências de emprego” e ao estudo e revisão da “Lei da contratação de trabalhadores não residentes”. Daí se pode verificar que, com o aumento substancial do número de TNR, o Governo tem vindo a dar grande importância à sua gestão. O Governo deve aproveitar esta altura para aperfeiçoar os regimes relativos aos TNR, reforçando a respectiva gestão, por exemplo, acelerar a implementação da passagem de 24 horas na fronteira e promover as grandes empresas a assumirem as devidas responsabilidades sociais, nomeadamente, o fornecimento de alojamento e transporte. Se o Governo adoptar uma visão prospectiva para definir a política de gestão dos TNR e aperfeiçoar os respectivos *software* e *hardware*, isso poderá trazer efeitos positivos para Macau, na definição, científica e integral, da futura política demográfica, na construção de uma cidade habitável e na promoção de uma sociedade harmoniosa. Obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sr.^a Deputada Lei Cheng I.

Lei Cheng I: Obrigada, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Há dias, o Sr. Chefe do Executivo apresentou o programa orçamental para o próximo ano, referindo a continuação do reforço das medidas de apoio às famílias em situação vulnerável, às pessoas portadoras de deficiência e aos grupos com baixos rendimentos; a proposta do aumento das remunerações dos funcionários públicos, já para o próximo mês de Janeiro, passando cada ponto do índice da tabela salarial para 79 patacas; e apelo às empresas, em geral, para

aumentarem os salários e regalias dos seus trabalhadores, com vista a uma aproximação à taxa da inflação e ao actual nível de vida de Macau. Contudo, o dirigente máximo nada referiu em relação à actualização do salário mínimo dos trabalhadores que prestam serviços na área de limpeza e segurança adjudicados por serviços públicos, nem se preocupou com estes trabalhadores de base que insistem em ganhar o pão de cada dia com o seu próprio esforço.

O salário mínimo destes trabalhadores não é actualizado desde Junho de 2013, e, quando interpelei a Administração sobre a revisão da actualização dos seus salários, a resposta do Governo foi que tinha sido iniciado o processo legislativo sobre o salário mínimo para os trabalhadores de limpeza e de segurança na área de administração de propriedades, e que o âmbito do salário mínimo se aplicava aos trabalhadores que prestam serviços de limpeza e de segurança adjudicados por serviços públicos, por isso, o valor do salário mínimo destes últimos também ia aumentar após a aprovação desta proposta de lei. Todavia, todos os bens estão cada vez mais caros e a taxa de inflação tem subido em flecha. A vida destes trabalhadores depende do seu salário e não se justifica que o Governo alegue o início do processo legislativo para suspender indefinidamente a actualização do respectivo salário mínimo!

É necessário alertar o Governo para o facto de a legislação do salário mínimo carecer de tempo e de esta lei não produzir efeitos de imediato, mesmo aprovada. Nestes últimos anos, o Governo tem ajustado, de vez em quando, o salário mínimo dos trabalhadores das camadas de base prestadores dos serviços de limpeza e de segurança adjudicados por serviços públicos, mas não procede ao respectivo ajustamento há mais de ano e meio. Como o salário mínimo se mantém em 26 patacas por hora, 208 patacas por dia ou 5408 patacas por mês, então é muito grande a pressão de vida dos trabalhadores em questão, tendo em conta os preços altíssimos actualmente praticados. O “congelamento do salário” decorrente da necessidade de aguardar pela legislação do salário mínimo é, de facto, um pretexto do Governo.

Exijo ao Governo que tenha em conta, antes da vigência da lei, as mudanças salarial e económica em Macau, procedendo, quanto antes, ao ajustamento do salário mínimo dos trabalhadores prestadores dos serviços adjudicados por serviços públicos, com vista a atenuar a sua grande pressão de vida. Obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sr.^a Deputada Kwan Tsui Hang.

Kwan Tsui Hang: Obrigada, Sr. Presidente.

Recentemente, o Chefe do Executivo apresentou o balanço do trabalho do Governo referente a este ano, e um dos principais objectivos da acção governativa deste mandato consiste em criar mecanismos eficientes de longo prazo nos cinco grandes domínios ligados à vida quotidiana da população, o que merece o nosso elogio! Há quem entenda que, nestes 15 anos a seguir à transferência de poderes, a economia de Macau se tem desenvolvido de forma acelerada e o dinheiro do cofre público aumentado constantemente, mas que os problemas sociais, nomeadamente de trânsito, habitação e cuidados de saúde, ainda não foram resolvidos.

Nestes últimos anos, embora as autoridades tenham concluído a construção das 19 mil fracções de habitação pública e concretizado o 1.º nível do regime de segurança social abrangendo toda a população, ainda não foram definidos planos e políticas de habitação pública a longo prazo, nem estabelecido o 2.º nível do regime de segurança

social, ou seja, o regime de previdência central; ao nível da educação, embora tenham sido injectados bastantes recursos, grande parte das escolas, nomeadamente da zona Norte, continua a enfrentar problemas de falta de espaço e de *hardware*; na ausência de *hardware* e *software* para o sistema de saúde e de mecanismos eficientes de longo prazo para a formação de talentos, o Governo salientou, novamente, a criação de mecanismos eficientes de longo prazo nos cinco grandes domínios, mas nesta fase ainda há um longo caminho a percorrer.

Desde o passado mês de Junho, registaram-se cinco meses seguidos de quebras nas receitas do jogo, o que bateu novo recorde em Outubro e representa já um alarme para o desenvolvimento socioeconómico de Macau; embora nestes últimos anos se tenham registado saldos financeiros favoráveis, as despesas financeiras públicas têm aumentado constantemente, e, para assegurar a utilização racional e adequada do erário público, é premente pôr em prática a lei de enquadramento orçamental!

Aproxima-se o novo mandato do Governo e a RAEM vai entrar numa fase de desenvolvimento a médio prazo. Em relação às políticas económicas, solicito ao novo governo que proceda a avaliações sobre os riscos que decorrem do abrandamento do crescimento económico e da mudança económica, fazendo preparativos para enfrentar a situação. Deve o Governo adoptar medidas para promover a diversificação adequada da economia e definir bem os objectivos em termos quantitativos, a fim de os residentes fiscalizarem a eficácia administrativa. Quanto às políticas da vida quotidiana, o Governo deve acompanhar as questões da habitação, trânsito, saúde, educação e equipamentos sociais, as quais desagradam muito à população. O Governo deve ainda adoptar medidas para aumentar a eficácia administrativa, a fim de resolver problemas relativos à vida da população. Quanto à criação de mecanismos eficientes de longo prazo, o Governo deve aproveitar bem as verbas avultadas para criar bases financeiras, de modo a concretizar os cinco mecanismos eficientes de longo prazo, incluindo para a segurança social e o sistema de saúde, e com vista a assegurar a habitação, o sistema de educação e a formação de talentos, e ainda o respectivo funcionamento!

No futuro, a estratégia para o contínuo desenvolvimento da economia, um sistema eficiente para resolver problemas da vida da população e a construção e concretização dos referidos cinco mecanismos são três tarefas delicadas para o novo governo concluir, tratando-se ainda de pontos decisivos para o desenvolvimento sustentável de Macau! Obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sr.^a Deputada Chan Melinda Mei Yi.

Chan Melinda Mei Yi: Obrigada, Sr. Presidente.

A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a “Declaração dos Direitos da Criança”, em 20 de Novembro de 1959, e a “Convenção sobre os Direitos da Criança”, em 20 de Novembro de 1989, por isso, o dia 20 de Novembro passou a ser o “Dia Mundial da Criança”. A partir de 1998, a referida Convenção começou a ser aplicada em Macau. Depois do regresso à Pátria, esta Convenção permaneceu em aplicação na RAEM, segundo um aviso do Governo, publicado em Janeiro de 2001.

Segundo essa Convenção, a criança é todo o ser humano menor de 18 anos e deve gozar de diversos direitos. A Convenção define quatro princípios fundamentais para salvaguardar os direitos da

criança, proíbe qualquer discriminação, dá prioridade aos interesses, à sobrevivência e ao desenvolvimento da criança e esta tem o direito de ser ouvida. O art.º 4.º da Convenção prevê que os Estados Partes se comprometem a tomar todas as medidas legislativas, administrativas e outras necessárias à realização dos direitos reconhecidos pela Convenção.

Há mais de dois anos, sugeri ao Governo da RAEM, mediante uma intervenção antes da Ordem do Dia, que avaliasse a situação da execução da Convenção sobre os Direitos da Criança em Macau, nomeadamente, a insuficiência do regime jurídico vigente. No entanto, é pena que, até ao momento, o Governo não tenha avançado nos trabalhos legislativos relativos à protecção da criança. Aproveito a ocasião do Dia Mundial da Criança, no próximo dia 20 de Novembro, e volto a apelar às autoridades administrativas para que revejam, alterem e aperfeiçoem, quanto antes, a respectiva legislação, por exemplo:

1. É necessário estabelecer uma lei específica para a protecção de menores, definir expressamente os seus direitos, responsabilidades e deveres, e ainda elevar a consciência dos residentes no que respeita à protecção de menores.

2. Aperfeiçoar o Código Penal: para além de avaliar a suficiência, ou não, das penas aplicáveis aos crimes contra menores, é necessário passar os seguintes crimes semipúblicos para públicos, previstos no Código Penal: “Maus-tratos ou sobrecarga de menores, incapazes ou cônjuge” (art.º 146.º), “Abuso sexual de crianças”, “Abuso sexual de educandos e dependentes”, “Estupro” e “Acto sexual com menores”, (art.º 166.º a art.º 169.º), no sentido de reforçar não só o efeito de dissuasão da lei, como a protecção de menores.

3. É necessário legislar para que os encarregados de educação assumam responsabilidades jurídicas em caso de os menores sofrerem prejuízos, por negligência dos encarregados de educação, na prestação de cuidados a menores.

O artigo 19.º da “Convenção sobre os Direitos da Criança” estipula que os Estados Partes devem tomar todas as medidas para proteger as crianças contra “a negligência e o abandono”. Aquando da elaboração da Lei de Prevenção e Correção da Violência Doméstica, o Governo teve como princípio fundamental evitar que o seu articulado envolvesse matéria regulada na legislação penal vigente. Assim, nessa versão da proposta de lei sobre combate ao crime da violência doméstica, omitiu-se a “negligência” da lista de “actos do crime de violência doméstica”, para que fosse regulamentada posteriormente através de outra medida legislativa. Neste momento, em alguns países, a lei proíbe expressamente que se deixem crianças menores sozinhas em casa, uma vertente que deve ser discutida também em Macau. No entanto, antes disso, é necessário colmatar a lacuna da lei, imputando a responsabilidade jurídica que cabe aos tutores e encarregados de educação responsáveis por danos corporais provocados por negligência aos menores.

4. Reforço da protecção às mulheres e crianças, acelerando a legislação de combate à violência doméstica. Os crimes cometidos nesse âmbito devem ser criminalizados. Sendo de carácter semipúblico a maioria desses crimes, como a ofensa ao corpo, a coacção, o crime contra a liberdade sexual e contra a autodeterminação sexual, e os maus-tratos, é necessário alterar essa situação em que o processo penal é iniciado apenas com a

apresentação de queixa, e que não contribui para a protecção de mulheres e crianças.

Em suma, espero que, no que respeita à protecção de crianças e mulheres, as autoridades não adoptem uma atitude de deixar andar e, no plano jurídico, não devem evitar as dificuldades e fazer o que é mais fácil para o Governo. As leis consideradas necessárias devem ser elaboradas quanto antes, a revisão dos artigos do Código Penal deve ser concluída quanto antes, e o Governo deve assumir a sua própria responsabilidade. Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sio Chi Wai.

Sio Chi Wai: Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

O tema que vou abordar hoje tem a ver com o conhecimento sobre a nova conjuntura internacional, para que Macau consiga inserir-se num novo modelo económico.

O tema da APEC é “parceiros da Ásia-Pacífico para construir uma relação orientada para o futuro”, e durante a conferência de 2014, realizada em Pequim, foram discutidas três questões prioritárias: 1. “promover a integração económica regional”; 2. “promover a inovação e o desenvolvimento, e a reforma e o crescimento económico”; e 3. “fortalecer a construção de infraestruturas e a interoperabilidade”. Foram ainda foco nesta conferência a “criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas” e a “criação da zona de livre de comércio Ásia-Pacífico”. Quanto a esta zona de comércio livre, espera-se que possam ser incluídos países grandes como a China, os Estados Unidos da América e a Rússia, entre outros, no sentido de se criar a maior zona de comércio livre a nível mundial. Estes objectivos, para além de serem vantajosos para todos, constituem ainda a base para a cooperação Ásia-Pacífico.

Nestes últimos dois a três anos, a integração económica da região Ásia-Pacífico registou fortes desenvolvimentos. Primeiro, conseguiram-se vários avanços em muitas negociações comerciais cujos padrões de exigência eram elevados, por exemplo, entre a China e a Nova Zelândia, os Estados Unidos da América e a Coreia, o Japão e a Austrália, a Coreia e a Austrália, a China e a Coreia, a China e o Japão, etc. Estas negociações, já findas ou em curso, demonstram-nos como é forte a tendência de integração económica na região Ásia-Pacífico, e com esta tendência, o círculo económico da Ásia-Pacífico vai assumir-se como a região de comércio e investimento mais importante a nível mundial.

Olhando para as notícias sobre a Conferência da Cooperação Económica Ásia-Pacífico (APEC) em Pequim e para a conjuntura que se vive no mundo e em Macau, não é difícil verificar que o ambiente económico global tende a uniformizar-se, e que são muitas as oportunidades e desafios para Macau. Beneficiamos das vantagens concedidas pelo Interior da China, mas também contribuímos com os nossos esforços para a criação dum bom ambiente económico, no entanto, não podemos ficar a marcar passo, ou seja, temos de conhecer e de fazer face aos desafios resultantes do desenvolvimento económico dos países e regiões vizinhos. Em primeiro lugar, temos de conhecer a conjuntura actual, de prever correctamente a sua evolução e, ainda, de reforçar a consciência quanto à necessidade de enfrentar as adversidades. E quanto às mudanças conjunturais contínuas, devemos agarrar sempre as

oportunidades e lançar medidas eficazes para manter o desenvolvimento sustentável da economia.

O Governo da RAEM definiu a promoção da construção de um centro e de uma plataforma como objectivo para o desenvolvimento da diversificação da economia, uma das medidas lançadas face à complexa conjuntura económica internacional. Fazer de Macau um centro mundial de turismo e lazer e uma plataforma regional de comércio e serviços é o rumo desenhado para a diversificação da economia. No caso do centro, os grandes esforços do Governo já deram resultado e, no caso da plataforma, ainda precisamos de reforçar o desenvolvimento da nossa economia. Passo então a enumerar quatro aspectos:

1. Macau é uma plataforma de comércio e serviços com os países de língua portuguesa, estando por isso em excelentes condições para impulsionar o desenvolvimento das liquidações em Renminbi com esses países, passando a ser uma plataforma para as liquidações em Renminbi entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

2. A formação de elites é tarefa prioritária, nomeadamente de elites bilingues e que dominem as áreas jurídico-comercial, financeira, logística, de exposições e convenções, e gestão, em prol do estreitamento e do desenvolvimento, sem sobressaltos, das relações económicas e comerciais.

3. O impulsionamento da plataforma de comércio e serviços deve aproveitar a força dos serviços competentes do Governo e a força da sociedade civil, nomeadamente, a força motriz do elevado número de PME, para criar um mecanismo resultante da força do Governo e da sociedade, o que só beneficia a criação de uma plataforma de comércio e serviços mais adequada ao ambiente económico de Macau.

4. Há que ultrapassar as actuais limitações, através da articulação das leis e da aplicação de medidas para facilitar o acesso entre fronteiras, promovendo assim a articulação entre o software e o hardware no âmbito do desenvolvimento urbanístico. Temos que aproveitar as vantagens geográficas oferecidas pela Província de Cantão para promover, em conjunto, o desenvolvimento da cooperação regional.

Recorrendo às palavras do Presidente Xi Jinping, no seu discurso a propósito do encontro dos líderes da APEC em Pequim, “Grandes eras exigem grande visão, e esta, por sua vez, requer grande sabedoria”. Macau também precisa de grande sabedoria para conseguir integrar-se nesta grande era! Obrigado.

Presidente: Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Ng Kuok Cheong propõe o prolongamento do período de antes da Ordem do Dia. Vamos então votar para decidir se prolongamos esse período. Passamos então à votação.

(Votação)

Presidente: Aprovado.

Tem a palavra a Sr.ª Deputada Chan Hong.

Chan Hong: Obrigada, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

No final de Agosto de 2008, Macau aderiu à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Em Novembro de 2012, a Comissão Económica e Social das Nações Unidas para a Ásia e o Pacífico publicou o 3.º plano sobre as pessoas com deficiência (2013-2022), em Incheon, na Coreia do Sul, designado por “Estratégia de Incheon”, que visa promover o objectivo de concretizar o gozo efectivo dos direitos das pessoas com deficiência, na Ásia e no Pacífico. Esta estratégia, produzida com base nos princípios consagrados na referida Convenção, contém 10 objectivos relacionados com a Convenção, 27 objectivos mais concretos e 62 parâmetros. O presente ano é o segundo da sua implementação, e a concretização do espírito e conteúdo da mesma, que contribui para a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência de Macau e para o desenvolvimento dos seus direitos, depende muito dos esforços conjuntos do Governo da RAEM e da sociedade.

Actualmente, em Macau, há pouca prestação de apoios às pessoas com deficiência, por exemplo, há falta de entendimento e de aceitação social para com essas pessoas, o ensino especial está na fase inicial e não tem uma rede escolar perfeita, a oportunidade de emprego dessas pessoas é relativamente baixa, há falta de recursos humanos e de técnicos que lhes prestem apoio, os deficientes têm uma autoconfiança baixa e há falta de serviços de saúde para crianças com deficiência, etc. Para criar um ambiente em que todos vivam em harmonia, é importante que os residentes entendam e aceitem as pessoas com deficiência, e assim é que se pode evitar conflitos. Tomando como referência a referida estratégia, tenho as seguintes sugestões:

1 – Implementação em Macau da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência

O Governo de Macau deve legislar para ser implementada a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, incluindo uma lei contra a discriminação dos deficientes. Em todas as fases do ensino obrigatório, deve-se promover a educação sobre essa Convenção para a população ser informada, desde a aprendizagem nas escolas, das necessidades dos deficientes. Cabe ao Governo intensificar as acções de sensibilização sobre esta Convenção através dos média e promover com a sociedade civil iniciativas de sensibilização, como a venda de autocolantes, concursos de pintura e de composição, e visitas aos deficientes, para que todas as camadas sociais possam ter um conhecimento sobre estes.

2 – Criação de um ambiente sem barreiras físicas e reforço da educação cívica

O Governo tem vindo a criar um meio sem barreiras físicas, e tem realizado acções de divulgação, mas há ainda espaço para melhoria a esse respeito. Além do trabalho legislativo e da eliminação de barreiras físicas nas construções, é necessário haver mais vídeos de sensibilização para serem divulgados através dos média. Pode-se, também, organizar concursos de *design* de cartazes, de composição, de fotografias e de pintura, como forma de conseguir um maior efeito nas acções de sensibilização junto da sociedade.

3 – Maior segurança social para os deficientes

É necessário que o Governo eleve a protecção económica dos deficientes. Com o aumento do preço dos bens e o agravamento da inflação, os subsídios e abonos atribuídos aos deficientes pelo Governo representam um apoio de valor reduzido, que não chega

para resolver as necessidades económicas das respectivas famílias. Proponho a prestação de mais apoios técnicos e económicos às instituições que apoiam os deficientes, encorajando mais empresas e organizações a criarem entidades que lhes prestem serviços, proporcionando-lhes um maior número de apoios sociais.

4 – Proporcionar perspectivas de desenvolvimento profissional e oportunidades equitativas de emprego aos portadores de deficiência que pretendem trabalhar

O Governo e as concessionárias do jogo, entre outras grandes empresas, têm a obrigação de contratar, proporcionalmente, os portadores de deficiência que pretendam trabalhar, para lhes proporcionar oportunidades equitativas de emprego e locais de trabalho, e ainda de definir mecanismos sistemáticos para a construção de elevadores; o Governo deve liderar na definição de políticas e estimular as PME a contratar portadores de deficiência.

5 – Elevar a qualidade dos cuidados de saúde e dos serviços de encaminhamento

Partindo de um posto de vista da primeira fase de tratamento e ensino, se se conseguir diagnosticar, o mais cedo possível, os impedimentos das crianças deficientes mentais, é possível proporcionar-lhes o devido tratamento e formação, atempadamente. Proponho acelerar o ritmo do trabalho das entidades médicas públicas em relação à avaliação das crianças que necessitam da primeira fase de educação especial, aumentar os recursos humanos, e aperfeiçoar os serviços de encaminhamento da primeira fase de tratamento e ensino. A protecção da saúde dos portadores de deficiência é a base para elevar a sua qualidade de vida, assim, proponho a criação de uma unidade reservada para pessoas com necessidades especiais no actual sistema médico, a fim de reduzir o tempo de acesso aos cuidados de saúde dos portadores de deficiência.

6. Rever, quanto antes, o regime de avaliação do tipo e grau de deficiência

O referido regime entrou em vigor em Março de 2011 e muitas associações de reabilitação manifestaram diferentes opiniões sobre o mesmo. O IAS está a proceder à revisão desse regime, com vista a aperfeiçoá-lo, e prometeu concluir esta revisão ainda este ano. Assim, exorto o Governo a divulgar, quanto antes, os respectivos resultados, a fim de dar início aos trabalhos de melhoria e aperfeiçoamento da avaliação do tipo e grau de deficiência.

Espero que o Governo e a sociedade continuem a envidar esforços conjuntos para promover a implementação da “Estratégia de Incheon” em Macau, a fim de criar uma sociedade harmoniosa, com comunhão de deficientes e saudáveis. Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mak Soi Kun.

Mak Soi Kun: Obrigada, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

A questão que quero abordar hoje é a seguinte: o Governo está satisfeito com os resultados da educação cívica?

Peritos e académicos afirmam que a educação cívica é uma actividade de formação que fornece aos indivíduos, enquanto cidadãos, conhecimentos sobre o exercício de direitos e a assunção

de deveres. Através do material didáctico e do método de ensino empregue, esta actividade visa dar a conhecer aos alunos os direitos e deveres dos cidadãos, a relação entre a pessoa e a comunidade, a democracia, o cumprimento da lei, entre outros. A moral é uma matéria ministrada em educação cívica, por exemplo: “alguns académicos, num texto intitulado ‘Comentários à formação moral pública’, afirmam que a moral se subdivide em ‘moral pública por acção’ e ‘moral pública por omissão’. A ‘moral pública por omissão’ consiste em que um indivíduo deve evitar que a sua conduta ou o seu comportamento prejudiquem os outros ou o público. Trata-se do acto de não praticar determinados actos, por outras palavras, não contrariar o mínimo exigido pela sociedade. Sempre que as pessoas forem autodisciplinadas, a ordem pública, enquanto disciplina reconhecida por todos, poderá ser basicamente concretizada. A ‘moral pública por acção’ consiste no acto, por iniciativa do indivíduo, de dar um contributo aos outros, à sociedade ou até ao país. São, no total, 18 situações que demonstram em concreto a ‘moral pública por acção’ e ‘a moral pública por omissão’. Quanto à violação da ‘moral pública por omissão’, as situações compreendidas são as seguintes: não ser pontual; faltar aos convívios sem justa causa; danificar plantas nos jardins e entrar em locais proibidos; pintar, sujar e denegrir as paredes, nomeadamente as dos templos; sujar os lavatórios dos serviços públicos ou dos estabelecimentos públicos; causar perturbações aos outros nos transportes, puxar coisas pesadas, danificar as vias; adquirir interesses próprios nas obras de natureza pública, entre outras. A ‘moral pública por acção’ compreende as seguintes situações: enveredar pelo caminho da autodisciplina; rectificar os maus hábitos; conjugar esforços com residentes urbanos e rurais; prestar rapidamente socorro aos órfãos, viúvas e incapazes que estão a ser enganados por manhosos; salvar e ajudar os pobres e portadores de deficiência; prestar, dentro do possível, apoio às actividades de caridade do país; prestar atenção à economia do país para evitar injustiças no comércio externo, etc...”

Segundo especialistas e académicos, quando se pretende diferenciar a “moral individual” da “moral social”, há que realçar então o conteúdo fulcral da “moral social”: “a pessoa, como indivíduo independente, tem que necessariamente assumir regras de conduta perante todos os membros da sociedade, independentemente da hierarquia, e isto é o que chamamos de deveres a assumir perante a sociedade. Segundo os resultados da prática social, a “moral social negativa” tem mais significado real do que a “moral social positiva”, isto é, é mais explícita a “linha de base social” dos critérios do acto pessoal nas relações sociais, e isto é a base teórica de uma sociedade harmoniosa. Os trabalhos efectuados activamente pelo Governo, a participação de toda a população e a boa interacção é o ponto fulcral para concretizar a “reconversão” da “pessoa”, na sociedade moderna. A experiência decorrente da concretização social e da transformação da própria pessoa diz-nos que: se numa sociedade existirem 5% de pessoas que conseguem alcançar uma “moral social positiva” com elevados critérios, isto consiste meramente numa amostra sem grande significado. Mas se numa sociedade já existem 75% a 80% de pessoas que conseguem cumprir a “linha de base social”, então esta sociedade já é, basicamente, uma sociedade harmoniosa.

Por exemplo: no dia-a-dia em Macau, o atravessar de uma rua é uma coisa normal, mas há sempre alguém que não cumpre as regras de trânsito, originando acidentes. O número de acidentes decorrentes do passar com a luz vermelha, não ceder prioridade aos peões que estão a passar na zebra e atravessar as ruas fora das passadeiras tem vindo a aumentar anualmente. Segundo os dados actualizados do Corpo de Polícia de Segurança Pública, nos primeiros 9 meses de

2014, o número de casos de passar com a luz vermelha atingiu 1723, uma diferença de 25,13% em comparação com o período homólogo do ano passado; o número de casos de atravessar a rua fora das passadeiras atingiu 1707, uma diferença de 745,05% em comparação com o período homólogo do ano passado. Em 2013, foram 4 os casos que envolveram mortes decorrentes da não cedência de prioridade aos peões que estavam a passar na zebra ou nos cruzamentos, mas o número desses casos já atingiu 5, até aos primeiros 9 meses deste ano.

O referido caos no trânsito e os casos de mortes nas passadeiras podem revelar que os serviços competentes não punem bem as infracções e demonstrar também a falta de civismo dos nossos residentes, pois ainda não atingiram o nível que os académicos definem, não falando então da sua elevação. No âmbito da ecologia, a sociedade preconiza que a protecção ambiental é da responsabilidade de todos, contudo, poucas pessoas, por sua iniciativa, assumem essa responsabilidade. Há na nossa vida quotidiana muitos destes casos que não reflectem a eficácia da educação cívica.

Muitos residentes criticam certas falhas grandes na educação, nomeadamente, na educação cívica. Nos últimos anos, o Governo da RAEM tem reforçado a consideração da educação cívica, mas, segundo alguns professores, a moral e a educação cívica ainda não estão incluídas nos manuais escolares dos alunos do ensino secundário complementar. Porquê? Será porque os serviços competentes não puseram em relevo estes temas? Ou será porque não dispõem de um mecanismo para o efeito ou ainda por outras razões? A sociedade evoluiu muito e a sua economia desenvolve-se rapidamente. Porque é que o civismo da população recua ainda? Macau já regressou à Pátria há quinze anos e agora as autoridades devem reflectir sobre o assunto. Os residentes pediram-me para perguntar ao Governo se está satisfeito com o nível de educação cívica da população. Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Tsui Wai Kwan.

Tsui Wai Kwan: Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

As receitas brutas do sector do jogo registaram recentemente uma diminuição, o que levou à redução dos impostos do jogo durante cinco meses consecutivos. Essa diminuição é cada vez maior e acabou por reduzir, também, a vontade dos consumidores e investidores, e ainda o número das transacções no mercado imobiliário. Segundo o relatório do Fundo Monetário Internacional, existe um risco significativo de abrandamento económico a nível mundial. E o que nos preocupa é que a maior parte das receitas públicas provém do imposto sobre o jogo, e também o facto de uma grande percentagem da população activa trabalhar para este sector, portanto, esta situação veio reafirmar a profunda dependência da economia de Macau no sector do jogo, ou seja, ainda não foi possível resolver o problema da monotonia da nossa economia. Por outro lado, nestes últimos anos aumentaram os abonos e o valor da comparticipação pecuniária, foram concedidas várias isenções e diversas regalias no âmbito da medicina, educação, segurança social, instalações básicas, etc. O Governo deve ser cauteloso e prudente na sua gestão financeira, para que a sociedade não tenha de enfrentar grandes choques quando se verificarem mudanças económicas, uma vez que não é possível a manutenção, em permanência, da boa situação da nossa economia.

A população de Macau também deve ter consciência da “necessidade de se preparar bem antes da tempestade”, e deve conhecer bem a importância do desenvolvimento económico, deve aumentar as suas capacidades e tentar experimentar coisas novas e encontrar novas oportunidades, com vista à promoção da diversificação económica de Macau. Perante a actual situação da nossa economia, devemos estar unidos e apresentar sugestões para o rumo da sua diversificação, devemos fugir às polémicas e aos assuntos que facilmente afectam a nossa estabilidade, não devemos dar oportunidade àqueles que se aproveitam das ocasiões para destruir a nossa harmonia e estabilidade social, bem como para causar diferenciação social e oposição política, e o caso do movimento “*Occupy Central*” de Hong Kong deve servir-nos de lição. Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ng Kuok Cheong.

Ng Kuok Cheong: Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

A “Teoria da Organização Industrial” é um dos contributos académicos de Jean Tirole, o vencedor do Prémio Nobel de Economia deste ano, e os efeitos excelentes da análise no âmbito do controlo industrial ultrapassam os que decorrem do modelo de oligarquia e da teoria da concorrência monopolística. A “Teoria da Organização Industrial” é composta por 3 elementos, nomeadamente, a estrutura, o comportamento e a *performance* de um mercado. Numa perspectiva de curto prazo, a estrutura do mercado dita o comportamento do mercado, e este comportamento vai determinar a *performance* do próprio mercado, podendo aplicar-se o *game theoretic framework* para a análise do comportamento do mercado, que é decorrente da referida estrutura. Numa perspectiva de longo prazo, a *performance* do mercado pode provocar efeitos negativos no comportamento do mercado e este, por sua vez, provocar o mesmo na estrutura do mercado.

A “Teoria da Organização Industrial” proposta por Jean Tirole é substancial para a análise do desenvolvimento do sector predominante da RAEM. Apelo aos governantes responsáveis pela definição das políticas económicas, incluindo o futuro Secretário para a Economia e Finanças, que dominem esta teoria.

Nos últimos dez anos, o sector do jogo expandiu-se rapidamente, o número de mesas de jogo aumentou de mais de 300 para 5000 e as receitas totais aumentaram de 15 mil milhões para mais de 300 mil milhões. Sendo impulsionado pelo sector do jogo, que lidera, o número de turistas subiu para cerca de 30 milhões, e isto faz com que Macau esteja a enfrentar um enorme problema no âmbito do respectivo acolhimento. Nos últimos dez anos, o sector do jogo da RAEM desenvolveu-se sempre com prosperidade e cada empresa concessionária já começou a preparar os novos investimentos, ao nível do jogo, para 2016.

Atendendo ao facto de as empresas concessionárias terem conseguido enormes lucros nesta cidade, ao longo dos últimos anos, é natural que procedam a reinvestimentos de grande dimensão, o que se traduz também na robustez para impulsionar o desenvolvimento do sector. Analisando a situação com base na “Teoria da Organização Industrial”, este comportamento do mercado decorre da *performance* do mercado acumulada nos últimos 10 anos. Entretanto, esta robustez de investimento e desenvolvimento está condicionada pela

regra de “a estrutura do mercado determinar os comportamentos do mesmo”.

Antes da data de renovação dos contratos de concessão que o Governo da RAEM terá que tratar, cada empresa concessionária já começou a preparar os novos investimentos para 2016, que vão duplicar em comparação com os antigos, e isto visa salvaguardar a renovação da concessão mediante o aumento dos investimentos e a manutenção da percentagem que cada empresa concessionária representa no mercado. A estrutura do mercado dita o comportamento do mesmo, assim, as empresas concessionárias vão aumentar os investimentos para salvaguardar a renovação da concessão e manter a sua percentagem representativa no mercado, conforme o *game theoretic framework*.

O comportamento do mercado determina os resultados conseguidos. A importância dada ao aumento, de grande envergadura, dos investimentos, para salvaguardar a renovação da concessão e a manutenção da percentagem que cada empresa concessionária representa, vai contribuir para menosprezar a melhoria da qualidade do sector do jogo e a necessidade da sua conversão.

Nos últimos cinco meses, registou-se um decréscimo da receita bruta do sector do jogo, e isto representa o fim do seu aumento rápido e constante, registado durante muitos anos. As empresas concessionárias vão aumentar a oferta de *hardware*, mas a procura não vai aumentar de modo algum. Na realidade, as seis grandes empresas concessionárias têm investimentos nos sectores do jogo de outras regiões da Ásia e é aceitável que queiram continuar a obter lucros e a manter a sua percentagem no mercado. Mas, para atingir esse objectivo, é necessário realizar novos investimentos de grande envergadura e isto pode levar o sector do jogo a entrar numa armadilha com excesso de produtos.

Por ocasião da renovação dos contratos de concessão do jogo, o Governo da RAEM deve fiscalizar e orientar as empresas concessionárias que conseguiram grande volume de lucros, resultantes do desenvolvimento acelerado do sector do jogo e da expansão rápida das receitas, para investirem parte desses lucros na substituição dos projectos velhos por novos, a fim de manter este sector criativo e atractivo, optimizando esta indústria e elevando a sua competitividade de forma sustentável. Se apenas for focada a ampliação “brutal” da escala do sector, isso só vai sobrecarregar mais a capacidade de acolhimento de Macau, agravar os conflitos entre as partes patronal e laboral, e impedir a diversificação sectorial, colocando a RAEM num grande risco económico. Actualmente, estas empresas têm vindo a aumentar constantemente a proporção dos trabalhadores importados e estão a preparar-se para importar mão-de-obra para desempenhar as funções de *croupier*, agravando os conflitos no sector.

Se não houver um reajustamento específico dos sectores de actividades, consoante a “Teoria da Organização Industrial”, tal irá acarretar um efeito explosivo em série na economia de Macau: primeiro, o avultado investimento realizado de forma grosseira e abundante em *hardware*, no sector dominante, implicará uma necessidade excessiva de *software* (maior número de mesas de jogo, de força laboral, de mão-de-obra importada, etc.), resultando, também, na eliminação de uma parte das pequenas e médias empresas (PME) devido à carência de recursos. Segue-se, depois, a redução dos lucros das operadoras do sector dominante como resultado desse excedente dos meios de produção, provocando

conflitos entre as partes patronal e laboral, por causa da deterioração das condições oferecidas aos trabalhadores em situação dos meios produtivos em abundância...

De facto, após a entrada no séc. XXI, tem vindo a crescer o peso do sector dos serviços na região da Ásia, tal como o valor de produção e o número de empregados neste sector económico. Passado algum tempo de desenvolvimento, os economistas da Ásia começaram a constatar uma dependência excessiva do sector de serviços em relação à importação de mão-de-obra, daí esta mão-de-obra barata se ter vindo a sobrepor à necessidade de investimento, dando origem a uma redução em média do valor da produção, num ambiente de concorrência de longo prazo entre os operadores, dificultando a gestão dos recursos humanos e agravando os conflitos entre as classes sociais.

Na minha opinião, o Governo deve aproveitar o seu poder de decisão na renovação das licenças do jogo, exercendo atempadamente a sua influência nesse processo para monitorizar e dirigir o desenvolvimento deste sector em Macau.

Em relação às medidas concretas que podem ser adoptadas pelo Governo da RAEM para essa monitorização e direcção do rumo de desenvolvimento do jogo, as autoridades locais devem utilizar os meios jurídicos para definir uma política que preveja o provimento de trabalhadores locais nos postos de supervisor e de *croupier*, limitando também o aumento do número de mesas de jogo a uma taxa de crescimento anual de 3 por cento, mesmo que haja novos investimentos. Nos novos investimentos realizados pelas empresas do jogo, estas devem ser orientadas a transferir as suas mesas de jogo e os trabalhadores para os novos projectos. Além disso, devem cooperar com as empresas e profissionais locais no sentido de transformarem as suas antigas instalações de jogo em sedes para convenções, indústrias culturais e criativas, ou para outras finalidades turísticas que contribuam para a diversificação da estrutura económica. A direcção do reajustamento no sector deve ser definida quanto antes, e os operadores devem ser informados claramente, para poderem mobilizar os seus recursos na redistribuição atempada das mesas de jogo e na redefinição funcional das suas antigas e novas instalações. Deste modo, essas operadoras vão poder dar início a uma transformação experimental no sector, para que os seus investimentos em *hardware* resultem na substituição e eliminação dos equipamentos antigos, e contribuam para a melhoria deste sector de actividade e para o aumento contínuo da sua capacidade de concorrência. Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Au Kam San.

Au Kam San: Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Quanto aos 40 mil idosos que ficaram gravemente prejudicados por terem optado pela antecipação da pensão para idosos, o Chefe do Executivo, Chui Sai On, afirmou, no ano passado, que tinha recebido as suas queixas e que ia mandar fazer um estudo actuarial e definir medidas de compensação. Ao fim de mais de um ano foi publicado o relatório actuarial, segundo o qual os referidos idosos não estão a sofrer prejuízos, antes pelo contrário, até estão a ser beneficiados, uma vez que deviam receber apenas 72% do valor total da pensão, percentagem esta que devia manter-se inalterada durante a sua sobrevivência. Só que, segundo o regime vigente, os idosos em causa recebem 75% e podem receber o montante total da pensão

quando completarem 80 anos, por isso, segundo aquele relatório, o Governo até está a beneficiar os idosos que optaram pela antecipação.

Segundo os especialistas responsáveis pelo relatório, o cálculo em causa baseia-se no valor total da pensão, sem ter em consideração o factor sobrevivência. Portanto, se um idoso com 60 anos que está a receber a pensão antecipada morrer antes de completar 65 anos é mais beneficiado, e se morrer antes de completar 80 anos será mais beneficiado do que os que não optaram pela pensão antecipada, por isso, os mais beneficiados são os idosos que recebem a pensão antecipada e morrem mais cedo. Coitados! De facto, a forma de cálculo da pensão para idosos, que se baseia no valor total da pensão, não só não tem em consideração o factor sobrevivência como também serve para enganar os idosos.

Antes de 2008, devido ao anormal desenvolvimento da economia de Macau, a procura por trabalhadores jovens era maior e os mais velhos eram recusados, o que afectou alguns deles. Muitos foram obrigados a abandonar o emprego antes dos 65 anos e tiveram de enfrentar as dificuldades de encontrar novo emprego. Foi então nesta conjuntura que apelaram ao Governo para antecipar a pensão para idosos para os 60 anos, como forma de resolver as suas dificuldades, e após várias petições nesse sentido, o Governo aceitou a reivindicação e permitiu a antecipação da pensão aos idosos com mais de 60 anos. Porém, esta acabou por ser um pagamento, distribuído por um período de vinte anos, do montante total da pensão a que tinham direito ao fim de quinze anos, ou seja, desde os 65 aos 80 anos. Foi por isso que se criou a “regra do jogo” em causa, ou seja, o pagamento da pensão proporcional à idade do beneficiário. De facto, o Governo efectuou os seus cálculos com todo o rigor, e o que se verifica é que os idosos não receberam nem um tostão a mais, uma vez que se trata, apenas, do pagamento do valor total da sua pensão relativa a quinze anos mas distribuído agora por vinte anos. E o Governo tem divulgado a ideia de que os idosos não perdem nem um tostão com essa antecipação. É certo que, se o valor da pensão se mantiver ao mesmo nível durante vinte anos, o beneficiário não vai receber nem mais nem menos do que o equivalente ao período de dez a vinte anos em que o seu pagamento é antecipado, e o valor total da pensão corresponde ao que devia ser pago até aos oitenta anos. Quando foi anunciada a possibilidade de antecipação da pensão para os 60 anos, os responsáveis do Governo garantiram que a medida não ia reduzir o montante total da pensão a que se tinha direito.

Devido às limitações impostas, à medida que aumenta o valor da pensão, maiores são os prejuízos para quem pediu a sua antecipação, atendendo a que o valor recebido equivale a uma determinada percentagem. Alguns idosos fizeram as contas, e só nestes últimos anos sofreram prejuízos superiores a 40 mil patacas. O FSS divulgou o relatório actuarial e não negou que quem pediu a antecipação da pensão saiu prejudicado, no entanto, salientou que esta situação é comum a muitos outros locais. Parece que se esqueceu da promessa assumida aquando da promoção deste regime, altura em que afirmou que o valor total não ia ser afectado. Aquele Fundo até entende que os que pediram a antecipação da pensão o fizeram por vontade própria e que já sabiam muito bem dos prejuízos que iam sofrer quando apresentaram o pedido, e mais ainda, classifica de brigões todos os que solicitam ao Governo uma compensação pelos prejuízos, e quer até livrar-se de todas as responsabilidades e imputá-las aos idosos, que se limitaram a confiar nos governantes. Podem então esquivar-se de responsabilidades, podem trocar e até classificar de estúpidos os idosos que pediram a antecipação da pensão. Isto fica muito mal.

O Presidente do FSS afirmou que “a fórmula mais justa para o cálculo da pensão antecipada seria reduzir a percentagem e não aumentá-la”, isto é, reforçar a situação de miséria dos beneficiários. Afirmou que “os beneficiários desta pensão concordaram e aceitaram a actual fórmula de cálculo”, ou seja, imputa as responsabilidades aos idosos. Aquele presidente parece que não sabe da realidade e que não consegue ouvir o descontentamento dos 40 mil idosos afectados.

Se na altura os idosos não sabiam dos prejuízos e pediram a antecipação da pensão foi porque o Governo realçou que isso não ia prejudicá-los. Esclarecer devidamente o público sobre as suas políticas é uma responsabilidade a que os membros do Governo não podem esquivar-se. E foram os erros das suas explicações que levaram os residentes a fazer uma má opção, e isto é prevaricação por parte dos membros do Governo que, por isso, têm de assumir as devidas responsabilidades.

Segundo os contactos que fiz, os idosos que optaram pela antecipação da pensão também dão ouvidos à razão, muitos deles não estão a pedir uma indemnização ao Governo, só exigem que se acabe com os prejuízos. Um dos pedidos é a pensão poder continuar a ser descontada proporcionalmente até aos 80 anos, mas sem que tal aconteça quando o valor da pensão é alvo de aumento, a fim de garantir que o valor total não seja reduzido devido a esse aumento. Isto é só um pedido para acabar com os descontos. Mas mesmo perante um pedido tão pequeno, o Governo continua a descurá-lo, então, por que razão está sempre a falar do respeito pelos idosos?

A controvérsia da antecipação da pensão para idosos já se mantém há vários anos. No caso dos idosos, os prejuízos resumem-se a dinheiro, enquanto que para o Governo representam a destruição incessante da credibilidade que lhe resta. Ao longo destes últimos 15 anos, já perdeu toda a credibilidade junto dos jovens, e se agora são os idosos que também se sentem enganados e traídos, não estará a honestidade do Governo a entrar em plena falência?

O Sr. Chui vai ser novamente Chefe do Executivo durante mais cinco anos. Portanto, deve dar uma oportunidade a si próprio! Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Tong Io Cheng.

Tong Io Cheng: Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

A questão que quero abordar hoje tem a ver com a actualização das leis fundamentais, a qual exige novas formas de pensar e a respectiva coadunação com a realidade.

Desde o 18.º Congresso do Partido Comunista da China, foi promovida integralmente a governação de acordo com o primado da lei, o que trouxe grande estímulo para o sector jurídico, e no país acelerou-se o ritmo do estabelecimento do sistema jurídico e da implementação do Código Civil. Em Macau, a Lei Básica constitui a salvaguarda do primado da lei, e os diferentes códigos e outras leis importantes são a base fundamental desse primado na nossa sociedade.

Na minha opinião, estas leis são boas, na sua generalidade. O desenvolvimento social exige a promoção constante da revisão dos códigos. Embora o conteúdo dos códigos seja relativamente estável, ninguém considera que não possam ser revistos. Por exemplo, o Código Civil Francês, desde a sua definição, já passou por inúmeras grandes e pequenas revisões.

Nos últimos dez anos, os Códigos de Macau também sofreram algumas alterações, mas, inevitavelmente, não conseguiram acompanhar a evolução dos tempos e estão desactualizados.

De facto, a revisão de códigos normalmente não é uma tarefa fácil, porque envolve muitos considerandos sobre o sistema.

Nos países onde o primado da lei está amadurecido, o sector teórico e o sector prático têm grandes equipas para, em tempo oportuno, transmitirem os problemas dos grandes códigos, ao longo da sua aplicação, ao Governo ou ao Partido em causa. Porém, tendo em conta o estado socioeconómico e político, bem como a estrutura jurídica, as organizações profissionais e consultivas, em Macau, dificilmente assumem esta função, ou seja, não conseguem acompanhar, concretamente, o desenvolvimento de cada código.

A legislação em duas línguas torna o problema ainda mais complicado. Na sequência da governação de acordo com o primado da lei, e da evolução social, deve haver novas ideias para o desenvolvimento jurídico.

Na minha opinião, o Governo deve criar uma Comissão de Acompanhamento de longo prazo para os códigos, a fim de serem ajustados à evolução dos tempos. Esta comissão pode estar subordinada ao actual Conselho Consultivo da Reforma Jurídica, ou ser criada noutra estrutura, e ser responsável pelo acompanhamento do impacto da teoria dos respectivos códigos e do desenvolvimento das jurisprudências, devendo ainda ter em atenção se existem problemas nas expressões utilizadas nas duas línguas, para, durante um determinado período, se aperfeiçoar a técnica jurídica e as expressões ou a linguagem utilizadas nos códigos. A referida comissão deve ser composta por académicos da área em causa e operadores da prática jurídica, devendo realizar reuniões de forma regular e apresentar ao Governo, anualmente, relatórios profissionais ou até sugestões de produção legislativa. Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ma Chi Seng.

Ma Chi Seng: Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Para o desenvolvimento sustentável das Pequenas e Médias Empresas, o Governo implementou diferentes políticas de apoio, por exemplo, os regimes do Plano de Garantia de Créditos a PME e do Plano de Garantia de Créditos a PME Destinados a Projecto Específico, e depois, em Setembro deste ano, criou ainda o Plano de Apoio Financeiro a Sítios Electrónicos de PME, sob a tutela do Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização. A implementação desses planos revela a determinação do Governo no apoio às PME, mediante diferentes meios, para as desenvolver. Na sequência da implementação do Plano de Apoio Financeiro a Sítios Electrónicos de PME, muitas empresas manifestaram as suas opiniões. Hoje, também vou apresentar algumas sugestões sobre a concepção, o âmbito de financiamento e os procedimentos deste plano.

Primeiro, a concepção do Plano de Apoio Financeiro a Sítios Electrónicos não bate certo com as necessidades reais das PME. Através deste plano, o Governo pretendeu reforçar a utilização do comércio electrónico no seio das PME, no sentido de poderem angariar clientes, explorar mercados do exterior de forma moderna e com baixos custos, e, ainda, promover o desenvolvimento do comércio electrónico em Macau. Mas a realidade é que, segundo vários empresários, nem todos os tipos de PME reúnem condições para instituir o seu sítio electrónico, mais ainda, a maioria não dispõe de capacidade para uma atempada manutenção e actualização do sítio electrónico. As PME precisam de aproveitar a sua página electrónica como meio de divulgação e plataforma de transacção, por isso, é difícil atingir os efeitos previstos apenas com o financiamento do Governo, em especial, porque as próprias PME não dispõem das respectivas capacidades, nem de verbas para a contratação de pessoal técnico para operar o sítio electrónico. Afinal, isto só vai contribuir para o aumento do número das empresas de páginas electrónicas.

Segundo, chegou-se à era de fusão dos média. Muitas PME recorrem à rede social virtual e à plataforma *e-business* para concretizar o seguinte: investir o mínimo para conseguir, por meio das tecnologias da informação, divulgar as suas actividades e efectuar as suas transacções. Incentivar as PME a criarem os seus *websites* não é mau, mas é evidente que o investimento não vai corresponder à produção, se os recursos forem investidos apenas para apoiar essa criação. Os serviços competentes devem ponderar o ajustamento do âmbito de apoio do referido Plano, por exemplo, apoiar as PME na aquisição de sistemas de *software*, na criação de aplicações móveis, etc.

Terceiro, segundo queixas de muitos lojistas, as formalidades para o requerimento de apoio financeiro são complexas e o tempo de apreciação do pedido é longo, isto é, da apresentação do pedido até à obtenção do apoio financeiro demora meio ano. Assim, os serviços competentes devem pensar numa simplificação dos respectivos procedimentos, para que mais lojistas consigam obter quanto antes o referido apoio.

Em suma, o objectivo da criação do Plano de Apoio Financeiro a Sítios Electrónicos de PME é bom, mas o seu âmbito deve ser alvo de estudo e as formalidades devem ser necessariamente simplificadas. Proponho aos serviços competentes que disponibilizem mais acções de formação sobre as actuais redes sociais virtuais, aplicações móveis e plataformas de transacções electrónicas para os proprietários das PME, para estes conseguirem obter conhecimentos básicos sobre *e-business* e, de seguida, apoiá-los através daquele Plano, para que possam, com as modernas tecnologias da informação, divulgar as suas empresas e vender os seus produtos. Só assim é que se consegue efectivamente apoiá-los a adaptarem-se ao desenvolvimento das tecnologias da informação, elevando realmente o nível das indústrias. Obrigado.

Presidente: Srs. Deputados:

Já entrevistaram os vinte deputados inscritos no período de antes da Ordem do Dia, portanto, vamos agora entrar na Ordem do Dia. Façam o favor de aguardar um pouco nos vossos lugares.

(Entrada do Secretário para a Economia e Finanças, Tam Pak Yuen, e dos seus colaboradores na sala do Plenário)

Presidente: Srs. Deputados:

Vamos então começar a tratar dos assuntos agendados para a reunião de hoje.

Primeiro, quero, em nome da Assembleia Legislativa, dar as boas-vindas ao Sr. Secretário Tam e às demais autoridades presentes, agradecendo-lhes a participação na reunião de hoje.

O primeiro ponto da Ordem do Dia de hoje é a apresentação, discussão e votação na generalidade da proposta de lei intitulada “Lei do Orçamento de 2015”.

Vou então, de seguida, dar a palavra ao Sr. Secretário Tam, para a respectiva apresentação.

Secretário para a Economia e Finanças, Tam Pak Yuen:
Exmo. Sr. Presidente,

Exmos. Srs. Deputados:

Na apresentação do Balanço das Acções do Governo Realizadas no ano financeiro de 2014 e do Programa Orçamental para o ano financeiro de 2015, na semana anterior, o Chefe do Executivo indicou, na Assembleia Legislativa, que a elaboração do Relatório das Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2015 é da responsabilidade do próximo Governo, contudo, continua a caber ao Governo em exercício preparar o orçamento referente ao ano em apreço, no sentido de manter o normal funcionamento dos serviços públicos e corresponder às exigências da respectiva lei.

Competindo ao próximo Governo a elaboração do Relatório das Linhas de Acção Governativa do ano de 2015, a Proposta do Orçamento do próximo ano, apresentada hoje, é um orçamento básico, tendo como objectivo primordial assegurar o pagamento de despesas administrativas necessárias para o funcionamento dos serviços públicos, bem como garantir o financiamento dos compromissos, assumidos pelo Governo em exercício, para serem satisfeitos no próximo ano e, ainda, as dotações de verbas destinadas a suportar os projectos referentes ao primeiro trimestre. Ao mesmo tempo, o orçamento comporta, ainda, a manutenção da implementação das medidas de isenção e redução fiscais e de taxas adoptadas este ano, e a continuação das medidas de comparticipação com a população dos frutos derivados do desenvolvimento económico.

Além disso, consideradas as opiniões manifestadas pela Comissão de Avaliação das Remunerações dos Trabalhadores da Função Pública, é proposto que, a partir do dia 1 de Janeiro do próximo ano, seja aumentado o valor do índice 100 da tabela indiciária dos funcionários públicos, de 7 400 patacas para 7 900 patacas. O respectivo ajustamento vai ser determinado no artigo 23.º da presente Proposta.

O valor global da receita prevista no Orçamento da Região Administrativa Especial de Macau para o próximo ano financeiro é de 154 657 510 000 patacas, traduzindo-se num acréscimo de 0,7%, ou seja, mais 1 037 810 000 patacas face ao ano de 2014.

Na receita orçamental pública, a receita proveniente do “Imposto especial sobre o jogo” do próximo ano, integrado nos impostos directos, estima-se vir a atingir 115 500 000 000 patacas, equivalendo ao mesmo nível face à receita orçamentada em 2014; A receita fiscal a arrecadar em sede do “Imposto Profissional”, da “Contribuição Predial Urbana” e do “Imposto Complementar de

Rendimentos”, estima-se num total de 6 559 150 000 patacas, representando um acréscimo de 1 254 680 000 patacas; No que diz respeito aos impostos indirectos, a receita proveniente do “Imposto do Selo por Transmissão de Bens” estima-se em 2 223 000 000 patacas, com um decréscimo de 477 000 000 patacas face ao valor orçamentado em 2014, e a do “Imposto sobre Veículos Motorizados” em 1 382 000 000 patacas, mais 189 450 000 patacas face a 2014; Quanto à receita proveniente dos “Prémios de Concessão de Terrenos”, inserida no capítulo dos “Rendimentos da propriedade”, estima-se em 1 293 940 000 patacas, ou seja, uma diminuição de 882 590 000 patacas em relação ao orçamentado em 2014; Relativamente às “empresas privadas” no capítulo “Transferências” provenientes essencialmente da “Contribuição para o Desenvolvimento Urbano, Promoção Turística e Segurança Social”, arrecadada ao abrigo dos contratos de concessão da exploração do jogo, prevê-se que a receita se venha a situar em 6 610 280 000 patacas, aproximando-se da receita orçamentada em 2014.

O valor global da despesa orçamentada para o próximo ano é de 83 716 700 000 patacas, representando um acréscimo de 7,9%, ou seja 6 149 700 000 patacas, face ao valor orçamentado em 2014 que foi de 77 611 730 000 patacas, dentro do qual, 14 785 370 000 patacas correspondem ao Plano de Investimentos (PIDDA), incluindo o pagamento do financiamento dos compromissos, assumidos pelo Governo em exercício, para serem satisfeitos no próximo ano e, ainda, as dotações de verbas destinadas a suportar os projectos referentes ao primeiro trimestre.

O orçamento da despesa ordinária integrada do Governo para o próximo ano é avaliado em 93 141 650 000 patacas, no qual a despesa afecta ao “Pessoal” é de 18 512 550 000 patacas, representando 19,9% da totalidade, incluindo a dotação, no valor de 1 278 450 000 patacas relativa ao aumento salarial dos funcionários públicos, aos “Bens e Serviços” de 11 934 350 000 patacas, ocupando 12,8% da totalidade, e às “Transferências correntes” de 40 523 970 000 patacas, preenchendo 43,5% da totalidade, sendo estas afectas essencialmente a uma série de medidas favoráveis à população, incluindo a injeção de capitais nas contas individuais de previdência, Plano de Comparticipação Pecuniária no Desenvolvimento Económico, Programa de Comparticipação nos Cuidados de Saúde, Plano de Subvenção Temporária do Pagamento das Tarifas de Energia Eléctrica às Unidades Habitacionais: 432 000 000 patacas, Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo, e subsídio complementar aos rendimentos do trabalho. As despesas totais destinadas às medidas referidas estimam-se em 9 852 440 000 patacas.

Por outro lado, o valor total das verbas destinadas ao pagamento do subsídio para idosos, pensão para idosos, subsídio de escolaridade gratuita do ensino não superior, subsídio para aquisição de manuais escolares para estudantes do ensino não superior e do ensino superior, à atribuição do subsídio de alimentação e subsídio para aquisição de material escolar para estudantes provenientes de famílias com dificuldades económicas, à concessão do subsídio directo e do subsídio para o desenvolvimento profissional ao pessoal docente das escolas particulares sem fins lucrativos do regime escolar local do ensino não superior, e ao pagamento do subsídio de invalidez, subsídio especial para a manutenção de vida e apoio especial aos três tipos de famílias em situação vulnerável, plano provisório de atribuição de abono de residência destinado aos agregados familiares que se encontrem na lista de espera de habitação social, está avaliado em 6 763 300 000 patacas.

Considerando o orçamento da despesa ordinária integrada do Governo na óptica da classificação funcional, destaca-se o peso de cada função face ao valor do orçamento e em comparação com o orçamento de 2014:

✧ Serviços económicos: 13 978 800 000 patacas, de 14,9% da totalidade, com diminuição de 7,5% face a 2014; Nos transportes, 5 638 840 000 patacas com um decréscimo de 23,6%, ou seja de 1 742 990 000 patacas; Na administração, regulamentação e investigação, 2 450 390 000 patacas, com uma diminuição de 1,8%, ou seja de 45 960 000 patacas;

✧ Educação: 10 880 230 000 patacas, de 11,7% da totalidade, com um acréscimo de 7,9%, face a 2014;

✧ Serviços gerais de administração pública: 10 530 890 000 patacas, de 11,3% da totalidade, com um crescimento de 6,2% face a 2014;

✧ Previdência social: 7 993 480 000 patacas, de 8,6% da totalidade, com uma subida de 5,3% face a 2014;

✧ Segurança pública: 7 472 950 000 patacas, de 8% da totalidade, com um aumento de 47,4%, face a 2014;

✧ Saúde: 6 433 740 000 patacas, de 6,9% da totalidade, com um crescimento de 5,6% face a 2014;

✧ Outros serviços colectivos/sociais: 2 879 080 000 patacas, de 3,1% da totalidade, com uma queda de 6,8% face a 2014;

✧ Habitação: 2 593 600 000 patacas, de 2,7% da totalidade, com um aumento de 5,7%, face a 2014;

✧ Outras funções: 30 534 040 000 patacas, de 32,8% da totalidade, com um acréscimo de 46,6% face a 2014, incluindo as dotações para o Fundo de Segurança Social, de 20 041 140 000 patacas, para o Plano de Participação Pecuniária no Desenvolvimento Económico, de 5 803 740 000 patacas, para o Programa de Participação nos Cuidados de Saúde, de 300 000 000 patacas, para a subvenção do pagamento das tarifas de energia a cada unidade habitacional, até ao limite mensal de 200 patacas do Plano de Subvenção Temporário do Pagamento das Tarifas de Energia Eléctrica às Unidades Habitacionais, de 470 000 000 patacas.

Quanto ao orçamento do PIDDA para o próximo ano, aproxima-se do orçamento de 2014, cifrando-se o seu valor global em 14 785 370 000 patacas. Desagregando por valor superior a 500 000 000 patacas, registam-se os seguintes itens:

✧ Obra de instalações públicas: 2 383 990 000 patacas;

✧ Programa da Ilha Artificial Fronteira da Ponte Hong Kong – Zhuhai - Macau: 2 187 050 000 patacas;

✧ Programa do sistema de transportes colectivos urbanos de Macau: 1 885 920 000 patacas;

✧ Habitação pública: 1 847 790 000 patacas;

✧ Programa do novo campus da Universidade de Macau na Ilha Hengqin: 973 640 000 patacas;

✧ Programa de aterros: 926 740 000 patacas;

✧ Estradas e pontes, taludes e canais de navegação: 922 860 000 patacas;

✧ Equipamento de serviços: 634 710 000 patacas;

✧ Operação e controlo do tratamento de águas residuais e de resíduos: 617 00 010 000 patacas;

✧ Programa do centro de transportes: 538 990 000 patacas.

Prevê-se que da receita orçamentada, após a dedução da despesa orçamentada, seja apurado um saldo do orçamento central no valor de 51 861 890 000 patacas. No âmbito dos organismos especiais, o respectivo saldo anual traduz a diferença no valor global agregado entre a receita e a despesa, estimada em 19 0789 200 000 patacas.

À semelhança do ano económico transacto, por forma a aliviar a carga tributária que recai sobre os cidadãos em geral, propõe-se que, na proposta do Orçamento para o ano financeiro de 2015, seja dada continuidade à série de medidas de redução e isenção fiscais e de taxas já adoptadas em 2014. Prevê-se que a implementação das medidas de redução e isenção fiscais, e de taxas, bem como de devolução, acima indicadas, venha a envolver cerca de 2 134 510 000 patacas, com um crescimento de 7,8%, ou seja, de 154 910 000 patacas em comparação com 2014.

Exmo. Sr. Presidente e Exmos Srs. Deputados:

Termino aqui a minha apresentação.

Muito obrigado a todos.

Presidente: Srs. Deputados:

Vamos então iniciar a discussão na generalidade. Tem a palavra o Sr. Deputado Ng Kuok Cheong.

Ng Kuok Cheong: Sr. Secretário:

Depois de ouvir a sua apresentação, queria alguns esclarecimentos e informações sobre vários aspectos.

Em primeiro lugar, queria debruçar-me sobre as previsões relativas às receitas provenientes do sector do jogo para o próximo ano. Segundo o Sr. Secretário, no orçamento proposto para 2015, o valor da receita projectada na referida rubrica será o mesmo que o valor inscrito na lei do orçamento de 2014. A propósito disso, sou de opinião que, em 2015, talvez o imposto especial sobre o jogo continue a diminuir, um imposto que, como toda a gente sabe, tem registado reduções constantes ao longo dos últimos cinco meses. Na minha opinião, estes pequenos ajustamentos dos lucros são naturais, depois de as empresas atingirem o apogeu do seu desenvolvimento. Gostaria de perguntar ao Sr. Secretário, quais foram os fundamentos com base nos quais o Governo fez a referida projecção das receitas dos casinos. Não sei se o Governo foi muito rigoroso ou se, pelo contrário, não se baseou em estudos e análises aprofundados. Espero que o Sr. Secretário me esclareça estas dúvidas.

Nesta altura em que os lucros das empresas do jogo começam a encolher, precisamente por estas empresas terem passado o auge do

seu desenvolvimento, queria chamar à atenção para a necessidade de se reduzirem as grandes despesas públicas, não se pode fazer como nestes últimos anos, em que o erário público era abundante. Espero que o Governo distribua os recursos financeiros pelos diversos mecanismos de longo prazo, por forma a garantir o desenvolvimento sustentável. Gostaria de apresentar, mais uma vez, o exemplo da Fundação Macau, que recebe anualmente uma percentagem determinada das receitas brutas do jogo. É de saber que, em 2004, a Fundação Macau atribuiu subsídios a associações privadas que ultrapassaram os noventa milhões de patacas, um valor que, em 2013, aumentou mais de dez vezes, ultrapassando um bilião de patacas. Estando nós cientes de que é impossível as receitas dos casinos continuarem a aumentar sem parar, pedimos a redução (em 50%, por exemplo) dos subsídios atribuídos às associações privadas pela Fundação Macau, assim como que esta injecte recursos nos mecanismos de longo prazo, tais como o Fundo de Segurança Social e o Fundo de Desenvolvimento Educativo, de modo a garantir a protecção na terceira idade e a melhoria do nível educacional da população de Macau. Queria que o Sr. Secretário nos dissesse se estes aspectos foram considerados no orçamento agora em análise, de modo a que o Governo da RAEM possa proceder ao ajustamento respectivo aquando da distribuição dos recursos financeiros públicos.

Por fim, queria chamar à atenção para a importância da elaboração e promulgação de uma lei de bases que regule os assuntos relativos à execução orçamental. Como toda a gente sabe... no material proporcionado pelo Sr. Secretário, podemos ver quais são as despesas necessárias para a realização das obras no âmbito do PIDDA, mas só as previstas para o ano de 2015. Este é um problema que já vem de longe, aliás, desde sempre, pois só quando pedimos informações é que conseguimos ter conhecimento do montante necessário para a realização dos projectos plurianuais. Reparem que a raiz da falta de controlo dos recursos financeiros públicos injectados no Plano de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração é a falta quer de um orçamento formalmente fixado para os projectos plurianuais quer de um mecanismo que permita uma supervisão eficaz da execução desse orçamento formalmente fixado. Na realidade, não é hábito supervisionar o que foi gasto com a realização das obras públicas. Volto a pedir a criação, de acordo com a Lei Básica, de um mecanismo que permita à Assembleia Legislativa apreciar o orçamento formalmente fixado para os projectos plurianuais das obras públicas, e a supervisão eficaz da execução do orçamento. Devem ser discutidos nos plenários da AL os atrasos das obras públicas e os reforços orçamentais. Quanto ao Orçamento de 2015, esperamos que o Governo disponibilize mais dados e informações sobre os projectos no âmbito do PIDDA para o próximo ano cujo orçamento ultrapasse os quinhentos milhões de patacas, para podermos dispor de informações e dados relativos a todos os planos elaborados, às despesas e aos prazos de conclusão das obras, e também em relação à construção da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e da ilha artificial... e ainda do sistema de transportes públicos colectivos, designadamente, o metro ligeiro. Queremos saber se o Governo pode então disponibilizar, mais tarde, estes dados e informações à Assembleia Legislativa.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sr.^a Deputada Lei Cheng I.

Lei Cheng I: Obrigada, Sr. Presidente.

Tal como no orçamento do ano passado, no Orçamento de 2015 podemos verificar que o Governo da RAEM vai tomar uma série de medidas favoráveis à população, nomeadamente, medidas de redução ou isenção de impostos. Para além disso, consideradas as opiniões manifestadas pela Comissão de Deliberação das Remunerações dos Trabalhadores da Função Pública, e analisados os diversos factores, propõe-se o aumento dos salários dos funcionários públicos. Como não podemos encontrar no Orçamento em análise referências sobre o ajustamento das remunerações do pessoal responsável pela prestação dos serviços adjudicados pela Administração, queríamos perguntar ao Sr. Secretário se o Governo tem em consideração as necessidades desses trabalhadores, cujo salário se mantém nas 26 patacas por hora desde Junho do ano passado. É de notar que também eles estão sujeitos às pressões decorrentes da inflação. Achamos que o Governo não pode negligenciar as necessidades destes trabalhadores, alegando o pretexto de ainda não ter sido promulgado o diploma legal sobre o salário mínimo. Solicitamos então ao Governo que proceda ao ajustamento dos respectivos salários. Esta é a primeira pergunta para a qual peço uma resposta do Sr. Secretário.

A segunda pergunta tem a ver com o aumento relativamente grande do número de funcionários públicos. Neste momento, há mais de trinta mil trabalhadores na Administração Pública cujos salários representam uma despesa pública de valor bastante avultado. Analisando o Orçamento de 2015, constata-se que alguns órgãos governamentais vão contratar, no próximo ano, muitos funcionários novos. E perante isto, os cidadãos de Macau pedem mais transparência. Ainda me lembro muito bem da explicação do Governo, de que, no futuro, ia ter mais cautela no recrutamento de trabalhadores para a Função Pública, e que só iam ser contratados novos funcionários para preencherem as vagas deixadas pelos trabalhadores que entretanto se tivessem aposentado ou abandonado os cargos, com vista ao assegurar do normal funcionamento dos novos organismos públicos. Queríamos pedir às autoridades para explicarem, com clareza e perante o público, quais são as razões que levaram à necessidade de alguns serviços públicos contratarem, em 2015, um número tão elevado de novos funcionários. Esperamos que o Governo nos esclareça... ainda que tenha prometido controlar as respectivas despesas.

A minha terceira pergunta diz respeito às previsões relativas às receitas provenientes do sector do jogo para o próximo ano. Notámos que, no orçamento proposto para 2015, o valor da receita projectada na referida rubrica é o mesmo que o valor inscrito na lei do orçamento de 2014, aliás, esta questão já foi abordada há pouco por um colega. Queria perguntar ao Sr. Secretário se estas previsões são fundamentadas, ou seja... que, no próximo ano, os lucros provenientes do jogo não vão continuar a diminuir.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mak Soi Kun.

Mak Soi Kun: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Secretário:

Olhando para as principais receitas correntes não associadas ao jogo, verifiquei que as receitas provenientes do imposto sobre veículos motorizados aumentaram, segundo as previsões, vão atingir em 2015 um bilião, trezentos e oitenta e dois milhões de patacas, representando um aumento de cento e oitenta e nove milhões e

quatrocentas e cinquenta mil patacas, em comparação com o orçamento de 2014. A propósito, queria perguntar ao Sr. Secretário quantos veículos motorizados novos é que o Governo pensa que vão aparecer no próximo ano em Macau... que vão agravar os problemas do trânsito e a poluição do ar. Queria saber qual é a lógica por detrás desta previsão, numa altura em que os relatórios respectivos mostram que a qualidade do ar em Macau está a piorar rapidamente, e em que a população aguarda a publicação da Lei de bases do ambiente, que permite a prevenção e controlo efectivo da poluição ambiental, que ameaça a saúde de todos os residentes da RAEM. Esta é a primeira pergunta que queria colocar.

Em segundo lugar, queria debruçar-me sobre o grande aumento (de 47,4%) das despesas para a manutenção da segurança pública, as quais, segundo as estimativas, vão atingir, em 2015, sete biliões, quatrocentos e setenta e dois milhões e novecentas e cinquenta mil patacas, ocupando 8% do total da despesa integrada do Governo para 2015 segundo a classificação funcional. Queria saber quais são as razões que levaram o Governo a pensar que a segurança pública de Macau vai piorar no próximo ano. Será que isto tem a ver com a diminuição das receitas do jogo? Espero que o Sr. Secretário responda a estas duas perguntas.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente Lam Heong Sang.

Lam Heong Sang: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário,

Srs. Membros do Governo,

Caros Colegas:

Em primeiro lugar, queria pedir ao Sr. Secretário para esclarecer algumas dúvidas de natureza técnica. No Orçamento de 2015 prevê-se o aumento das remunerações dos funcionários públicos. Como todos sabem, o que se costumava fazer no passado era promulgar uma lei onde se definia o aumento dos salários dos trabalhadores da Administração Pública e se revogava a lei anterior. Neste momento, a Lei n.º 8/2014 ainda está em vigor. Sendo assim, não sei se é legítimo fixar, no Orçamento para o próximo ano, o referido ajustamento salarial que se pretende introduzir.

Em segundo lugar, queria perguntar ao Sr. Secretário qual é o montante que o aumento de 6,75% dos salários dos funcionários públicos implica. No Orçamento de 2015 apenas se verifica uma percentagem de 18%, que corresponde ao grau de crescimento previsto das despesas com as remunerações dos trabalhadores da Função Pública, em comparação com o ano passado.

Em terceiro lugar, queria debruçar-me sobre o número de entidades beneficiárias do regime de restituição de imposto. No Orçamento de 2014, prevê-se o montante destinado ao reembolso dos impostos pagos em 2012, e o mesmo acontece no Orçamento de 2015, onde se prevê um montante de quatrocentos e sessenta milhões de patacas, destinado ao reembolso dos impostos pagos em 2013. Espero que o Sr. Secretário nos forneça os dados respectivos, dividindo as entidades beneficiárias do regime de restituição de imposto em vinte e quatro grupos, mantendo uma diferença de quinhentas patacas entre os grupos contíguos no respeitante ao valor

do imposto reembolsado. Penso que o reembolso dos impostos pagos em 2012 já está quase concluído. Queria chamar à atenção para a necessidade de muito trabalho administrativo e dispêndio de muitos recursos humanos no caso da redução de impostos, que é muito diferente da isenção de impostos. Espero que o Sr. Secretário nos forneça as informações respectivas.

A quarta questão que queria abordar tem a ver com o imposto especial sobre o jogo. No orçamento proposto para 2015, a receita projectada pelo Governo para esta rubrica é de 115,5 mil milhões de patacas, e o Sr. Secretário anunciou, na apresentação de há pouco, que segundo as previsões do Governo, no próximo ano a receita bruta dos casinos vai atingir 330 mil milhões de patacas, isto é, 27,5 mil milhões de patacas por mês. Queria então perguntar se vai ser necessário introduzir alterações ao orçamento em análise, se, por acaso, o imposto especial sobre o jogo for menor do que o previsto. Isto nunca aconteceu. No entanto, perante a conjuntura económica não favorável, temos que ter em conta que essa situação pode ocorrer. Estamos a falar de duas situações distintas, a baixa taxa de execução orçamental e a falta de verbas para a execução orçamental. Trata-se de um problema muito complicado. Temos dificuldade em fazer previsões mais precisas sobre o montante do imposto especial sobre o jogo que o Governo da RAEM pode receber no próximo ano. Comparando a receita bruta dos casinos nos primeiros dez meses do corrente ano com o período homólogo do ano passado, registou-se um aumento de apenas 2%. Não sabemos se em Novembro e Dezembro do corrente ano a receita bruta mensal vai atingir 30 mil milhões de patacas, tal como se verificou no período homólogo de 2013. A receita bruta dos casinos tem diminuído nos últimos meses, e não sabemos qual será a situação no próximo ano. Espero que, em 2015, a receita bruta dos casinos atinja os 330 mil milhões de patacas previstos. No entanto, não posso deixar de perguntar o que é que vamos fazer se essa receita “encolher” muito. Se existe um mecanismo que permite reforços do orçamento, não se pode também proceder à redução do orçamento? O facto é que não temos experiência em lidar com isto. Não sei o que fazem os governos de outros locais, do exterior, quando se deparam com uma situação destas.

No Orçamento de 2015, considera-se o Fundo de Segurança Social como um serviço normal da administração pública. O seu saldo financeiro em 2014 ultrapassou os 17 mil milhões de patacas, e esse montante vai fazer parte do rendimento acumulado. Segundo as afirmações do Chefe do Executivo nos plenários da Assembleia Legislativa, nos próximos anos, o Governo vai injectar verbas no Fundo de Segurança Social (nomeadamente 13,5 mil milhões de patacas), por forma a garantir o seu normal funcionamento. Queria então saber, Sr. Secretário, qual é o valor actual do rendimento acumulado daquele Fundo. Olhando para o relatório anual de 2013 do Fundo de Segurança Social, percebemos que, naquele ano, o rendimento acumulado foi de 23 mil milhões de patacas. O Sr. Secretário disse há pouco que o Governo ia atribuir mais de 20,7 mil milhões de patacas ao Fundo de Segurança Social. A minha preocupação é a seguinte: perante o grande desequilíbrio entre as receitas (pouco mais de setecentos milhões de patacas por ano) e as despesas (três biliões e quinhentos milhões de patacas por ano), como se pode garantir o funcionamento sustentável do referido organismo público (isto é, do Fundo de Segurança Social)? Espero que o Sr. Secretário forneça os respectivos dados e informações.

São estas as opiniões e perguntas que queria apresentar. Obrigado.

Presidente: Sr. Secretário, faça o favor de responder.

Secretário para a Economia e Finanças, Tam Pak Yuen:
Obrigado, Sr. Presidente.

E obrigado, Srs. Deputados, pelas questões que colocaram.

Em resposta à questão colocada por vários deputados sobre o imposto especial sobre o jogo, posso afirmar que o montante da receita projectada pelo Governo será igual ao inscrito na lei do orçamento de 2014, como alíás se pode verificar no Orçamento de 2015. Tal como referiu o Sr. Vice-Presidente Lam Heong Sang há pouco, o Governo da RAEM prevê, para o próximo ano, uma receita bruta de 27,5 mil milhões de patacas por mês, previsão essa que foi feita tendo em consideração a receita bruta proveniente dos jogos de fortuna ou azar em casino, registada no período compreendido entre Junho e Outubro do corrente ano. Temos a ideia de que a receita bruta do jogo em 2014 será igual à de 2013, o que quer dizer que, em 2014, a receita bruta mensal dos jogos de fortuna ou azar em casino será de cerca de 30 mil milhões de patacas. Estamos em Outubro de 2014, e temos quase a certeza de que, em 2014, a receita bruta mensal vai ser aproximadamente de 30 mil milhões de patacas, montante este que é igual ao registado no ano de 2013. De acordo com as estimativas, no próximo ano haverá uma redução da receita bruta mensal de 30 mil milhões de patacas para 27,5 mil milhões de patacas. Esta previsão foi feita depois de termos analisado a situação real dos casinos locais desde Junho deste ano. Portanto, sobre as receitas públicas provenientes do jogo, são estas as explicações.

No respeitante ao método de distribuição dos recursos públicos, à qual prestou atenção o Sr. Deputado Ng Kuok Cheong, a minha resposta é que sim, é verdade. De acordo com os respectivos diplomas legais, a Fundação Macau recebe anualmente uma percentagem determinada das receitas brutas dos jogos de fortuna ou azar em casino, e é possível proceder à distribuição sugerida se o valor do imposto especial sobre o jogo atingir um determinado nível.

Em relação aos dados e informações sobre os grandes projectos plurianuais no âmbito do PIDDA, a Direcção dos Serviços de Finanças já preparou o material respectivo, tal como prometemos nas reuniões realizadas nesta Assembleia Legislativa. Apesar de estarem a decorrer os trabalhos de revisão e alteração da Lei de enquadramento orçamental, na elaboração do Orçamento de 2015 preparámos um conjunto de informações relativas aos grandes projectos plurianuais no âmbito do PIDDA e cujo orçamento ultrapassa um determinado montante, informações que serão entregues à respectiva Comissão Permanente da Assembleia Legislativa para apreciação. Vamos proceder a uma apresentação pormenorizada sobre o orçamento para esses projectos em sede de Comissão Permanente.

A Sr.^a Deputada Lei Cheng I debruçou-se sobre a necessidade de aumentar os salários do pessoal responsável pela prestação dos serviços adjudicados pela Administração. A propósito disso, realço que o Governo tem sempre em consideração essa necessidade. No entanto, como ainda não foi tomada a decisão sobre o aumento dos mencionados salários, o respectivo ajustamento não está previsto no Orçamento de 2015. Os Srs. Deputados podem ficar descansados, pois logo que seja tomada essa decisão, vamos proceder ao devido acompanhamento, em termos financeiros... e isso não será um problema.

Vamos, nas reuniões a realizar no âmbito da Comissão Permanente, apresentar a situação relativa ao aumento dos funcionários públicos em 2015.

O Sr. Deputado Mak Soi Kun, por sua vez, pediu informações acerca do imposto sobre veículos motorizados e das despesas previstas para a manutenção, em 2015, da segurança pública, informações essas que vamos preparar e apresentar nas reuniões respectivas.

O Sr. Deputado Lam Heong Sang pediu esclarecimentos sobre algumas dúvidas de natureza técnica, designadamente sobre a legitimidade de se prever, no orçamento proposto para 2015, o aumento, no próximo ano, das remunerações dos funcionários públicos, enquanto se encontra ainda em vigor a Lei n.º 8/2014, que regula essa matéria. A propósito disto, vamos, em conjunto com os assessores Assembleia Legislativa, estudar esta questão técnica.

Na reunião de hoje, podemos avançar alguns dados sobre o aumento das despesas para o pagamento das remunerações dos funcionários públicos, por exemplo, o aumento dos salários dos funcionários públicos em 2015 vai implicar um bilião, duzentos e setenta e oito milhões e quatrocentas e cinquenta mil patacas (tal como referi na minha apresentação, no início da reunião), e o aumento dos salários dos funcionários públicos dos organismos especiais vai implicar mais de sessenta e oito milhões de patacas.

Quanto ao número de entidades beneficiárias do regime de restituição de imposto, as respectivas informações serão, entretanto, disponibilizadas à Assembleia Legislativa.

Caso a receita bruta dos casinos não atinja, em 2015, os 330 mil milhões de patacas, tal como está previsto, a consequente redução do imposto especial sobre o jogo levará à redução dos saldos financeiros da RAEM no próximo ano, que, segundo as previsões, ultrapassam os 50 mil milhões de patacas. Não pensamos que vá haver falta de verbas para a execução orçamental. Estamos a falar de saldos financeiros bastante avultados.

Em relação aos dados e informações sobre o valor actual do rendimento acumulado do Fundo de Segurança Social, vamos entregá-los à Assembleia Legislativa para apreciação, depois de os termos conseguido do FSS.

Sr. Presidente:

São estas as informações que tenho para fornecer.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Tam.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Kou Hoi In.

Kou Hoi In: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário,

Srs. Membros do Governo,

Caros Colegas:

Depois de ouvir a apresentação, de há pouco, do Sr. Secretário, fiquei de certo modo desapontado, porque não deu explicações sobre a cientificidade, a precisão, os grandes princípios e os fundamentos subjacentes à elaboração deste orçamento agora em discussão. Na minha opinião, se o Sr. Secretário tivesse dado essas informações na apresentação que fez no início da reunião, teríamos mais confiança

neste orçamento, e votaríamos a favor da proposta de lei. O primeiro aspecto sobre o qual me quero debruçar é o desequilíbrio deste orçamento... entre o pequeno aumento da receita pública, que totaliza cerca de um bilião de patacas, e o aumento significativo da despesa pública, que totaliza seis biliões e cem milhões de patacas. Queríamos saber se são mesmo indispensáveis estas despesas previstas no Orçamento para o próximo ano, assim como onde é que o Governo vai aplicar os seis biliões e cem milhões de patacas. Espero que o Sr. Secretário possa disponibilizar as informações respectivas, por forma a esclarecer as nossas dúvidas.

Há pouco, muitos deputados manifestaram as suas preocupações com a possibilidade da diminuição incessante do imposto especial sobre o jogo, embora o valor da receita projectada pelo Governo para a referida rubrica seja igual ao da lei do orçamento de 2014. Se as receitas públicas provenientes do imposto especial sobre o jogo continuarem a reduzir e as despesas públicas continuarem a aumentar, a situação é preocupante. Queria saber quais são os problemas que podem surgir, e quais são as medidas que o Governo deve tomar, caso a receita bruta obtida em 2015 seja inferior ao previsto. É pena que não possamos encontrar isto neste Orçamento agora em análise.

O outro problema sobre o qual queria pronunciar-me tem a ver com a baixa taxa de execução orçamental de 60%, registada no ano financeiro de 2013. Queria perguntar quais são as estratégias que a Administração Pública vai adoptar para melhorar esta taxa. É de saber que, em 2013, a taxa de execução orçamental no âmbito do PIDDA foi de apenas 39,6%. O atraso na execução dos respectivos projectos, que envolvem despesas superiores a dois biliões de patacas, influencia negativamente, e muito, o normal funcionamento do Governo da RAEM em termos financeiros, e também o desenvolvimento económico e do mercado de trabalho em Macau. Queria saber quais são as medidas que o Governo vai tomar, com o intuito de garantir a execução satisfatória do orçamento proposto para o próximo ano. Queria pedir ao Sr. Secretário para esclarecer detalhadamente este assunto.

Por fim, queria também saber da evolução dos trabalhos de revisão e alteração da Lei de enquadramento orçamental, de que ouvimos falar há já muito tempo. Queríamos saber quando é que a respectiva proposta de lei pode ser entregue à Assembleia Legislativa, bem como quais serão as alterações. Esperamos que seja entregue o mais cedo possível, para que os deputados à Assembleia Legislativa possam exercer verdadeiramente a sua função de supervisão. Peço então ao Sr. Secretário que responda às perguntas que coloquei.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Tsui Wai Kwan.

Tsui Wai Kwan: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário,

Srs. Membros do Governo:

Queria pronunciar-me sobre o crescimento previsto no Orçamento de 2015, na rubrica da receita do imposto sobre veículos motorizados. Como se pode verificar, esse crescimento totaliza cento e oitenta... e tal milhões de patacas, o que corresponde a um aumento de 13% comparativamente ao Orçamento de 2014. Queria

perguntar ao Sr. Secretário se estes 13% correspondem ao aumento do número de veículos motorizados. Se a resposta é sim, ficamos espantados. A outra explicação para o crescimento da receita com o imposto sobre veículos motorizados pode ter a ver com a revogação da isenção do imposto, atribuída à aquisição de veículos motorizados pelos casinos, hotéis e agências de viagens. Como os sectores do jogo e do turismo são os que têm tido grande desenvolvimento nos últimos anos, e os que têm conseguido grandes lucros, acho que não há razão para usufruírem desse benefício, ou seja, da isenção do imposto para a importação de veículos motorizados. A verdade é que são demasiados os veículos motorizados com chapa de matrícula amarela. De facto, o aumento previsto para a referida receita pode ser o resultado da aceitação, por parte do Governo, dos pedidos que os deputados à Assembleia Legislativa têm formulado nestes últimos anos, no sentido da revisão e alteração dos respectivos diplomas legais, por forma a reduzir o número de entidades que gozam da isenção do imposto relativo à importação de veículos motorizados. Espero ouvir uma explicação do Governo sobre as razões deste crescimento de 13% da receita proveniente do imposto sobre veículos motorizados.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sr.^a Deputada Chan Hong.

Chan Hong: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Secretário:

Queria pedir explicações sobre dois aspectos. Examinando o Orçamento de 2015, e mais concretamente o orçamento da despesa ordinária integrada do Governo na óptica da classificação funcional, verifica-se que a Educação tem um peso de 11,7%. Analisando os dados respectivos dos orçamentos dos anos anteriores, verificamos que, no orçamento de 2008, e no orçamento da despesa ordinária integrada do Governo na óptica da classificação funcional, a Educação ocupa um peso de 14%, e no orçamento de 2007 ocupa 16%. Constatada a diminuição do peso da educação no Orçamento de 2015, em comparação com os orçamentos dos anos anteriores, gostava de perguntar ao Sr. Secretário quais foram os critérios e fundamentos científicos que estiveram subjacentes à previsão destas despesas. Na minha opinião, a taxa de inflação e o produto interno bruto não são os critérios ideais para definir o peso que a educação deve ocupar. Penso que há necessidade de encontrar critérios mais científicos para essa definição. Esta é a primeira opinião que queria expressar.

O segundo aspecto que quero abordar tem a ver com o peso das despesas previstas para o domínio de outros serviços colectivos/sociais, despesas que no Orçamento de 2015 registam uma queda de 6,8% face a 2014. Queria pedir ao Sr. Secretário para explicar quais são os projectos afectados por esta diminuição. Queria também saber se a redução, no próximo ano, do orçamento atribuído a esta rubrica vai conduzir, por exemplo, ao enfraquecimento do apoio aos cidadãos seniores. Obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sr.^a Deputada Kwan Tsui Hang.

Kwan Tsui Hang: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Secretário:

Queria debruçar-me sobre dois aspectos. O primeiro tem a ver com a necessidade de ajustamento das remunerações do pessoal responsável pela prestação dos serviços adjudicados pela Administração, necessidade essa que foi mencionada há pouco pela Sr.^a Deputada Lei Cheng I. E na resposta à pergunta da Sr.^a Deputada Lei, o Sr. Secretário afirmou que o Governo ainda não tomou uma decisão sobre o assunto, e que a Administração Pública estava ainda a efectuar estudos e análises aprofundados. Queria chamar à atenção para o facto de que já se passou mais de um ano... desde Junho do ano passado. Ao longo deste período foram feitos vários ajustamentos ao índice de risco social, contudo, o salário dos referidos trabalhadores tem-se mantido sempre nas 26 patacas por hora. Não percebo por que razão é que o Governo precisa de tanto tempo para esses estudos. Seja como for, espero que a Administração acelere os trabalhos respectivos.

Depois de ver o Orçamento de 2015, fiquei com algumas dúvidas sobre o optimismo da previsão sobre as receitas públicas do próximo ano, numa altura em que o imposto especial sobre o jogo há já cinco meses consecutivos que regista redução. Depois de ouvir a explicação do Sr. Secretário, fiquei esclarecida, porém, queria explicações sobre o crescimento previsto na receita relativa ao imposto sobre veículos motorizados. Como o Sr. Secretário não chegou a responder, na primeira ronda, à pergunta sobre este assunto, queria voltar a pedir o seu esclarecimento sobre as razões que levaram a Administração a fazer aquela previsão. O Governo pensa que os residentes vão comprar muitos veículos motorizados, ou comprar veículos motorizados muito caros, ou tenciona reduzir o número de entidades que gozam da regalia de isenção do imposto de importação de veículos motorizados, tal como pensa o Sr. Deputado Tsui Wai Kwan? Espero que o Governo não adopte políticas para fazer aumentar o número de veículos motorizados, pois já são muitos e graves os problemas de trânsito decorrentes da pequena dimensão da rede rodoviária, que não tem capacidade para mais veículos motorizados. Seria muito bom que o aumento do imposto sobre veículos motorizados, previsto no orçamento para o próximo ano, tivesse a ver com a tentativa de revogação da isenção do imposto na aquisição de veículos motorizados atribuída, por exemplo, aos casinos, hotéis e agências de viagens. Parece-me que esta é uma possibilidade, porque na resposta, em Fevereiro deste ano, às interpelações dos deputados, o Governo prometeu que ia considerar a necessidade de proceder à revisão e alteração dos respectivos diplomas legais, por forma a reduzir os veículos motorizados com chapa de matrícula amarela. Espero que o Sr. Secretário nos esclareça sobre quais foram os fundamentos em que a Administração se baseou para chegar a esta previsão. Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chan Chak Mo.

Chan Chak Mo: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário:

Queria colocar uma pergunta muito simples. Olhando para o Orçamento de 2015 e depois de ouvir a apresentação do Sr. Secretário, no início da reunião de hoje, fiquei preocupado com as despesas relativamente baixas, previstas para a realização, no próximo ano (nomeadamente no primeiro trimestre) das obras públicas no âmbito do PIDDA, sobretudo com o montante de um bilião e oitocentos e oitenta milhões de patacas, destinado à concretização das obras de construção do sistema de transportes públicos colectivos. Não sei quais são as obras concretas que estão envolvidas, mas tenho a certeza de que são as mais importantes - as

do metro ligeiro e do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa. A previsão de despesas tão reduzidas, que totalizam apenas um bilião e oitocentos e oitenta milhões de patacas, significa que o avanço das obras não vai ser grande, mesmo que a respectiva taxa de execução orçamental não seja baixa (como toda a gente sabe, costuma ser baixa a taxa de execução orçamental das obras públicas, por causa do mau tempo e de problemas com os contratos). Só a construção do metro ligeiro implica despesas superiores a dez biliões, assim sendo, as despesas para um ano deviam ascender a vários biliões. O montante de um bilião e oitocentos e oitenta milhões de patacas, previsto para 2015, para as obras de construção do sistema de transportes públicos colectivos, leva-me a pensar que as obras de construção do segmento da Taipa, do metro ligeiro, vão atrasar-se, que não vão ter início as obras na Península de Macau, e que vão ser suspensas as obras de construção do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa, devido aos processos judiciais em curso. Temos razões para ficar preocupados com a evolução destas obras, que devem continuar no próximo ano pois já existem contratos assinados. O montante relativamente baixo das despesas previstas para a realização das obras de construção do sistema de transportes públicos colectivos leva-nos a perguntar qual é a data prevista para a conclusão das obras. Esperávamos que o metro ligeiro estivesse pronto em 2016, ano em que estará concluída a Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, mas já sabemos que isso é impossível. Será que o segmento da Taipa, do metro ligeiro, vai estar pronto em 2016, tal como previsto? Quando é que vão ter início as obras na Península de Macau? Este montante reduzido das despesas previstas para a realização das referidas obras no próximo ano só pode deixar-nos preocupados. Espero que o Sr. Secretário esclareça as nossas dúvidas. Obrigado.

Presidente: Srs. Deputados:

Devido à grande quantidade de perguntas, o Sr. Secretário precisa de tempo para preparar as respostas. Vamos descansar quinze minutos, está bem? Depois do intervalo continuamos a reunião. Ainda há deputados que querem apresentar as suas opiniões.

(Intervalo)

Presidente: Srs. Deputados:

Vamos continuar a reunião.

Sr. Secretário Tam, faça o favor de responder às perguntas dos cinco deputados.

Secretário para a Economia e Finanças, Tam Pak Yuen: Obrigada.

Sr. Presidente,

Srs. Deputados:

Obrigado, Srs. Deputados, pelas vossas questões.

O Sr. Deputado Kou Hoi In pede que se melhore a taxa de execução orçamental, designadamente a taxa de execução orçamental do PIDDA. Concordamos com a sua opinião e vamos pedir aos órgãos governamentais das diversas áreas para melhorarem o grau de precisão na elaboração dos orçamentos, e para elevarem a respectiva taxa de execução orçamental. O Sr. Deputado manifestou ainda a sua preocupação com as possíveis influências negativas da

baixa taxa de execução orçamental do PIDDA, sobre o desenvolvimento económico e do mercado de trabalho de Macau... Quanto a isso, penso que o Sr. Deputado Kou pode ficar descansado, uma vez que os referidos problemas não surgiram nos últimos dois ou três anos. Seja como for, concordo com a necessidade de aperfeiçoamento dos trabalhos respectivos, e vou solicitar isso aos serviços públicos. O Sr. Deputado Kou também está atento à evolução dos trabalhos de revisão e alteração da Lei de enquadramento orçamental, sobre os quais já demos explicações em várias reuniões realizadas na Assembleia Legislativa. Neste momento, esses trabalhos estão a ser realizados de acordo com o plano legislativo elaborado, no qual se prevê a conclusão da elaboração do respectivo anteprojecto, que será submetido a processo legislativo no próximo ano.

Quanto ao valor da receita proveniente do imposto especial sobre o jogo, projectada pelo Governo no Orçamento de 2015, sublinho que o Governo prosseguiu, à semelhança de anos anteriores, uma política orçamental muito cautelosa na projecção da receita integrada do orçamento, especialmente no que toca à principal componente da receita corrente, designadamente a que se refere ao imposto especial sobre o jogo. Ainda que não pretenda dizer com isto que nunca cometemos erros. Tal como referi há pouco, o Governo da RAEM procedeu à previsão da receita bruta dos casinos para o próximo ano tendo em consideração a receita bruta proveniente dos jogos de fortuna ou azar em casino registada no período compreendido entre Junho e Outubro deste ano.

Vários deputados referiram o crescimento de 13%, previsto no Orçamento de 2015, da receita do imposto sobre veículos motorizados... em comparação com o Orçamento de 2014. É de notar que as receitas efectivamente obtidas em 2013 do imposto sobre veículos motorizados ultrapassaram um bilião e duzentos e oitenta milhões de patacas. A situação registada este ano mostra que não existe uma diferença substancial entre o imposto sobre veículos motorizados efectivamente cobrado no ano de 2014 e o imposto sobre veículos motorizados previsto no Orçamento de 2015. O que é verdade é que devia ser maior... a receita com o imposto sobre veículos motorizados prevista no Orçamento de 2014. Quanto à questão da isenção do imposto, atribuída à aquisição de veículos motorizados por algumas entidades, os serviços públicos respectivos estão a proceder a estudos cuidadosos, já realizaram várias reuniões e chegou-se ao consenso de reduzir o número de entidades que gozam dessa isenção. Num futuro próximo, vamos iniciar os trabalhos de revisão e alteração dos respectivos diplomas legais, por forma a reduzir o âmbito de atribuição da isenção do imposto relativo à importação de veículos motorizados.

A Sr.^a Deputada Chan Hong pede explicações sobre as despesas previstas para o domínio da educação. É de reparar que, no Orçamento de 2015, a despesa para a Educação regista um crescimento de 7,9%, em comparação com o Orçamento de 2014. E a amplitude deste aumento é igual ao... crescimento registado nas despesas totais. Com vista a esclarecer as dúvidas da Sr.^a Deputada, que apontou para a diminuição do peso da educação (que ocupa uma percentagem de 11,7%) no Orçamento de 2015, em comparação com os orçamentos de anos anteriores, gostava de chamar à atenção para os aumentos, relativamente grandes, registados noutros domínios, os quais resultam numa redução do peso da Educação na totalidade das despesas previstas. Portanto, a diminuição do peso da Educação não significa, necessariamente, uma redução dos recursos a atribuir. A propósito disso, podemos depois disponibilizar mais dados e informações à Sr.^a Deputada Chan Hong, para referência. A Sr.^a

Deputada Chan também prestou atenção à queda de 6,8% no domínio outros serviços colectivos/sociais, em comparação com o ano de 2014. É de saber que esta rubrica tem a ver com a realização de actividades desportivas e recreativas. E a referida queda justifica-se pelo facto de em 2014 se ter festejar o décimo quinto aniversário da criação da Região Administrativa Especial de Macau e de se realizarem várias actividades de celebração. No ano de 2015 essa celebração não será de tão grande dimensão. Sendo assim, é natural que no orçamento agora proposto se registre uma queda das despesas previstas, em comparação com o ano financeiro de 2014.

Ainda em relação à realização das obras públicas no âmbito do PIDDA, o Sr. Deputado Chan Chak Mo manifestou a sua preocupação com o montante das despesas, um bilião e oitocentos e oitenta milhões de patacas, previstas para a realização das obras de construção do sistema de transportes públicos colectivos. Segundo o Sr. Deputado, o montante é demasiado baixo para projectos de tão grande envergadura. Com vista a esclarecer as suas dúvidas, Sr. Deputado Chan, afirmo que esse montante se destina à realização das referidas obras mas apenas para o primeiro trimestre de 2015. Em Março ou Abril do próximo ano, o Governo do quarto mandato dirá qual será o orçamento para a realização dessas mesmas obras no segundo, terceiro e quarto trimestres. Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Zheng Anting.

Zheng Anting: Obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado, Sr. Secretário.

Tal como a Sr.^a Deputada Chan Hong, também queria debruçar-me sobre as despesas previstas para a educação, as quais, no Orçamento de 2015, totalizam dez biliões e oitocentos e oitenta milhões de patacas. Há pouco, o Sr. Secretário apontou para o crescimento de 7,9% destas despesas, mas esse crescimento, a meu ver, não é suficiente para apoiar efectivamente o desenvolvimento das escolas locais. Ultimamente, visitei muitas escolas e pude constatar as carências ao nível das instalações e dos equipamentos necessários, designadamente de instalações desportivas. Muitas vezes, numa escola com mil e quinhentos ou mais alunos existe apenas um campo de voleibol e um campo de basquetebol, o que não é saudável para o crescimento da nova geração. É realmente necessário mais apoio financeiro do Governo, nomeadamente para o alargamento dos espaços nas escolas privadas. Devido à falta de espaços, essas escolas não podem beneficiar das políticas de apoio definidas pela Administração. Espero que o Governo da RAEM preste mais atenção a estas necessidades, e que invista mais recursos públicos na educação, de modo a garantir o desenvolvimento sustentável da sociedade de Macau, a promover a implementação da política de diversificação adequada da nossa economia, e a dar mais oportunidades aos nossos jovens. É que não me parece saudável que todos os residentes de Macau trabalhem nos casinos. Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chan Iek Lap.

Chan Iek Lap: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário,

Srs. membros do Governo,

Caros Colegas:

Olhando para o orçamento ora em discussão, reparei que o montante de trezentos milhões de patacas, previsto no Orçamento de 2015 para a implementação do Programa de Participação nos cuidados de saúde, é igual ao previsto no Orçamento de 2014 para a implementação desse mesmo Programa. Como consequência disso, em 2015 vão manter-se as seiscentas patacas para os vales de saúde a distribuir a cada um dos residentes de Macau. E a propósito disso, queria pedir ao Sr. Secretário para considerar a necessidade de se atribuírem mais recursos para apoiar o desenvolvimento das clínicas privadas, as quais correm o risco de desaparecer. Com efeito, em Macau são gratuitos os cuidados médicos prestados nas instalações de saúde públicas, sem fins lucrativos, e subsidiadas pelo Governo, e assim sendo, as clínicas privadas enfrentam grandes dificuldades de sobrevivência. A implementação, nos últimos cinco anos, do Programa de Participação nos cuidados de saúde, contribuiu, sem dúvida, para salvar as clínicas privadas do encerramento. No entanto, queria chamar à atenção para o facto de que o próximo ano é o terceiro ano sem aumento do valor dos vales de saúde, ao passo que a inflação se agrava todos os dias. Para falar com franqueza, os residentes só vão às clínicas privadas quando a doença é ligeira, caso contrário, dirigem-se ao hospital. Mas mesmo assim, as clínicas privadas têm o seu valor e razão de existir, e merecem o apoio do Governo. Imaginem que se atribuem mais cem milhões de patacas para a implementação do Programa de Participação nos cuidados de saúde, nesse caso, as despesas aumentam de oitenta e três biliões e setecentos milhões de patacas para oitenta e três biliões e oitocentos milhões de patacas... é um aumento insignificante. Penso que os colegas concordam com este pequeno ajustamento. Cem milhões de patacas seriam um muito grande apoio para promover o desenvolvimento das clínicas privadas, as quais concorrem com as outras instalações de saúde em situação de desigualdade. Com a distribuição de vales de saúde, os cidadãos podem usufruir gratuitamente dos serviços das clínicas privadas. Portanto, a criação e implementação do Programa de Participação nos cuidados de saúde proporcionam à população de Macau mais uma opção quando precisam de ir ao médico, para além de poderem contribuir para aliviar a grande pressão sentida pelas instalações de saúde públicas, sem fins lucrativos, e subsidiadas pelo Governo. Por outro lado, com o aumento das receitas, as clínicas privadas terão mais condições para melhorar tanto as suas instalações, como o nível profissional dos seus médicos. Espero que o Sr. Secretário considere a possibilidade de aceitar o meu pedido, apoiando o desenvolvimento das instalações de saúde privadas. Obrigada, Sr. Secretário.

Presidente: Tem a palavra a Sr.^a Deputada Song Pek Kei.

Song Pek Kei: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Secretário,

Srs. Membros do Governo:

Boa tarde.

Queria debruçar-me, em especial, sobre as despesas previstas para o pagamento dos salários dos funcionários públicos, questão que foi abordada há pouco por alguns colegas. Nas Linhas de Acção Governativa para o próximo ano, o Chefe do Executivo define uma política... a criação dum quadro regulamentar, melhor e mais simples, reduzindo a sobrecarga administrativa. Queria ver como é

reflectido, no orçamento agora em análise, o espírito dessa política. O ano de 2015 é o primeiro ano de funcionamento do Governo do quarto mandato. Talvez seja essa a razão que levou a um aumento bastante acentuado do pessoal da Função Pública, pois... a redução de pessoal é relativamente pequena. Espero que no orçamento proposto se possa ver reflectida a implementação da mencionada política. Ouvimos falar, há um ano, da reestruturação do Instituto Cultural e do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, e da respectiva transferência de determinadas competências. Penso que também vai haver transferência de pessoal, o que, no entanto, não se pode ver no Orçamento de 2015, veja-se o exemplo do Instituto Cultural, que no próximo ano vai ter mais cem funcionários, um alargamento considerável do pessoal, em 2015 vai ter cento e oitenta pessoas. Não sei se neste número estão incluídos os funcionários oriundos de outros serviços públicos, nomeadamente do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais. Se a resposta é não, o Instituto Cultural terá uma equipa de funcionários ainda maior. Queria pedir ao Sr. Secretário para esclarecer esta minha dúvida, se estão incluídos na lista de novos funcionários os funcionários oriundos de outros órgãos governamentais. Obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sr.^a Deputada Wong Kit Cheng.

Wong Kit Cheng: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Secretário,

Srs. Membros do Governo:

Queria pedir informações sobre o regime de restituição do imposto profissional. A criação deste regime é uma das medidas que podem contribuir para aliviar as pressões da vida, em benefício dos indivíduos que auferem rendimentos médios. É de saber que, no ano de 2013, a taxa de restituição do imposto profissional foi de 60%, e o respectivo limite máximo foi doze mil patacas. Estas condições mantiveram-se iguais no ano de 2014, o que é compreensível. No entanto, no Orçamento de 2015, mantêm-se a mesma taxa e o mesmo limite máximo, o que já achamos inaceitável. Com o aumento geral dos ordenados dos trabalhadores de Macau, registado na realidade (tendo o Chefe do Executivo apelado aos empregadores das pequenas e médias empresas para procederem ao ajustamento dos salários dos seus empregados), é mais justo elevar aquele limite máximo. Queria perguntar ao Sr. Secretário quais são os fundamentos com base nos quais se tomou a decisão de manter inalterado o limite para a isenção do imposto profissional, bem como se o Governo pensa aumentar esse limite. Obrigada.

Presidente: Sr. Secretário Tam, faça o favor de responder às perguntas.

Secretário para a Economia e Finanças, Tam Pak Yuen: Sr. Presidente:

Começo por agradecer as perguntas apresentadas pelos Srs. Deputados.

O Sr. Deputado Zheng Anting e o Sr. Deputado Chan Iek Lap apresentaram pedidos relativos ao ajustamento das políticas para os domínios da educação e da saúde, respectivamente. A propósito disso, penso que há necessidade de procedermos a discussões mais aprofundadas, nas reuniões destinadas à apreciação na especialidade das propostas de lei respectivas, no âmbito da Comissão Permanente, com a presença dos representantes dos respectivos serviços públicos,

se os Srs. Deputados acharem que há esta necessidade. Reparem que o conteúdo dos respectivos pedidos não tem propriamente a ver com questões financeiras, mas sim com as políticas definidas para os respectivos domínios, por isso, penso que é necessário realizar discussões aprofundadas, trocando opiniões com os dirigentes governamentais das respectivas áreas.

A Sr.^a Deputada Song Pek Kei pediu esclarecimentos sobre o número de funcionários públicos, questão sobre a qual podemos fornecer as seguintes informações: em primeiro lugar, afirmo que, nos finais do ano de 2013, existiam na Administração Pública 32 036 trabalhadores e que, no Orçamento de 2014, prevê-se um aumento deste número para 34 400, perdão, para 34 438, proposta que foi aprovada pela Assembleia Legislativa. Contudo, pelas mais diversas razões, no ano financeiro de 2014 esse número só aumentou de 32 036 para 32 791. O que quer dizer que, no ano de 2014, a Administração não recrutou novos funcionários públicos... suficientes, de acordo com o planeamento. No Orçamento de 2015, prevê-se a contratação, no próximo ano, de 35 015 trabalhadores para a Função Pública... perdão, prevê-se o alargamento, no próximo ano, da equipa de funcionários públicos até 35 015 pessoas (agradeço a chamada de atenção da Sr.^a Chefe de Gabinete). Aparentemente, é bastante grande a diferença entre as 32 791 pessoas, número de trabalhadores da Administração Pública existentes actualmente, e as 35 015 pessoas, número de funcionários que o Governo vai ter nos finais do ano de 2015, segundo as previsões. Porém, não posso deixar de chamar à atenção para o facto de que, comparando o Orçamento de 2014 com o Orçamento de 2015, se constata que a diferença entre o número de trabalhadores da Função Pública que o Governo pretende ter ronda as centenas de pessoas. No fundo, o que pretendemos fazer limita-se ao seguinte: contratar, em 2015, os funcionários que queríamos recrutar em 2014, mas que não chegámos a contratar. Esta é a explicação que tenho para dar acerca desta questão. Se for necessário, podemos fornecer, mais tarde, informação mais detalhada.

Em resposta às perguntas da Sr.^a Deputada Wong Kit Cheng, que centrou a sua atenção na questão da restituição do imposto profissional, afirmo que a taxa de restituição do imposto profissional e o respectivo limite máximo, previstos no Orçamento de 2015, servem para os casos registados no ano financeiro de 2013. Se o Governo continuar a adoptar, no próximo ano, a mesma política quanto à redução do imposto de rendimento pessoal, terá em consideração o nível dos ordenados registados em 2014 aquando da elaboração do Orçamento de 2016. Tal como acabei de referir, os valores previstos no Orçamento de 2015 servem para regular os casos de 2013. Sendo assim, parece-nos que é conveniente manter inalterados a taxa e o respectivo limite máximo, os quais correspondem, aliás, à situação mencionada pelo Chefe do Executivo nos seus discursos recentes.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Tam. Tem a palavra o Sr. Deputado Ho Ion Sang.

Ho Ion Sang: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário,

Srs. Membros do Governo,

Caros Colegas:

Ouvindo a explicação de há pouco, do Sr. Secretário, sobre o recrutamento de funcionários públicos, tenho a sensação de que, das informações fornecidas, não podemos ver a concretização das políticas de aprofundamento das reformas administrativas, de criação de um quadro regulamentar melhor e mais simples, de redução da sobrecarga administrativa, e de melhoramento da eficiência dos trabalhos administrativos, anunciadas pelo Chefe do Executivo Chui Sai On quando assumiu o cargo do quarto mandato do Chefe do Executivo e na apresentação das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2015. Parece-nos que o planeado aumento de trabalhadores na Administração Pública não pode reflectir os efeitos produzidos pelos trabalhos de reestruturação dos órgãos governamentais e de aprofundamento das reformas administrativas.

O Sr. Secretário disse há pouco que o aumento considerável de funcionários públicos, previsto no Orçamento de 2015, tem a ver com a tentativa do Governo contratar, em 2015, os funcionários que queria recrutar em 2014, mas que não chegaram a ser contratados. A propósito disso, queria chamar à atenção das autoridades para a carência de recursos humanos que se vive na sociedade de Macau. É de saber que, sempre que a Administração Pública recruta novos trabalhadores, através do regime de recrutamento centralizado ou não, as empresas da RAEM, designadamente as pequenas e médias empresas, ficam preocupadas com a possibilidade de os seus empregados abandonarem os seus postos de trabalho para ingressarem na Função Pública. Não pretendo dizer com isto que o Governo não pode contratar novos funcionários, os quais podem ser necessários para assegurar a concretização de novos projectos que visem a promoção da implementação das políticas de diversificação adequada da economia de Macau, e da transformação de Macau em centro mundial de turismo e lazer, porém, peço à Administração para examinar com cuidado a estrutura dos organismos públicos, procurando criar um quadro regulamentar melhor e mais simples, tendo em consideração a sua obrigação de implementar as políticas definidas, por um lado, e de, por outro, prestar atenção à situação de carência de mão de obra registada na RAEM. Como se sabe, a actual taxa de desemprego é de apenas 1,7%, até o Governo sente a carência de mão de obra em determinadas áreas. Esta talvez seja a razão pela qual se registam atrasos na área da investigação científica nas instituições de ensino superior. E como é limitado o número de recém-graduados das instituições de ensino superior de Macau, quanto mais funcionários a Administração recrutar, menos serão os recursos humanos disponíveis no mercado de trabalho. Peço ao Governo para ter cautela no alargamento da equipa de funcionários públicos, evitando desperdícios de recursos humanos, pois isso pode afectar a concretização dos objectivos de diversificação adequada da nossa economia e de transformação de Macau em centro mundial de turismo e lazer.

Por fim, queria debruçar-me sobre a questão da habitação. Tal como se pode verificar no Orçamento de 2015, as despesas previstas para o tratamento dos assuntos relativos à habitação ultrapassam os dois biliões e quinhentos milhões de patacas, o que corresponde a um crescimento de 5,7% em comparação com o Orçamento de 2014. Devido às grandes dificuldades na aquisição de habitação, os residentes de Macau prestam grande atenção aos projectos definidos pelo Governo da RAEM para esta área. Como toda a gente sabe, na RAEM é grande a falta de recursos de solos. Assim sendo, gostaríamos de pedir ao Sr. Secretário informações sobre os projectos que se pretendem realizar no próximo ano, e que implicam essas despesas de dois biliões e quinhentos milhões de patacas. Nos últimos anos construíram-se muitos edifícios públicos, o que

implicou gastos elevados, e olhando para o aumento dessas mesmas despesas no próximo ano, queríamos saber quais são os projectos de habitação que pretendem desencadear no ano de 2015. Esperamos que o Sr. Secretário nos forneça essas informações, as quais estão a ser relativamente precárias na reunião de hoje. Muito obrigado.

Presidente: Sr. Secretário, por favor.

Secretário para a Economia e Finanças, Tam Pak Yuen: Sr. Presidente:

Obrigado pelas suas opiniões, Sr. Deputado Ho Ion Sang.

Podemos fornecer, mais tarde, informações concretas sobre o recrutamento de funcionários públicos e sobre a construção de habitação pública, pedidas pelo Sr. Deputado Ho Ion Sang.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Srs. Deputados:

Foi bastante aprofundada esta discussão, ao longo da qual catorze deputados expressaram as suas opiniões, e o Sr. Secretário Tam respondeu. Passamos então agora à votação na generalidade da proposta de lei intitulada “Lei do Orçamento de 2015”.

Vamos votar.

(Votação)

Presidente: Aprovada. Alguém quer fazer alguma declaração de voto? Parece que ninguém quer.

Então, agradeço, em nome da Assembleia Legislativa, a presença do Sr. Secretário e dos seus colaboradores na reunião de hoje.

(Saída do Secretário para a Economia e Finanças, Tam Pak Yuen, e dos seus colaboradores da sala do Plenário)

Presidente: Srs. Deputados:

Vamos passar ao segundo ponto da Ordem do dia de hoje, que é a discussão e votação do projecto de deliberação do Plenário relativo à proposta de debate sobre um assunto de interesse público, apresentada pelos deputados Ng Kuok Cheong e Au Kam San em 14 de Agosto de 2014.

Nos termos do artigo 139.º do Regimento da Assembleia Legislativa, na discussão do projecto de deliberação do Plenário relativo à proposta de debate, o primeiro proponente pode fazer uma apresentação pelo período máximo de cinco minutos, e os restantes deputados podem usar da palavra no período da discussão, o qual tem a duração máxima de trinta minutos, não podendo a respectiva intervenção exceder três minutos.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Ng Kuok Cheong, para proceder à respectiva apresentação.

Ng Kuok Cheong: Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

A proposta de debate, apresentada pelo Sr. Deputado Au Kam San e por mim (acreditamos que esta é a ocasião indicada para discussão do assunto em Plenário da Assembleia Legislativa), incide sobre o seguinte: o Governo deve preparar, o mais brevemente possível, a implementação da reforma do regime político em 2015, e a concretização da eleição do Chefe do Executivo por sufrágio universal, bem como o aumento dos assentos dos deputados à Assembleia Legislativa eleitos por sufrágio directo.

Desde o estabelecimento da RAEM, o espírito de pertença dos residentes tem saído mais reforçado, e a economia de Macau desenvolveu-se a bom ritmo, com o apoio das políticas do Governo Central. Contudo, o regime político não é democrático, caso fosse, a grande maioria dos residentes permanentes de Macau, poderia, recorrendo ao direito de eleger, exortar os detentores do poder a assumirem as respectivas responsabilidades, só que, assim, quando posta perante actos de governação injustos e irrazoáveis, a população sente-se profundamente indignada. O Chefe do Executivo e uma parte dos deputados da Assembleia Legislativa não são eleitos pelos residentes permanentes, em regime de um voto por pessoa. Os residentes permanentes, com o direito de eleger assegurado pela Lei Básica, não podem exortar os detentores do poder a assumirem as respectivas responsabilidades, daí o surgimento de fenómenos como a concessão de terrenos a preços de saldo, os custos finais das obras a ultrapassarem o previsto, o ambiente de vivência prejudicado, os governantes a fugirem das suas responsabilidades, e ainda o facto de o Chefe do Executivo e os demais dirigentes se “arvorarem em bons governantes” e contribuírem para a criação de situações de conluio entre governantes e empresários, o que resulta no descontentamento da população e dá lugar a graves problemas de cedência de interesses.

Os dirigentes do Governo e a maioria dos deputados da Assembleia Legislativa que não são eleitos por via directa julgavam que se podia descurar a opinião pública e aprovar, por força, a proposta de lei sobre o “Regime das garantias dos titulares do cargo de Chefe de Executivo e dos principais cargos a aguardar posse, em efectividade e após cessação de funções”, de grande polémica, o que gerou um forte descontentamento do público, nomeadamente, em relação à cobiça dos governantes e à fuga de responsabilidades penais do Chefe do Executivo. Em Maio deste ano, a proposta de lei acabou por ser retirada, com os cidadãos a sair à rua em protesto. Trata-se de um regime de representação que não produz efeitos, por isso, exige-se a participação directa do público a fim de remediar este exemplo típico. Se o regime político não for melhorado atempadamente, a sociedade dificilmente estará estável.

A criação de um regime político democrático é a melhor forma de reprimir o conluio entre dirigentes e empresários para a cedência de interesses, e de consubstanciar os direitos políticos dos residentes permanentes e o princípio de “Macau governado pelas suas gentes”, que é ainda uma forma de poder acompanhar o desenvolvimento social e substituir o favoritismo e o nepotismo pela concorrência justa. Há trinta anos, a educação, em Macau, não era ainda generalizada e, de entre 10 cidadãos, não havia um que tivesse acabado o ensino secundário, muito menos licenciados na universidade. Nessa altura, os filhos dos líderes de associações tinham a possibilidade de ir estudar para o estrangeiro e, após o curso, conseguiam ocupar uma determinada posição no seio da sociedade de Macau, graças ao prestígio dos seus pais. Tornou-se então comum o hábito, aparentemente sem levantar discórdias, de favoritismo e nepotismo. Ora, ao longo destes trinta anos, Macau passou, sucessivamente, pelos períodos do industrialismo e pós-

industrialismo. Em meados dos anos 80, a produção industrial ocupava 36% do produto interno bruto (PIB); hoje em dia, resta apenas menos de 5%. A estrutura da sociedade sofreu alterações substanciais, ou seja, adoptou-se a política de generalização do ensino, que, hoje em dia, se estende desde o primário até ao secundário-geral, e há mais de dez instituições de ensino superior, em Macau. Ora, já temos muitos jovens qualificados e que optam por ficar aqui a residir, de entre os quais, mais de 85% já frequentaram ou estão a frequentar a faculdade. Por isso, foram já acumulados talentos de diversas áreas, por exemplo: economia, profissões liberais, ciências sociais e ciência política. Mas estes jovens precisam agora, não de favoritismo nem de nepotismo, mas sim de concorrência justa. No âmbito da política, o progresso da Democracia é realmente dar resposta ao desenvolvimento da sociedade. Com uma concorrência justa, cada um pode, juntamente com os outros, habilitar-se a uma vaga ou oportunidade, consoante as suas capacidades individuais. Por isso, no regime político, os mecanismos antigos que não se conformam com o princípio da concorrência justa têm de ser gradualmente retirados.

Na minha opinião, num regime democrático, o Chefe do Executivo e os deputados devem ser eleitos por sufrágio directo, e os titulares dos principais cargos devem ser responsáveis perante o Chefe do Executivo, eleito por sufrágio directo. Por isso, a RAEM deve reiniciar, o mais brevemente possível, a reforma do sistema político, no sentido de permitir aos residentes permanentes que exerçam, em 2019, o direito de voto na eleição para o Chefe do Executivo. Quanto à Assembleia Legislativa, os assentos também devem ser ajustados, isto é, a proporção dos deputados eleitos por sufrágio directo deve atingir a metade do total e, gradualmente, passar a abranger a totalidade. Quanto à Assembleia Legislativa, os assentos também devem ser ajustados, isto é, a proporção dos deputados eleitos por sufrágio directo deve atingir a metade do total e, gradualmente, passar a abranger a totalidade. Está disposto no artigo 47.º da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau, que o Chefe do Executivo da RAEM seja nomeado pelo Governo Popular Central, com base nos resultados de eleições ou consultas realizadas localmente. Para além disso, está estipulado no Anexo I da Lei Básica da RAEM que, o Chefe do Executivo seja eleito por uma Comissão Eleitoral. Conforme o Anexo I da Lei Básica, é possível a alteração da metodologia para a escolha do Chefe do Executivo em 2009 e nos anos posteriores, sendo possível a eleição do Chefe do Executivo por sufrágio universal. É de reparar que, o próprio Chefe do Executivo Chui Sai On reconheceu, nos programas políticos anunciados ao assumir o cargo do quarto mandato do Chefe do Executivo, a necessidade de promover, de forma gradual e conforme a Lei Básica, o desenvolvimento do regime político democrático. Apresentámos a presente proposta de debate, com o intuito de realizar discussões atempadas sobre o assunto em destaque, recolhendo ideias do público e aceitando opiniões úteis, elaborando programas e calendários concretos para a promoção gradual e de acordo com a Lei Básica, do desenvolvimento do regime político democrático. Esperamos que a reforma do regime político possa ter lugar em 2015, por forma a dar resposta aos pedidos da população de Macau, permitindo aos residentes permanentes da RAEM o exercício do direito de eleger o Chefe do Executivo sob o modelo de eleição de uma pessoa, um voto.

Esperamos que os colegas possam apresentar opiniões produtivas e favoráveis para o desenvolvimento do Território de Macau, na respectiva sessão de debate que terá lugar em breve. Obrigado.

Presidente: Srs. Deputados:

Peço imensa desculpa pelos pequenos problemas de ordem técnica registados. Por causa disso, o nome dos deputados que carregaram no botão, dos que estão sentados deste lado, não ficou registado na lista. Agora o pessoal da sala de controlo está a recuperar... a ordem correcta.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tong Io Cheng.

Tong Io Cheng: Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

O Sr. Deputado Ng enumerou, na apresentação que fez há pouco sobre a proposta de debate, muitas razões relativas à necessidade de promover o desenvolvimento do regime político, com vista a convencer os deputados a concordarem com a realização do respectivo debate. É curioso que o mesmo deputado não tenha mencionado os princípios fundamentais relativos ao desenvolvimento do regime político da RAEM, definidos pelo Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional em 29 de Fevereiro de 2012, na “Decisão sobre as questões relativas à Metodologia para a Constituição da Assembleia Legislativa em 2013 e à Metodologia para a Escolha do Chefe do Executivo em 2014 da Região Administrativa Especial de Macau”, segundo a qual o Governo da RAEM introduziu alterações à metodologia para a constituição da Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau (de acordo com a qual se elegeu, em 2013, a quinta Assembleia Legislativa), e à metodologia para a escolha do Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau (de acordo com a qual se elegeu, em 2014, o quarto mandato do Chefe do Executivo), previstas nos respectivos diplomas legais. Tendo o mesmo Comité a sua posição constitucional especial, sob o princípio “um país, dois sistemas”, os princípios por ele definidos são incontestáveis para a RAEM. Sendo assim, na discussão da presente proposta de lei, não podemos deixar de evocar os princípios fundamentais relativos ao desenvolvimento do regime político da RAEM, definidos pelo Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional, que são os seguintes: qualquer alteração à Metodologia para a Escolha do Chefe do Executivo e à Metodologia para a Constituição da Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau deve corresponder às mencionadas disposições da Lei Básica de Macau, partindo também da situação real de Macau, em prol dos princípios da manutenção da estabilidade do sistema político fundamental da RAEM, do funcionamento eficaz da estrutura política com predominância do poder Executivo, da defesa dos interesses das diversas camadas sociais e dos diversos sectores de Macau, e da manutenção da prosperidade, estabilidade e desenvolvimento a longo prazo de Macau. Evocando os mencionados princípios fundamentais definidos pelo Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional, constatamos que não é conveniente avançar, a breve trecho, com a reforma do regime político. Segundo o Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional, as alterações introduzidas devem ser favoráveis à manutenção da estabilidade do sistema político fundamental da Região Administrativa Especial de Macau, ou seja, à manutenção da continuidade do sistema político fundamental da RAEM durante um período de tempo suficientemente prolongado. Ora, o Governo da RAEM introduziu, ainda em 2012, alterações à Lei Eleitoral para o Chefe do Executivo, na qual está prevista a metodologia para a escolha do Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau, de acordo com a qual se elegeu, em 31 de Agosto do ano

corrente, o quarto mandato do Chefe do Executivo. Assim sendo, o avançar, neste momento, com a reforma do regime político constitui uma violação dos referidos princípios definidos pelo Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional, e uma falta de respeito pelo procedimento constitucional para a Escolha do Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau. Tendo em consideração o facto de que a metodologia segundo a qual se realizou, em 2014, a eleição do quarto mandato do Chefe do Executivo, é diferente da metodologia segundo a qual se realizaram, em 2004 e em 2009, a eleição do segundo e do terceiro mandato do Chefe do Executivo, sou de opinião que só na eleição do próximo mandato do Chefe do Executivo é que devemos pensar na introdução de mais alterações à respectiva metodologia.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cheang Chi Keong.

Cheang Chi Keong: Obrigado, Sr. Presidente.

Antes de tudo, quero focalizar a minha atenção no tema de debate sugerido pelos dois deputados. Será que a sessão de debate sugerida se destina à discussão sobre a alteração da metodologia para a escolha do Chefe do Executivo da RAEM, e sobre o aumento dos assentos dos deputados eleitos por sufrágio directo? Se a resposta é sim, não me parece conveniente proceder, numa única reunião, à discussão destes dois assuntos, pois ambos se revestem da maior importância.

Um dos temas de debate sugeridos pelos proponentes é a concretização da eleição do Chefe do Executivo por sufrágio universal. Os deputados em causa apresentaram o presente projecto de lei e sugerem o debate do tema, talvez porque tenham sido influenciados pelo grave incidente político denominado “*occupy central*”, ocorrido recentemente na Região Administrativa Especial de Hong Kong. No entanto, os proponentes devem saber que existem grandes diferenças entre a Lei Básica da RAEM e a Lei Básica da RAEHK em termos da metodologia para a escolha do Chefe do Executivo. Como toda a gente sabe, segundo a Lei Básica de Hong Kong, o Chefe do Executivo da RAEHK vai passar a ser eleito por sufrágio universal de entre os candidatos nomeados através de um procedimento democrático, por uma Comissão de candidatura amplamente representativa. No entanto, segundo a metodologia para a escolha do Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau, prevista na Lei Básica da RAEM, o Chefe do Executivo da RAEM é nomeado pelo Governo Popular Central, com base nos resultados de eleições ou consultas realizadas localmente. Para além disso, o Anexo I da Lei Básica da RAEM dispõe que, se for necessário alterar a metodologia para a escolha do Chefe do Executivo em 2009 e nos anos posteriores, as alterações devem ser feitas com a aprovação de uma maioria de dois terços de todos os deputados à Assembleia Legislativa, devendo o Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional ser informado dessas alterações, para efeitos de ratificação. Portanto, a alteração das referidas metodologias é uma questão de grande importância no âmbito do regime político da RAEM, e tem a ver com o exercício do poder por parte do Governo Central. Devemos estudar, proactivamente e nos termos da Lei Básica da RAEM, a questão do desenvolvimento do nosso regime político, não sendo adequado considerar a questão do desenvolvimento do regime político de Macau como um assunto de interesse público e propor a realização de um debate pelo Plenário da Assembleia Legislativa. Os proponentes não têm competência para definir um calendário para a realização da reforma do regime político, não devendo, portanto, avançar com este tipo de acções, que

só afectam o poder do Chefe do Executivo quanto ao tratamento deste assunto.

Por fim, queria chamar à atenção para o facto de que, em 29 de Agosto de 2012, as propostas de lei destinadas à introdução de alterações à Lei Eleitoral para o Chefe do Executivo e à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa foram aprovadas pela Assembleia Legislativa, com o apoio de uma maioria de dois terços de todos os deputados. De acordo com as mencionadas leis alteradas, em 2013 foi eleita a quinta Assembleia Legislativa, e em 2014 foi eleito o quarto mandato do Chefe do Executivo. As alterações introduzidas nas referidas leis permitiram o alargamento do espaço de participação da população, o reforço da representatividade social dos respectivos membros, o impulsionamento da participação por todos os sectores e camadas da sociedade de Macau, e a promoção do desenvolvimento do regime político democrático de Macau. Todos os cidadãos de Macau, nomeadamente a geração mais nova e os deputados à Assembleia Legislativa, devem saber apreciar os frutos conquistados no processo de desenvolvimento do nosso regime político e proceder a uma reflexão profunda sobre o mencionado incidente político ocorrido em Hong Kong. Vamos desenvolver a discussão com base nos frutos conquistados em 2012, ao longo do processo de desenvolvimento do regime político, procurando consolidar esse sucesso através do aperfeiçoamento das leis eleitorais, de modo a regular melhor as acções relacionadas com as eleições, otimizando a qualidade e acrescentando mais elementos democráticos, fundando uma base sólida para o desenvolvimento do regime político democrático da RAEM. Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Kou Hoi In.

Kou Hoi In: Obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Deputados:

Os Srs. Deputados Ng Kuok Cheong e Au Kam San apresentaram a presente proposta de debate com o intuito de promover a concretização da eleição do Chefe do Executivo por sufrágio universal. Como toda a gente sabe, a RAEM não pode tomar, por si, uma decisão dessas, trata-se de um assunto que deve ser tratado de acordo com as exigências e processos definidos na “Interpretação do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional sobre o artigo 7.º do Anexo I e o artigo 3.º do Anexo II da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China”, adoptada em 31 de Dezembro de 2011, pela Vigésima Quarta Sessão do Comité Permanente da Décima Primeira Legislatura da Assembleia Popular Nacional. Segundo essa “Interpretação”, a revisão da Metodologia para a Escolha do Chefe do Executivo e da Metodologia para a Constituição da Assembleia Legislativa deve ser feita em conformidade com os procedimentos e trâmites expressamente definidos, ou seja, em conformidade com “cinco etapas”: a primeira etapa é a apresentação de um relatório pelo Chefe do Executivo ao CPAPN; a segunda etapa é a tomada de decisão do CPAPN sobre a necessidade ou não da revisão das duas metodologias; a terceira etapa é a proposta de revisão da Metodologia para a Escolha do Chefe do Executivo e da Metodologia para a Constituição da Assembleia Legislativa, a apresentar pelo Governo da RAEM à Assembleia Legislativa, proposta essa que tem de ser aprovada por uma maioria de dois terços de todos os deputados à Assembleia Legislativa; a quarta etapa é a concordância do Chefe do Executivo em relação à proposta de revisão da Metodologia para a Escolha do Chefe do Executivo e da Metodologia para a Constituição da Assembleia Legislativa,

aprovada pela Assembleia Legislativa; e a quinta etapa é a apresentação da respectiva proposta de revisão pelo Chefe do Executivo ao CPAPN, para efeitos de ratificação ou de registo. O pedido apresentado pelos proponentes, da realização, em 2015, da reforma do regime político, representa uma tentativa de estabelecer um calendário, gesto com o qual não posso concordar. Na minha opinião, o desenvolvimento do regime político da RAEM tem de ser feito no cumprimento rigoroso das referidas “cinco etapas”, as quais são procedimentos legais que temos de respeitar. O poder de decisão está nas mãos do CPAPN, e a RAEM tem de mostrar respeito pelo poder de decisão do Governo Central.

Para mim, o desenvolvimento do regime político da RAEM é um processo gradual cuja evolução deve estar em conformidade com a Lei Básica. Pelo exposto, não apoio a proposta de debate apresentada pelos Srs. Deputados Ng Kuok Cheong e Au Kam San. Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vong Hin Fai.

Vong Hin Fai: Obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Deputados:

Lê-se o seguinte na parte final da Nota Justificativa da proposta de debate apresentada pelos Srs. Deputados Ng Kuok Cheong e Au Kam San o seguinte: a RAEM deve reiniciar, o mais brevemente possível, a reforma do sistema político, no sentido de permitir aos residentes permanentes que exerçam, em 2019, o direito de voto na eleição para o Chefe do Executivo.

No que concerne à metodologia para a escolha do Chefe do Executivo e à metodologia para a constituição da Assembleia Legislativa, vamos evocar a “Decisão do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional sobre as questões relativas à Metodologia para a Constituição da Assembleia Legislativa em 2013 e à Metodologia para a Escolha do Chefe do Executivo em 2014 da Região Administrativa Especial de Macau”, adoptada em 29 de Fevereiro de 2012, nomeadamente, a disposição do artigo 1.º do Anexo I da Lei Básica de Macau – o Chefe do Executivo é eleito por uma Comissão Eleitoral amplamente representativa – que satisfaz a exigência de o processo seguir de forma gradual e ordenada... Qualquer alteração à Metodologia para a Escolha do Chefe do Executivo e à Metodologia para a Constituição da Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau deve corresponder às mencionadas disposições da Lei Básica de Macau e ter em conta a situação real de Macau, em prol dos princípios da manutenção da estabilidade do sistema político fundamental da RAEM, do funcionamento eficaz da estrutura política com predominância do poder Executivo, da defesa dos interesses das diversas camadas sociais e dos diversos sectores de Macau, e da manutenção da prosperidade, estabilidade e desenvolvimento a longo prazo de Macau; a disposição do artigo 1.º do Anexo I da Lei Básica de Macau – o Chefe do Executivo é eleito por uma Comissão Eleitoral amplamente representativa – e a disposição do artigo 1.º do Anexo II da Lei Básica de Macau – a Assembleia Legislativa é composta por três grupos de membros, ou seja, por deputados eleitos por sufrágio directo, deputados eleitos por sufrágio indirecto e deputados nomeados – estipulam um sistema fundamental que corresponde aos princípios que referi, e mereceram o acolhimento e o reconhecimento generalizado dos diversos sectores sociais de Macau, devendo, assim, ser mantidas inalteradas por longo tempo. Na minha opinião, pese embora o facto de a Lei Básica de Macau não excluir a possibilidade de se eleger o Chefe do Executivo por

sufrágio universal, existem diferenças fundamentais entre a Lei Básica da RAEM e a Lei Básica da RAEHK em termos da metodologia para a escolha do Chefe do Executivo. Como toda a gente sabe, segundo a Lei Básica de Hong Kong, o Chefe do Executivo da RAEHK vai passar a ser eleito por sufrágio universal, referência essa que, porém, não se encontra na Lei Básica de Macau. Em sua substituição, dispõe o artigo 47.º da Lei Básica da RAEM que o Chefe do Executivo da RAEM é nomeado pelo Governo Popular Central, com base nos resultados de eleições ou consultas realizadas localmente, norma jurídica esta que está em consonância com a estipulação respectiva constante da Declaração Conjunta Luso-Chinesa. O pedido apresentado pelos proponentes, de se reiniciar, na RAEM e o mais brevemente possível, a reforma do sistema político, no sentido de permitir aos residentes permanentes que exerçam, em 2019, o seu direito de voto na eleição para o Chefe do Executivo, parece estar em conflito com a Decisão do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional, nomeadamente de que a actual metodologia para a escolha do Chefe do Executivo deve ser mantida inalterada por longo tempo.

A meu ver, a “Decisão” do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional, adoptada em 29 de Fevereiro de 2012, já indica, com clareza, o rumo de desenvolvimento do regime político de Macau. Sendo assim, a Assembleia Legislativa tem de ter muita cautela no tratamento deste assunto, evitando causar mal-entendidos na sociedade de Macau, e mostrando respeito pela Decisão do CPAPN. Na questão do desenvolvimento do regime político, a RAEM deve aprender com a experiência de Hong Kong, dando prioridade aos interesses globais do Território em vez de procurar cegamente a eleição por sufrágio universal.

Pelo exposto, não apoio esta proposta de debate.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Si Ka Lon.

Si Ka Lon: Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Os Srs. Deputados Ng Kuok Cheong e Au Kam San apresentaram a presente proposta de debate, pedindo a realização, em 2015, da reforma do regime político. Na minha opinião, o desenvolvimento do regime político tem de se processar gradualmente, por um lado, e por outro, acho que não é necessário estar sempre a rever as referidas metodologias antes das eleições.

Segundo a “Interpretação” do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional, a expressão “se for necessário alterar” em 2009 e nos anos posteriores a Metodologia para a Escolha do Chefe do Executivo e a Metodologia para a Constituição da Assembleia Legislativa, constantes dos dois Anexos da Lei Básica da RAEM, significa que podemos ou não proceder à alteração das referidas metodologias. Quanto à necessidade de alteração dos Anexos, cabe ao Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau apresentar relatório circunstanciado ao Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional, o qual, por sua vez, adoptará a devida decisão, nos termos dos artigos 47.º e 68.º da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China”, tendo em conta a situação real da Região. Olhando para a “Interpretação”, percebemos que a Metodologia para a Escolha do Chefe do Executivo e a Metodologia para a Constituição da

Assembleia Legislativa são alteradas só quando tal se mostrar necessário, e não em cada mandato ou em cada legislatura. Para além disso, estão previstos procedimentos legais segundo os quais deve ser tratado o assunto. Conforme a Decisão do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional, qualquer alteração à Metodologia para a Escolha do Chefe do Executivo e à Metodologia para a Constituição da Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau deve corresponder às mencionadas disposições da Lei Básica de Macau, e ter também em conta a situação real de Macau, em prol dos quatro princípios referidos há pouco pelo Sr. Deputado Tong. Na minha opinião, o Governo do quarto mandato deve concentrar a sua energia nos trabalhos de promoção do desenvolvimento económico sustentável da RAEM, resolvendo, com prioridade, os problemas da falta de terrenos e de recursos humanos, que restringem o nosso desenvolvimento, e os problemas directamente relacionados com a vida da população, tais como os problemas relativos à habitação, ao trânsito, aos cuidados de saúde e à segurança social. Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ho Ion Sang.

Ho Ion Sang: Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Os Srs. Deputados Ng Kuok Cheong e Au Kam San apresentaram a presente proposta de debate sobre o desenvolvimento do regime político de Macau. Na minha opinião, esse desenvolvimento deve processar-se gradualmente e de acordo com os procedimentos e trâmites expressamente definidos na “Interpretação do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional sobre o artigo 7.º do Anexo I e o artigo 3.º do Anexo II da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China”, adoptada em 31 de Dezembro de 2011. Segundo essa Interpretação, quanto à necessidade de alteração ou não dos tais Anexos, cabe ao Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau apresentar relatório circunstanciado ao Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional, o qual, por sua vez, adoptará a devida decisão, nos termos dos artigos 47.º e 68.º da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China”, tendo em conta a situação real da Região. Por outras palavras, é o Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional a entidade que tem a última palavra quanto à introdução, ou não, de alterações na Metodologia para a Escolha do Chefe do Executivo e na Metodologia para a Constituição da Assembleia Legislativa, mediante a apresentação do respectivo relatório pelo Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau. Para além disso, em 29 de Fevereiro de 2012, o Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional definiu os princípios fundamentais relativos ao desenvolvimento do regime político da RAEM, através da adopção da “Decisão sobre as questões relativas à Metodologia para a Constituição da Assembleia Legislativa em 2013 e à Metodologia para a Escolha do Chefe do Executivo em 2014 da Região Administrativa Especial de Macau”. Na referida Decisão pode ler-se o seguinte: “A disposição do artigo 1.º do Anexo I da Lei Básica de Macau – o Chefe do Executivo é eleito por uma Comissão Eleitoral amplamente representativa – e a disposição do artigo 1.º do Anexo II da Lei Básica de Macau – a Assembleia Legislativa é composta por três grupos de membros, ou seja, por deputados eleitos por sufrágio directo, deputados eleitos por sufrágio indirecto e deputados nomeados – estipulam um sistema fundamental que corresponde aos referidos princípios, e que mereceram o

acolhimento e o reconhecimento da generalidade dos diversos sectores sociais de Macau, devendo, assim, ser mantidas inalteradas por longo tempo”. A meu ver, o que devemos fazer neste momento é consolidar os frutos conquistados em 2012 no desenvolvimento do regime político, melhorando os trabalhos de concretização das normas constitucionais previstas na Lei Básica, por forma a fundar uma base sólida para o desenvolvimento do regime político da RAEM. Queria chamar especialmente à atenção para os problemas emergentes na eleição da Assembleia Legislativa em 2013 e na eleição do Chefe do Executivo em 2014, os quais devem ser resolvidos, nomeadamente, mediante a introdução, nas respectivas leis eleitorais, de regras concretas que sejam capazes de garantir a qualidade das eleições. Para além disso, ainda podemos pensar em otimizar o regime da eleição indirecta.

Pelo exposto, não apoio a proposta de debate apresentada pelos dois deputados.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mak Soi Kun.

Mak Soi Kun: Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

A verdade não teme a controvérsia. Ainda assim, pedi explicações junto de especialistas e académicos sobre a competência atribuída aos deputados à Assembleia Legislativa pela Lei Básica, a competência de realizar debates sobre assuntos de interesse público.

Segundo especialistas e académicos, no exercício da referida competência, há necessidade de distinguir os temas relativos à vida da população e os temas relativos ao desenvolvimento do regime político, não tendo o Governo da RAEM a competência de tomar, por si só, decisões relativas a este último assunto. Com efeito, os assuntos referentes ao desenvolvimento do regime político têm de ser tratados de acordo com a Lei Básica e com os procedimentos e trâmites expressamente definidos na “Interpretação” e na “Decisão” do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional. Por outras palavras, a entidade que tem a última palavra quanto à adopção, ou não, do método de sufrágio universal para a escolha do Chefe do Executivo da RAEM, é o Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional, e não o Governo da RAEM. Nos programas políticos apresentados para a candidatura do quarto mandato do Chefe do Executivo, o Chefe do Executivo Chui Sai On promete promover o desenvolvimento da política democrática de uma forma gradual e de acordo com a Lei Básica, concretizando com seriedade a Lei Básica e a “Decisão” do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional. Apoiamos uma cultura eleitoral saudável de melhoria contínua da qualidade das eleições de carácter democrático, partindo da situação real de Macau, assim como a promoção da democratização gradual da RAEM, com respeito pelas normas definidas na Lei Básica. Na resposta dada em 11 de Novembro aos meios de comunicação social, o Chefe do Executivo sublinha que o desenvolvimento do regime político e a sua democratização devem processar-se de forma gradual e de acordo com a Lei Básica e a “Decisão” do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional, não sendo aceitável a prática de qualquer acto que infrinja a lei. A meu ver, temos de respeitar a Lei Básica na discussão da proposta de debate em causa.

É de saber que as opiniões e sugestões, apresentadas pelos residentes de Macau nas últimas consultas públicas sobre a reforma do regime político de Macau, foram entregues pelo Governo da RAEM ao Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional, o qual tem conhecimento da vontade da população de Macau em relação ao assunto. Acho que esta não é a ocasião adequada para se debater sobre este assunto, uma vez que não é conveniente exigir a presença dos actuais titulares dos principais cargos da Região Administrativa Especial de Macau na Assembleia Legislativa para discussão do desenvolvimento do regime político, uma vez que estes vão deixar os cargos daqui a um mês e poucos dias. Assumindo uma atitude que tem por base a realidade objectiva de Macau, vou votar contra esta proposta de debate.

Presidente: Tem a palavra a Sr.^a Deputada Kwan Tsui Hang.

Kwan Tsui Hang: Obrigada, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Tenho a opinião, desde sempre, de que a reforma do regime político tem grande impacto sobre as diversas camadas sociais e os diversos sectores de Macau, portanto, o desenvolvimento do regime político só pode ser feito de forma gradual mediante a realização, na sociedade de Macau, de discussões aprofundadas durante um período de incubação bastante prolongado para a maturação das respectivas ideias, e depois de se chegar a um consenso. Caso contrário, está-se perante o risco da divisão, ou até mesmo da cisão da sociedade de Macau. Acho que devemos aprender com a experiência de Hong Kong, onde ocorreu recentemente o incidente político de “ocupação do Centro de Hong Kong”. A confrontação entre os residentes que apoiam este tipo de acção e os que a ela se opõem merece a nossa profunda reflexão. Portanto, acho que a discussão, no futuro, dos assuntos referentes à reforma do regime político de Macau... vamos ter de envidar grandes esforços para promover um ambiente de discussão onde impere a razão, a tolerância e a compreensão mútua.

Costumo apoiar as propostas de debate sobre assuntos de interesse público. Contudo, devido ao tema da presente proposta de debate, em que se pede o arranque, em 2015, do processo da reforma do regime político da RAEM, e a concretização, em 2019, da eleição do Chefe do Executivo por sufrágio universal, tenho dificuldade em apoiar esta proposta de debate. Concordo com a realização de discussões e debates sobre o rumo do desenvolvimento do regime político de Macau, porém, assumo uma atitude de reserva relativamente à definição de datas para a realização dessa reforma. Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Leong Veng Chai.

Leong Veng Chai: Obrigada, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Em relação à presente proposta de debate apresentada pelos Srs. Deputados Ng Kuok Cheong e Au Kam San, sou de opinião que um governo compreensivo não deve evitar a discussão. Analisando o conteúdo respectivo da Lei Básica da RAEM, fiquei com a sensação de que na mesma se proporcionam muitos espaços para a realização de debates acerca do desenvolvimento do regime político de Macau, nomeadamente sobre o aumento dos assentos dos deputados eleitos por sufrágio directo até... à totalidade. Ouvidas as opiniões dos

colegas, queria dizer que não há razão para se recusar a proposta em causa, que é vista pelos colegas como se fosse um diabo. Vou apoiar esta proposta, porque acho que é melhor discutir publicamente este assunto na Assembleia Legislativa, do que espalhar boatos na sociedade de Macau. Obrigado.

Presidente: Srs. Deputados:

Já intervieram nove deputados na discussão sobre a proposta de debate em análise. Vamos agora passar à votação do projecto de deliberação do Plenário... por maioria simples. Vamos então votar.

(Votação)

Presidente: A proposta de debate foi reprovada.

Alguns deputados quer apresentar alguma declaração de voto? Notem bem que só os deputados que não se pronunciaram durante a discussão é podem apresentar declarações de voto. E os dois proponentes não o podem fazer. Não, não podem apresentar declarações de voto.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Song Pek Kei.

Song Pek Kei: Obrigada, Sr. Presidente.

Como a reforma do regime político acarretará grande impacto para a sociedade de Macau, a alteração às duas Metodologias tem de ser feita de forma gradual e segundo os procedimentos e trâmites legalmente definidos.

Concordo com a promoção, segundo uma determinada ordem e com respeito pela Lei Básica, da democratização do regime político da RAEM, e também com o estabelecimento do objectivo da concretização, no futuro, da eleição do Chefe do Executivo por sufrágio universal, e de aumento dos assentos dos deputados eleitos por sufrágio directo. Contudo, reconheço também a importância da manutenção da estabilidade do sistema político de Macau. Gostaria de chamar à atenção para o facto de que, o terceiro mandato do Governo da RAEM, baseando-se nas opiniões recolhidas de todos os sectores e camadas da sociedade de Macau, introduziu, em 2012, alterações às duas Metodologias, seguindo rigorosamente as “cinco etapas” definidas, um trabalho que foi considerado como a acção governativa mais importante do ano financeiro de 2012.

Só se passaram apenas dois anos. É necessário mais tempo e mais prática para a sociedade de Macau perceber os efeitos que essas alterações produziram. Partilho da opinião expressa há pouco por alguns colegas, isto é, que o ano de 2015 é o primeiro ano do quarto mandato do Governo da RAEM, o qual deve concentrar a atenção nos trabalhos que visem resolver os problemas directamente relacionados com a vida da população, por exemplo nos domínios da habitação e do trânsito, os quais se têm agravado em paralelo com o grande desenvolvimento socioeconómico do território, de modo a dar resposta aos apelos dos cidadãos e a promover o desenvolvimento sustentável da economia da RAEM. A par disso, espero que o Governo possa criar mecanismos destinados à recolha das opiniões da população sobre o reinício da reforma do sistema político, de modo a ser possível chegar a um consenso na sociedade. As futuras alterações às duas Metodologias devem ser feitas de acordo com a situação real de Macau, e seguir os procedimentos e trâmites legalmente definidos. As tentativas de fixar, conforme a vontade pessoal, um calendário para a reforma do sistema político da

RAEM são meras manifestações de imaturidade. Pelo exposto, oponho-me à realização de um plenário para discutir este assunto. Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chui Sai Cheong.

Chui Sai Cheong: Obrigado, Sr. Presidente.

Votei contra a aprovação do presente projecto de deliberação do Plenário.

Na minha opinião, a adopção, em 2012, da respectiva “Decisão” pelo Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional, representa um passo em frente no processo de desenvolvimento do regime político de Macau.

As experiências obtidas na eleição da Assembleia Legislativa em 2013 e na eleição do Chefe do Executivo em 2014 revelaram que há necessidade de otimizar o regime eleitoral da RAEM através da realização, partindo da situação real de Macau, da revisão e alteração dos respectivos diplomas legais, melhorando a qualidade das eleições democráticas, de modo a fundar uma base sólida e a preparar as condições necessárias para o desenvolvimento, no futuro, do regime político do território. Obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Chan Melinda Mei Yi.

Chan Melinda Mei Yi: Obrigada, Sr. Presidente.

Srs. Deputados:

Votei contra a proposta de debate apresentada pelos dois deputados. Vou passar a ler a minha declaração de voto.

Como se sabe, o Governo da RAEM introduziu, em 2012, modificações na Metodologia para a Constituição da Assembleia Legislativa, e na Metodologia para a Escolha do Chefe do Executivo, segundo as quais se realizaram, sem grandes lacunas nem falhas, a eleição da Assembleia Legislativa em 2013 e a eleição do Chefe do Executivo em 2014. Ainda nos lembramos que, em 2012, o Governo organizou muitas sessões de consulta pública em várias rondas, recolhendo as opiniões da população de Macau, tendo obtido o consenso da sociedade em relação à reforma do regime político. O facto é que, de acordo com as opiniões predominantes e as “cinco etapas” definidas, foram introduzidas as respectivas alterações nas duas Metodologias há dois anos. Não acho que, neste momento, haja necessidade de gastar outra vez grande quantidade de recursos públicos para reiniciar a reforma do regime político. Aliás, não acho que esta seja a ocasião adequada para a realização deste tipo de trabalho, pois faltam trinta e dois dias para ter lugar a cerimónia da tomada de posse no cargo de quarto mandato do Chefe do Executivo e dos titulares dos principais cargos do novo Governo da RAEM (acreditamos que os respectivos cargos serão assumidos por novos candidatos). Ora, cabe aos serviços públicos da área da Administração e Justiça realizar os trabalhos administrativos relativos à reforma do regime político. Se o pedido dos proponentes for aceite, não haverá possibilidade de os respectivos órgãos governamentais da área da Administração e Justiça resolverem os numerosos problemas existentes, nomeadamente a fraca eficiência na administração pública, a ineficácia do regime da responsabilização dos titulares de cargos públicos, a existência de lacunas no sistema jurídico e o atraso na actualização da legislação

em vigor. Ficarão desapontados os cidadãos que estão à espera que o novo Governo venha resolver, rapidamente, todos os problemas e corrigir todas as falhas. Tendo em conta a situação, sou de opinião que a Administração Pública deve concentrar a energia na realização dos trabalhos destinados ao preenchimento das lacunas existentes na legislação e nos trabalhos administrativos, as quais têm perturbado muito a população, e colocar no plano secundário os trabalhos relativos à reforma do regime político.

Estas são as opiniões que pretendo exprimir. Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lau Veng Seng.

Lau Veng Seng: Obrigado, Sr. Presidente.

Vou ler, em seguida, a declaração de voto em meu nome e em nome do Deputado Sio Chi Wai.

Votámos contra a aprovação da proposta de debate apresentada pelos Srs. Deputados Ng Kuok Cheong e Au Kam San, os quais pretendem alcançar, através do arranque, em 2015, da nova reforma do regime político da RAEM, o objectivo de concretização da eleição do Chefe do Executivo por sufrágio universal, e do aumento dos assentos dos deputados eleitos por sufrágio directo. Tomámos essa decisão devido às seguintes três razões: Em primeiro lugar, realçamos a importância do respeito pela lei no tratamento deste assunto, designadamente pela Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau, na qual se define o princípio fundamental de que qualquer alteração à Metodologia para a Escolha do Chefe do Executivo e à Metodologia para a Constituição da Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau deve corresponder às mencionadas disposições da Lei Básica de Macau, e partir também da situação real de Macau, em prol dos princípios da manutenção da estabilidade do sistema político fundamental da RAEM, do funcionamento eficaz da estrutura política com predominância do poder Executivo, da defesa dos interesses das diversas camadas sociais e dos diversos sectores de Macau, e da manutenção da prosperidade, estabilidade e desenvolvimento a longo prazo de Macau. Para nós, o desenvolvimento do regime político tem que se processar de acordo com este princípio.

Em segundo lugar, pensamos que se devem resolver, com prioridade, os problemas relativos à vida quotidiana, em benefício da população de Macau. Recentemente, o Gabinete de Estudo das Políticas do Governo da RAEM publicou cento e vinte mil opiniões e sugestões apresentadas pelos residentes de Macau, durante o período da eleição do quarto mandato do Chefe do Executivo, nas quais se regista uma grande preocupação com os problemas do trânsito, da habitação e com os cuidados médicos. O facto é que os assuntos nos quais se focaliza a atenção da maioria dos cidadãos de Macau são assuntos da vida quotidiana. Assim sendo, o Governo deve procurar resolver primeiro esses problemas, deixando para segundo plano a democratização do regime político, que se deve processar gradualmente e tendo em consideração a situação real da sociedade de Macau. A promoção da democratização do regime político é também desejo dos residentes de Macau, porém, neste momento, o que é mais importante é resolver os problemas relacionados com a qualidade de vida dos residentes.

Em terceiro lugar, achamos que a reforma do regime político deve ser feita com justiça e com ordem. Há dias, lemos nos jornais a notícia de que, num encontro com o Presidente dos EUA, Barack Obama, o secretário-geral do Partido Comunista da China, Xi

jinping, afirmou que a democracia que a China promovia não só se reflectia no modelo de eleição de sufrágio universal, que costumávamos dar mais importância à opinião da população do que os países ocidentais, nos quais os partidos representavam os interesses apenas de uma camada ou de um sector da sociedade, que, no nosso país, o Partido Comunista defendia os interesses de todos os cidadãos, criando mecanismos para a negociação democrática em grande dimensão, e que não era verdade que os dirigentes do Governo Central tivessem o privilégio de permanecer sempre nos cargos.

A promoção da democracia depende da criação de um conjunto de regimes efectivos, do aperfeiçoamento do estado de direito, e da grande participação da população, sendo o modelo de eleição de sufrágio universal apenas uma das formas da sua reflexão. A construção de uma sociedade democrática requer os esforços de todos os cidadãos. Já foram criados na RAEM muitos órgãos consultivos responsáveis pela recolha das opiniões dos residentes em relação aos diversos aspectos directamente relacionados com a vida da população, não sendo os deputados à Assembleia Legislativa as únicas entidades que podem exprimir opiniões publicamente. E quanto à constituição dos órgãos consultivos, podemos pensar em fazer aumentar, no futuro, o número dos membros que representem o público em geral, de modo a que a população de Macau possa ter uma maior participação na definição do regime político. Acredito que a criação de mecanismos consultivos e a garantia da justiça no seu funcionamento podem contribuir para o desenvolvimento ordenado do regime político.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ma Chi Seng.

Ma Chi Seng: Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Vou ler, em seguida, a declaração de voto em meu nome e em nome do Deputado Tsui Wai Kwan.

Votámos contra a proposta de debate apresentada pelos dois Deputados pelas seguintes razões:

Como se sabe, o Governo da RAEM introduziu, há dois anos (ou seja, em 2012) e conforme as “cinco etapas” definidas, modificações nas duas Metodologias, tendo actualizado a Lei n.º 3/2001, intitulada “Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da RAEM”, e a Lei n.º 3/2004, intitulada “Lei Eleitoral para o Chefe do Executivo”, segundo as quais se realizaram a eleição da Assembleia Legislativa em 2013, e a eleição do Chefe do Executivo em 2014, respectivamente, tendo nascido, sem grandes sobressaltos, a quinta Assembleia Legislativa e o quarto mandato do Chefe do Executivo. A mencionada reforma do regime político, realizada em 2012, representa mais um passo dado e um fruto conseguido no processo de desenvolvimento do regime político. Esta é a primeira razão que queria apresentar.

Em segundo lugar, queria apontar para o facto de que é o Governo Central que detém o poder de orientação e de decisão sobre o desenvolvimento do regime político da RAEM. A evolução do processo de democratização do regime político de Macau tem de se processar com ordem e de acordo com a Lei Básica e com a “Decisão” do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional,

para além de respeitar o princípio fundamental referido, que contém a expressão “em prol de” (isto é, “em prol dos princípios da manutenção da estabilidade do sistema político fundamental da RAEM, do funcionamento eficaz da estrutura política com predominância do poder Executivo, da defesa dos interesses das diversas camadas sociais e dos diversos sectores de Macau, da manutenção da prosperidade, estabilidade e desenvolvimento a longo prazo de Macau”).

Em terceiro lugar, queria apontar para o facto de as práticas registadas na sociedade de Macau, desde a transferência da sua soberania, mostrarem que o actual regime político da RAEM satisfaz os quatro princípios fundamentais celebrados na “Decisão” do CPAPN, e adequa-se à realidade de Macau. Neste contexto, os assuntos nos quais se focaliza a atenção das diversas camadas sociais e dos diversos sectores de Macau são os assuntos relacionados com o desenvolvimento económico e com a vida da população. Assim sendo, o Governo deve concentrar a energia na promoção do desenvolvimento socioeconómico da RAEM, procurando estabilizar a economia local e melhorar a qualidade de vida dos residentes. Perante a falta de consenso social, não vale a pena pensar em avançar com discussões sobre um tema polémico que pode prejudicar a harmonia da sociedade de Macau.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sr.ª Deputada Wong Kit Cheng.

Wong Kit Cheng: Obrigada, Sr. Presidente.

Concordo com a promoção, segundo uma determinada ordem e com respeito pelos procedimentos e trâmites legalmente definidos, do desenvolvimento do regime político da RAEM, sendo importante, para isso, a obtenção do consenso da população de Macau. Ainda em 2012, o Governo procedeu à reforma do regime político, depois de ter obtido o respectivo consenso social, e a maioria dos residentes da RAEM apresentou as suas opiniões, essa reforma do regime político representa mais um passo no processo de desenvolvimento do regime político. A meu ver, o que devemos fazer neste momento é consolidar os frutos conquistados em 2012 no desenvolvimento do regime político, melhorando os trabalhos de concretização das normas constitucionais previstas na Lei Básica, por forma a fundar uma base sólida para o futuro desenvolvimento do nosso regime político. Enfim, é necessário mais tempo e mais prática para a sociedade de Macau perceber os efeitos produzidos pelas alterações introduzidas. Penso que só mais tarde é que se deve pensar em discutir sobre o reinício da reforma do regime político. Pelas razões expostas, votei contra a proposta de debate apresentada pelos dois deputados.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chui Sai Peng.

Chui Sai Peng: Obrigado, Sr. Presidente.

Concordo com a democratização do regime político de Macau, porém, oponho-me a que se proceda a frequentes alterações às duas Metodologias, o que, na minha opinião, é desfavorável para o desenvolvimento da sociedade de Macau, a qual terá dificuldade em adaptar-se a novos regimes políticos que duram pouco tempo. Esta é a razão pela qual votei contra esta proposta de debate.

Presidente: Srs. Deputados:

Declaro encerrada a sessão.

Já não há mais declarações de voto, e terminámos por aqui as matérias agendadas para a reunião de hoje.

Intérpretes-Tradutores: Gabinete de Tradução

Redactores: Gabinete de Registo e Redacção

